

OFÍCIOS DE Clio

**REVISTA DISCENTE
DOS CURSOS DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE PELOTAS**

Vol. 3, Nº05 | julho - dezembro de 2018 | ISSN 2527-0524



OFÍCIOS DE Clío

**REVISTA DISCENTE
DOS CURSOS DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE PELOTAS**

Vol. 3, Nº05 | julho - dezembro de 2018 | ISSN 2527-0524



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Reitor:

Pedro Rodrigues Curi Hallal

Vice-Reitor:

Luis Isaías Centeno do Amaral

Pró-Reitora de Graduação:

Maria de Fátima Cósio

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:

Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitora de Extensão e Cultura:

Francisca Ferreira Michelon

Pró-Reitor Administrativo:

Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento:

Otávio Martins Peres

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor:

Sebastião Peres

Vice-Diretor:

Andréa Bachettini

LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA

Coordenadora:

Lisiane Sias Manke

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional

Maria Inez Figueiredo Figas Machado – CRB 10/1612

Biblioteca Campus Porto - UFPel

O32 Offícios de Clio: Revista Discente dos
Cursos de História da
Universidade Federal de Pelotas /
Universidade Federal de Pelotas.
Laboratório de Ensino de História
– v.3, n.5 (2018) - Pelotas: UFPel,
2018 -.

Semestral
ISSN: 2527-0524

1.História - Periódico. I. Universidade
Federal de Pelotas.
Laboratório de Ensino de História.

CDD: 981

EXPEDIENTE

Editor-Chefe

Prof. Dr. Mauro Dillmann Tavares - *Universidade Federal de Pelotas*

Editora Assistente

Bárbara Denise Xavier da Costa - *Universidade Federal de Pelotas*

Equipe Editorial

Gilson Moura Henrique Junior - *Universidade Federal de Pelotas*

Jéssica Bitencourt Lopes - *Universidade Federal de Pelotas*

Thayná Vieira Marsico - *Universidade Federal de Pelotas*

Vitor Wieth Porto – *Universidade Federal de Pelotas*

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Adhemar Lourenço da Silva Junior - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dra. Alessandra Gasparotto - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof.^a Dr^a Ana Inez Klein - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Lopes - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Carolina Kesser Barcelos - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Clarice Speranza - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Charles Pereira Pennaforte - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a. Dalila Müller - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a. Daniele Gallindo G. Silva - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Elisabete Leal - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Fernando da Silva Camargo - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Juarez José Rodrigues Fuão - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a. Larissa Patron Chaves - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Lisiane Sias Manke - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Lorena Almeida Gill - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Márcia Janete Espig – *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Marcos César Borges da Silveira - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Paulo César Possamai - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Rejane Jardim - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Sebastião Peres - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^a Viviane Saballa - *Universidade Federal de Pelotas*

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Dr. Aldrin Castellucci - *Universidade do Estado da Bahia*

Prof. Dr. Antônio Luigi Negro - *Universidade Federal da Bahia*

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Prof^ª Dr^a Carla Beatriz Meinerz - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Prof^ª Dr^a Carla Rodrigues Gastaud - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Deivid Valério Gaia – *Universidade Federal do Rio de Janeiro*

Prof^ª Dr^a Eliane Teresinha Peres - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Prof. Dr. Felipe Alves Pereira Avila - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Gilberto Calil - *Universidade Estadual do Oeste do Paraná*

Prof. Dr. Ginter Tlajja Leipnitz - *Universidade Federal do Pampa*

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos – *Universidade Federal do Rio de Janeiro*

Prof^ª Dr^a Luiza Horn Iotti - *Universidade de Caxias do Sul*

Prof. Dr. Nilton Mullet Pereira - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Prof. Dr. Rodrigo Santos de Oliveira - *Universidade Federal do Rio Grande*

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira – *Universidade do Vale do Rio dos Sinos*

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado – *Universidade Federal de Santa Catarina*

Prof. Dr. René Ernaini Gertz – *Pontifícia Universidade Católica - RS*

Sumário

Apresentação do número 5

Equipe Editorial.....p. 5

Dossiê: Fontes Históricas: Desafios e Possibilidades Metodológicas

Apresentação do Dossiê

Daniel Lopes Saraiva.....p. 7

Estilhaços do espelho: crise dos paradigmas na teoria da história e historiografia de 1970 ao século XXI

Ana Paula Jardim Martins Afonso.....p. 11

História e historiografia: uma breve discussão teórico-metodológica sobre a História Social

Darlan de Farias Rodrigues.....p. 28

Fontes Históricas: cotidiano e história por meio dos periódicos

Clarice Garcia Barbosa.....p. 38

Política e Sociabilidade no século XIX: as correspondências recebidas pelo Visconde de Pelotas

Guilherme de Mattos Gründling..... p. 54

Representações e concepções relativas à mulher em postais franceses da Grande Guerra (1914-1918)

Kimberly Natalie Diehl.....p. 67

“Espelho verdadeiro da vida de seus autores?”: memória e esquecimento em acervos pessoais

Caroline da Silva, Djiovan Vinícius Carvalho.....p. 84

Cinema e ofício do historiador: As possibilidades multifacetadas de pesquisa a partir do estudo de caso do longa-metragem *A dama do Lotação* (1978)

Gabbiana Clamer Fonseca Falavigna dos Reis.....p. 95

Uma análise sobre os discos promocionais como elementos estimuladores para a projeção de Raimundo Fagner no ambiente profissional da MPB (1973 – 1982)

Stênio Ronald Mattos Rodrigues.....p. 112

Um estudo sobre a violência contra a mulher a partir de narrativas de réus julgados no juizado da Violência Doméstica da comarca de Pelotas-RS (2011-2018)

Elisiane Medeiros Chaves.....p. 126

O Bhagavad Gita como fonte de estudo da filosofia guerreira indiana

João Gomes Braatz.....p. 146

Apresentação

Mauro Dillmann Tavares – Editor-Chefe

Bárbara Denise Xavier da Costa – Editora Assistente

Gilson Moura Henrique Junior

Jéssica Bitencourt Lopes

Thayná Vieira Marsico

Vitor Wieth Porto

Discutir as fontes históricas é parte fundamental do debate teórico historiográfico. Em sua trajetória, a disciplina trouxe uma contínua preocupação com a expansão dos elementos que dão origem aos seus trabalhos, as suas pesquisas e as perspectivas da história.

A contribuição das revistas acadêmicas são necessárias na expansão da própria discussão teórica a respeito das fontes, não apenas com o intuito de ampliar a crítica das mesmas, como de modo a produzir formas de inovações na própria ideia do que são fontes históricas e como abordá-las, as contribuições teórico metodológicas para seu tratamento e as novidades relacionadas aos métodos para a construção de quadros verossímeis em relação ao passado a partir das pistas e indícios fornecidos pela análise dos resquícios deste existentes nas fontes. Para finalizar o ano, a edição número cinco da *Ofícios de Clio* busca exatamente agregar com toda essa questão através do dossiê *Fontes Históricas: Desafios e Possibilidades Metodológicas* que será devidamente apresentado pelo seu proponente, o doutorando Daniel Lopes Saraiva (UDESC), o qual desenvolve excelentes pesquisas utilizando-se da música (assim como o próprio ambiente musical) e do cinema como fontes para uma maior compreensão da (turbulenta) segunda metade do século XX no Brasil.

Algumas considerações da Equipe Editorial sobre este número devem ser feitas aos leitores. O quinto número se faz peculiar diante da ausência tanto de Artigos Livres quanto do Dossiê Educação, falta essa que se apresenta por dois motivos. O primeiro é que o Dossiê em si abrange muito do que geralmente se enquadraria como um artigo livre na revista, que é o trabalho com as mais variadas fontes nas mais diversas temporalidades históricas. Essa abrangência causou uma significativa procura pelo Dossiê, recebendo mais artigos que o comum no histórico dos quatro números anteriores. O segundo motivo, mais simples, é que muitos dos artigos (livres e dossiê educação) infelizmente acabaram por ficar no meio do caminho durante a jornada de avaliação. Apesar dessa ausência, podemos garantir que os dez

artigos presentes neste número são uma grande adição para as mais variadas linhas de pesquisa da História, mostrando a grande diversidade tanto das fontes quanto teórico-metodológica de discentes (graduandos e pós-graduandos) das mais diversas instituições de ensino superior brasileiras.

A Equipe Editorial agradece imensamente ao empenho dos autores, pareceristas e ao organizador do dossiê, que possibilitaram que esse número fosse lançado após meses de trabalho intenso. Agradecemos especialmente aos professores do Departamento de História da UFPel e membros do Conselho Editorial Fábio Vergara Cerqueira, Ana Inez Klein e Adhemar Lourenço da Silva Junior, que nos auxiliaram com a revisão e edição dos *abstracts* deste número.

Desejamos a todos e todas uma excelente leitura e boas festas!

Apresentação

Dossiê “Fontes Históricas: Desafios e Possibilidades Metodológicas”

Nas últimas décadas, a historiografia vem passando por uma expansão das fontes. Influenciados pela terceira geração dos *Annales*, historiadores tem buscado não apenas a diversificação de documentos como novas possibilidades metodológicas para suas pesquisas. Além disso, a interdisciplinaridade é cada vez mais comum e necessária à operação histórica.

O dossiê aqui proposto tem como finalidade demonstrar essa variedade de pesquisas, fontes e aportes teórico-metodológicos, existentes nas diversas instituições de ensino de História pelo país. A profissão de historiador, embora ainda não regulamentada por lei, tem passado por várias modificações, entre as quais, sua crescente participação no espaço público. Cada vez mais as pesquisas transpõem os muros da academia e ganham visibilidade em meio ao grande público.

Os dez artigos expostos nessa edição mostram as múltiplas facetas de pesquisas e possibilidades de atuação de historiadores, com diferentes níveis de titulação, temáticas e instituições. O número cinco da revista Faces de Clío demonstra de maneira diversificada e completa as temáticas variadas, mostrando parte dessa ampliação de fontes e novas metodologias no campo das pesquisas históricas nas últimas décadas.

O primeiro artigo intitulado **Estilhaços do Espelho: crise dos paradigmas na teoria da história e historiografia de 1970 ao século XXI**, da doutoranda em História Global da Universidade Federal de Santa Catarina, Ana Paula Jardim Martins Afonso, faz uma discussão teórico-metodológica do campo da história em 1970, com destaque para a emergência da História Cultural. Apresenta também o campo da Micro História como promissor para o debate de uma História Cultural atualizada, além de discutir a emergência dos estudos em História Global. A autora tem como ponto de partida os *Annales* e mobiliza ideias de autores como Fernand Braudel, Roger Chartier, Carlo Ginzburg e Sandra Pesavento. Finaliza o texto com a frase de Jaques Le Goff (2001): “o historiador não pode ser um burocrata da história, deve ser um andarilho fiel a seu dever de exploração e aventura”. Assim, reafirma o espírito do historiador como inquieto e em constante movimento.

Darlan de Farias Rodrigues, mestrando de História da Universidade Federal de Pelotas, em **História e Historiografia: uma breve discussão teórico-metodológica sobre a História Social**, mostra de que maneira esse debate permeia sua pesquisa sobre o patronato

rural rio-grandense e o processo de intercâmbio de seus grupos com as estruturas de dominação.

Clarice Garcia Barbosa, mestranda em História Econômica na Universidade de São Paulo, em **Fontes Históricas: cotidiano e história por meio de periódicos**, narra a trajetória dos jornais enquanto fontes de pesquisa dos historiadores, remontando a ampliação das fontes com a Escola dos *Annales* e citando pesquisas de Gilberto Freyre, Friedrich Engels e Karl Marx como autores que utilizaram periódicos em seus trabalhos. A autora pontua diferentes formas de se trabalhar com esse tipo de fonte, além de destacar aspectos que geraram controvérsias sobre a utilização da fonte em seus momentos iniciais, e de que maneira driblaram esse descrédito.

Em **Política e Sociabilidade no século XIX: as correspondências recebidas pelo Visconde de Pelotas**, o mestrando em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Guilherme de Mattos Gründling explicita a importância e possibilidades de se trabalhar com as correspondências enquanto fontes históricas. Para isso, ele toma como referência as cartas recebidas por José Antônio Corrêa da Câmara (Visconde de Pelotas), e analisa as redes de sociabilidade do militar rio-grandense, estratégias para ascensão. O autor mostra como esse tipo de fonte nos ajuda a remontar aspectos da história que estão fora das fontes ditas oficiais.

O próximo artigo tem como fonte central os Postais Franceses difundidos no contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), escrito pela graduada em História pela Universidade do Estado de Ponta Grossa, Kimberly Natalie Diehl. No artigo **Representações e concepções relativas à mulher em postais franceses da Grande Guerra (1914-1918)**, a autora evidencia que a guerra promove um rearranjo social, uma vez que parte dos homens vai para o campo de batalha, e a necessidade de fabricação de armas faz com que as mulheres tenham de sair da posição de donas de casa e passem a fazer parte do mundo do trabalho das fábricas, sindicatos e outros espaços antes não ocupados. A autora também aborda a imagem enquanto fonte e as respectivas metodologias. Também discute o gênero enquanto categoria de análise histórica. Por fim, Kimberly demonstra que mesmo havendo essa mudança na vida das mulheres, essa imagem não é retratada nos postais aos quais teve acesso. A mulher nesses postais era retratada de forma doce, muitas vezes com a família, pensando no companheiro que estava na guerra ou como enfermeira, nesse caso fazendo parte da retaguarda do homem e não como figura central.

Caroline da Silva e Djiovan Vinicius Carvalho trazem a importância de trabalhar com arquivos pessoais. No texto intitulado **“Espelho verdadeiro da vida de seus autores?”: memória e esquecimento em acervos pessoais**, os dois mestrandos em História da Universidade de Passo Fundo nos ajudam a pensar não apenas na importância que os acervos pessoais ganharam nas últimas décadas, fazendo parte de arquivos de grandes instituições como o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), mas também permitem repensar a forma como os arquivos são construídos, por quem, quem é o doador do arquivo, que imagem querem passar, e na seleção realizada, uma vez que dentre os documentos produzidos durante a vida apenas uma parte é guardada.

Mostrando que o trabalho do historiador com a fonte audiovisual é possível e que cada vez ganha mais adeptos, Gabbiana Clamer Fonseca Falavigna dos Reis, com doutorado em história em andamento na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, tem como fonte central filmes. No artigo **Cinema e ofício do historiador: As possibilidades multifacetadas de pesquisa a partir do estudo de caso do longa-metragem A Dama da Lotação (1978)**, a autora trabalha com a película nominada no título, fazendo análise de cenas do filme e com a recepção do filme por críticos de três jornais. Além disso, Gabbiana faz um pequeno guia de possibilidade para historiadores que querem trabalhar com esse tipo de fonte.

Da fonte Audiovisual para a fonográfica, Stênio Ronald Mattos Rodrigues, doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, intitula seu trabalho **Uma análise sobre os discos promocionais como elementos estimuladores para a projeção de Raimundo Fagner na ambiente profissional da MPB(1973-1982)**. O autor parte do mercado do disco para explicar de que forma é possível trabalhar com suas fontes, além de explicitar as outras maneiras de se trabalhar com a história da música. Para além dos fonogramas, cita dados de vendagem e notícias em jornais e revistas, que ajudam a remontar trajetórias artísticas. Stênio usa como fontes principais dois compactos promocionais lançados nos anos de 1973 e 1982 e discute a forma como eles influenciam e compõem a história de Raimundo Fagner, cantor cearense que inicia sua carreira na década de 1970 e atinge grande sucesso de público, crítica e vendas.

O nono artigo é fruto de parte da dissertação de Elisiane Medeiros Chaves, que conferiu a autora o título de mestre pela Universidade Federal de Pelotas. **Um estudo sobre a violência contra a mulher a partir de narrativas de réus julgados no juizado da Violência Doméstica da comarca de Pelotas-RS(2011-2018)**, trabalha com fontes orais e Tempo Presente. A autora entrevista 18 réus de casos de agressão contra suas companheiras,

usa como fonte os processos no qual esses homens eram julgados. Demonstrando os lapsos, escolhas e ênfases da memória, a autora constrói o artigo de maneira que conseguimos observar como os entrevistados vão tecendo suas narrativas. Também apresenta possibilidades de trabalho histórico com a memória e com um período de tempo menos recuado. Elsiane nos ajuda a vislumbrar a potencialidade das pesquisas sobre história e Tempo Presente, além de nos mostrar que é possível trabalhar com temáticas sensíveis e ainda sim manter o rigor metodológico e vinculação com a historiografia.

Finalizando o dossiê temos a importante contribuição do graduando em História da Universidade Federal de Pelotas João Gomes Braatz. **O *Bhagavad Gita* como fonte de estudo de filosofia guerreira indiana** evidência a escassez de produção acadêmica no Brasil a respeito da antiguidade na Índia. Ainda destaca que frequentemente assumimos o olhar do pesquisador europeu ao consideramos o Oriente como um elemento homogêneo, apesar dessa região envolver diferentes países que devem ser analisados através das suas singularidades. Como fonte central ele mobiliza o texto indiano *Bhagavad Gita*, pertencente à obra *Mahabharata*. João Gomes demonstra a importância de trabalhar não apenas com uma fonte pouco analisada no país, mas também a riqueza de detalhes na fonte trabalhada.

Ao todo, são dez artigos que nos ajudam a pensar a pesquisa histórica como um caleidoscópio, uma vez que temos inúmeras possibilidades de abordagens, fontes e metodologias. O dossiê cumpre sua finalidade suscitando diferentes indagações e questionamentos. Além disso é de grande importância para o historiador em início de carreira, pois possibilita o olhar para caminhos diferentes, possíveis de serem seguidos.

Boa leitura!

Daniel Lopes Saraiva

Doutorando em História/UDESC

Estilhaços do espelho: crise dos paradigmas na teoria da história e historiografia de 1970 ao século XXI

Ana Paula Jardim Martins Afonso, UFSC¹

Resumo

O presente artigo objetiva apresentar os pontos de encontro e distanciamentos entre a crise dos paradigmas na teoria da história e historiografia emergentes nas décadas de 1970 e 1980 e seus desdobramentos na contemporaneidade. A proposta se concentrará na apresentação de um breve panorama das discussões teórico-metodológicas da história em 1970 e a emergência da História Cultural. Para elucidar melhor os pontos elencados, apresentaremos o campo da Micro História como promissor para o debate da História Cultural e a reorientação de perspectivas acerca de objetos e fontes para História e a emergência dos estudos em História Global.

Palavras-chave: Micro História; Teoria da História; historiografia.

Abstract

The present article aims to present the points of encounter and distances between the crisis of paradigms in the theory of history and historiography emergent in the decades of 1970 and 1980 and its unfolding in contemporaneity. The proposal will focus on presenting a brief overview of the theoretical-methodological discussions of history in 1970 and the emergence of Cultural History. To better elucidate the points listed, we will present the field of Micro History as promising for the debate of Cultural History and the reorientation of perspectives about objects and sources for History and the emergence of studies in Global History.

Keywords: Micro-History; Theory of the History; Historiography.

Introdução

A História, bem como inúmeras áreas dos saberes, é atravessada por acontecimentos que afetam diretamente as maneiras de estabelecer seu domínio. Ora, a incessante busca de teóricos/as para encontrar lentes apropriadas para ler a realidade nos mostra a fluidez e dinamismo desta área. Portanto, é crucial olhar para o passado de modo crítico e reflexivo, portanto, lúcido. É no que tange a essa lucidez que diz respeito o presente artigo. A chamada “crise de paradigmas” traz em seu bojo discursivo incertezas para história e historiografia. Nesse sentido, é fundamental dizer que os modelos explicativos da realidade no ocidente passaram por inúmeros processos de dissolução por não darem mais conta de explicar a realidade que se apresentava diante deles.

Como desdobramento de um processo que, destacamos aqui, culmina no fim da crença em verdades absolutas, neutralidade, objetividade e distanciamento do objeto, a prática e o

¹ Licenciada em História pela Universidade Estadual de Montes Claros e Mestre em História Social pela mesma instituição. Atualmente, Doutoranda em História Global pela Universidade Federal de Santa Catarina.

ofício dos historiadores se veem contra a parede no que tange as novas demandas de pesquisa. Assim, o presente artigo objetiva apontar a relação entre a crise dos paradigmas na teoria da história e historiografia emergentes nas décadas de 1970 e 1980 e seus desdobramentos no contemporâneo. Para tanto, a proposta se concentrará em apresentar breve panorama das discussões teórico-metodológicas da história em 1970 e a emergência da História Cultural. Para elucidar melhor os pontos elencados, apresentaremos o campo da Micro História como promissor para o debate da História Cultural e a reorientação de perspectivas acerca de objetos e fontes para História e a emergência dos estudos em História Global assim estabeleceremos os pontos de encontro e distanciamentos entre a crise dos paradigmas dos anos de 1970 e seus desdobramentos no contemporâneo.

A crise dos paradigmas e a emergência da História Cultural

No percurso dos anos de 1960, 1970 e 1980 fez-se urgente repensar e reconstituir o modo como se produzia história. Os historiadores deste período passam a questionar e criticar profundamente a historiografia positivista anterior aos anos de 1920, além do paradigma das ciências sociais aplicado à historiografia, o marxismo e o estruturalismo. Conforme afirma Giovanni Levi (1992):

[sic] os anos 70 e 80 foram, em quase todo o mundo, anos de crise para a crença otimista prevalecente de que o mundo seria rápida e radicalmente transformado em linhas revolucionárias. Naquela época, muitas das esperanças e mitologias que antes haviam orientado uma parte importante do debate cultural, incluindo o domínio da historiografia, estavam se comprovando, não tanto inválidas, mas inadequadas diante das imprevisíveis consequências dos acontecimentos políticos e das realidades sociais. (LEVI, 1992, p. 134).

Instaura-se, portanto, o seguinte impasse: a historiografia tradicional (positivista) perdia expressividade e domínios, ao passo que assistíamos, simultaneamente a isso, o fervilhar dos movimentos sociais e políticos². Neste contexto, novas questões entram em cena para compor o quadro de preocupações das ciências humanas. Por isso, é pujante colocar novas questões e abordagens, perspectivas e metodologias para pesquisa histórica. O desgaste do otimismo teórico-metodológico que é apresentado pela historiografia tradicional pressupôs

² Destacamos aqui, principalmente, os movimentos de descolonização afro-asiáticos, o movimento do Maio de 68, movimentos de contracultura europeus e não europeus movimentos pela liberação sexual e segunda onda dos movimentos feministas no ocidente. Para mais informações consultar “A era dos extremos” de Eric Hobsbawm, especificamente os capítulos que versam sobre “A revolução social” e a “Revolução cultural” in HOBSBAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 90.

uma profunda e completa revisão do instrumental de pesquisa dos historiadores que se ligavam às correntes do positivismo e historicismo³.

A partir do rompimento, portanto, com antigos modelos de pesquisa que privilegiavam o documental e o factual, vimos ampliar-se o conceito de fonte e emergir novos objetos de estudo, assim como novos aparatos teórico-metodológicos. Toda a produção humana passava a ser considerada passível de estudo e a história abriu-se às ciências humanas e a outras áreas do conhecimento, concebendo, então, a interdisciplinaridade e o ecletismo teórico. Conforme aponta Roger Chartier, esse é um momento em que a história passa por uma crise de incertezas profunda e, portanto,

Seguir assim “à beira da falésia” também permite formular mais seguramente a constatação de crise ou, no mínimo, de incerteza frequentemente enunciada hoje em dia acerca da história. Aos elãs otimistas e conquistadores da “nova história” sucedeu, com efeito, um tempo de dúvidas e de interrogações. Para esse humor inquieto e, às vezes inquietante, várias razões: a perda da confiança nas certezas da quantificação, o abandono dos recortes clássicos, primeiramente geográficos, dos objetos históricos, ou ainda, o questionamento das noções (“mentalidades, “cultura popular”, etc.), das categorias (classes sociais, classificações sócio-profissionais, etc.), dos modelos de interpretação (estruturalista, marxista, demográfico, etc) que eram os da historiografia triunfante. (CHARTIER, 2002, p. 8).

A história proposta pelas primeiras gerações dos *Annales* tornava urgente compreender o homem em um contexto mais abrangente, que perpassasse por outras instâncias além das concretas e racionais. Surgem, conforme Sandra Jatahy Pesavento (2003, p. 107), novos aliados a essa disciplina, a exemplo da Psicologia, Antropologia, Literatura e Sociologia; assim, Clío passa a trabalhar com múltiplas possibilidades, articulando a pluralidade de pontos de vista. A respeito disso, Fernand Braudel (2005) acrescenta que “[...] o plural triunfante do século XIX é um sinal de reflexões, de mentalidades, de tempos novos”. (BRAUDEL, 2005, p. 241). O autor ratifica a necessidade do historiador/a reconhecer no

³ Criado por Augusto Comte em meados do século XIX esta posição teórica defendia a busca de um fator determinante para considerar a história enquanto uma narrativa a serviço da verdade absoluta e imutável. Portanto, o uso de fontes oficiais dos Estados Nacionais, crença na neutralidade e objetividade entre pesquisador e objeto de pesquisa transformam, para os positivistas, o conhecimento histórico em um campo do saber que busca comprovar, por meio dos documentos oficiais, fatos tal qual aconteceram, conferindo-lhes valor de verdade. O Historicismo, por sua vez, herdando alguns elementos do positivismo, institucionalizou o ofício do historiador e oficializou a História como disciplina. Seu precursor, Leopold Von Ranke, defendia o contato direto com o objeto de estudo para que a verdade deste fosse alcançada. Assim, compreendia a singularidade de cada período histórico e apenas a escrita era considerada como fonte. Contrário a Comte, Von Ranke admitia a diferença epistêmico-metodológica entre as ciências humanas, naturais e exatas. Para melhor compreensão, conferir: REIS, José Carlos. **História e Teoria. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2006. [1ª ed. 2003].

cultural toda sua extensão, realizando uma “consulta” ao conjunto de ciências do homem, desde as tradicionais até as mais novas, “do filósofo ao demógrafo e ao estatístico”. (BRAUDEL, 2005, p. 273)

A conjuntura de inclusão de novas temáticas e abordagens e da busca por novas e diferentes formas discursivas é, então, chamado de História Cultural. A partir daí assistimos emergirem novos sujeitos históricos (como os homens e mulheres comuns, a loucura, as sensibilidades, os homossexuais) que agora são considerados como agentes/atores políticos do momento histórico que se seguia; por conseguinte, passíveis de análise, assim como diferentes recursos metodológicos são admitidos, não estando mais a história totalmente restrita à influência exercida pela razão. Peter Burke (2006, p. 259) evidencia, nesse sentido, a possibilidade de estudar a História Cultural como um processo de intercâmbio entre subculturas distintas, entre homens e mulheres, católicos e protestantes, urbanos e rurais, muçulmanos e hindus e assim por diante. André Burguière (1998) corrobora o argumento dizendo que:

Os comportamentos menos discutidos de uma sociedade – como os cuidados com o corpo, as maneiras de se vestir, a organização do trabalho e o calendário das atividades cotidianas – refletem um sistema de representação do mundo, que nos vincula em profundidade com as formulações intelectuais mais elaboradas. (BURGUIÈRE, 1998, p. 148).

Do final dos anos 1960 até meados dos anos 1980, portanto, a História Social avançava para os domínios do Cultural. A este respeito, Pesavento afirma que a proposta da História Cultural era “[...] decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e ao mundo.” (PESAVENTO, 2003, p. 42). Ciro Flamarion Cardoso (2005, p. 258), por sua vez, ao tratar da questão social/cultural em seu livro *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios* destaca uma assertiva do historiador Roger Chartier: “Da história social da cultura a uma história cultural do social. [...] devemos encarar as representações coletivas como matrizes que dão forma às práticas com as quais o próprio mundo social é construído”⁴. Burke (2006), por seu turno, entende a História Cultural como uma “[...] tradução cultural da linguagem do passado para a do presente, dos conceitos da

⁴ Trecho destacado no 12º capítulo do livro **Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios, intitulado Sociedade e cultura: conceitos complementares ou rivais?** de Ciro Flamarion Cardoso. A citação de Roger Chartier foi extraída de: CHARTIER, Roger. Texts, symbols, and Frenchness. **Journal of Modern History**, 57, p. 682-695, 1985.

época estudada para os de historiadores e seus leitores” (BURKE, 2006, p. 245), e pontua que seu objetivo está em tornar a alteridade do passado visível e inteligível, simultaneamente.

A História Cultural, portanto, definiu-se entre as fronteiras do conhecimento, por se situar no limite entre verdade e ficção (PESAVENTO, 2003, p. 107), e foi fortemente marcada pelas contribuições da terceira geração da Escola dos *Annales*, que tinha como objetivo uma “Nova História”, baseada na incorporação de temas que se referiam ao imaginário popular e aos costumes de um povo, ponto em que Peter Burke concorda ao dizer que “[...] a história deveria se interessar tanto pela cultura como pela política, pelos ‘grandes gênios’ como pelas ‘grandes nações’, pelos homens de letras como pelos reis, pelos filósofos como pelos conquistadores.” (BURKE, 2006, p. 32).

Esta postura desconstruiu a dimensão universal da História, tornando-a mais flexível e abrangente, ao mesmo tempo em que permitiu o entendimento de que fontes ficcionais contêm plausibilidade histórica e que os acontecimentos históricos possuem, na sua dinâmica, a força do imaginário. Para Prost (2008), a História, distanciada do modelo das ciências positivas, passou a admitir o emprego da imaginação, operando sobre aquilo que Burke dizia não serem objetos reais, “[...] mas sobre as representações que temos dos objetos.” (BURKE, p. 170). A afirmativa de Prost (2008) confirma o exposto:

Atualmente, é impossível fazer história social sem levar em consideração o universo das práticas sociais concretas e o das representações, criações simbólicas, rituais, costumes e atitudes diante da vida e do mundo, em suma, o universo [...] das culturas e das práticas culturais. (PROST, 2008, p. 205).

A variedade da História Cultural, na concepção de Burke (2006, p. 263), presta importante depoimento sobre a fragmentação do atual mundo acadêmico, além de revelar uma nova visão acerca da Cultura, cujo processo de apropriação e assimilação de conceitos e significados deixa de ser secundário para assumir relevância primordial. Não há que se discordar que não existe anuência acerca do que se constitui a história cultural, menos ainda sobre que o que constitui o termo cultura. É imprescindível considerar que a história cultural não possui uma essência e que a dificuldade de definição está justamente aí, uma vez que, é um desafio escrever a história de algo que não tem uma identidade fixa. Desta forma, “[...] a estratégia da prática histórica implica um estatuto da história.” (DE CERTEAU, 2000, p. 90).

Aos historiadores que se aproximaram dessa “saída” teórico-metodológica para a crise paradigmática da história, observamos suas raízes mapeadas dentro do marxismo, orientação política de inclinação para esquerda, com poucas tendências metafísicas. A despeito disso, estas transformações foram úteis para solidificar o terreno da historiografia diante dessas

incertezas e estabelecer, segundo Levi (1992), “[...] a ideia de que a pesquisa histórica não é uma atividade puramente retórica e estética” (LEVI, 1992, p. 135). Conforme Levi,

[sic] a micro história em si nada mais é do que uma gama de possíveis respostas que enfatizam a redefinição de conceitos e de uma análise aprofundada dos instrumentos e métodos existentes. Ao mesmo tempo, tem havido outras soluções propostas, absolutamente mais drásticas, que com frequência desviam para um relativismo desesperado, para o neo-idealismo ou mesmo para o retorno a uma filosofia repleta de irracionalidade. (LEVI, 1992, p. 135).

Por isso, o reduto da micro história dentro da corrente da Nova História não se valeu do argumento de apenas corrigir aspectos da historiografia tradicional, sobretudo na academia, que já não conseguiam interpretar a realidade de maneira coerente. A maior preocupação dessa perspectiva foi refutar o relativismo, irracionalismo e a redução do ofício do historiador a uma atividade puramente retórica, que se preocupava apenas com a interpretação dos textos e se esqueceu dos acontecimentos. Desse modo, tendo a Micro História como pressuposto central, percorreremos o caminho da análise interpretativa que se vale da fragmentação, a fim de perceber quais as contribuições dessas novas abordagens.

Micro História, redução de escala e olhares.

A Micro História, perspectiva metodológica que emerge no contexto da historiografia italiana e, posteriormente, é difundida no ocidente, sobretudo na Europa, entendida conforme Levi (1992) como “[...] uma prática essencialmente baseada na redução da escala de observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental” (LEVI, 1992, p. 136), mudou os rumos da escrita da história e teve como precursores Carlo Ginzburg, Giovanni Levi e Edoardo Grendi. Desta maneira, a micro história se constitui enquanto uma descrição densa da “realidade social”, com presença de mais detalhes e um aprofundamento incontestável no que concerne a análise do objeto de estudo. Assim, a redução da escala permite que as experiências do indivíduo, antes negligenciado pela historiografia tradicional, experiências concretas e regionais se tornem relevantes para a construção histórica, podendo ser aplicadas em qualquer lugar, não obstante as dimensões do objeto analisado. Para tanto, afirma então Ginzburg que,

No passado, podiam-se acusar os historiadores de querer conhecer somente as “gestas dos reis”. Hoje, é claro, não é mais assim. Cada vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixando de lado ou simplesmente ignorado. “Quem construiu Tebas das sete portas?” _

perguntava o “leitor operário” de Brecht. As fontes não nos contam nada daqueles pedreiros anônimos, mas a pergunta conserva todo seu peso. (GINZBURG, 2006, p. 11).

É fundamental aqui destacar que, conforme afirma Lima (2015, p. 582), é preciso tomar muito cuidado com leituras bastante superficiais acerca da ideia de “redução de escalas”. Para tanto, a micro história trouxe a tona para o debate a desconfiança em relação a modelos muito gerais de explicação da realidade histórica que, por sua vez, acabam por obliterar a relevância de experiências e vidas particulares, vivências individuais e ações isoladas de atores sociais invisibilizados pela lógica das relações de forças que atuavam na construção das narrativas históricas.

Por conseguinte, foi fundamental repensar o papel desses atores sociais na história naquilo de mais íntimo e particular. A micro história tem como princípio unificador de sua pesquisa a crença de que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados, uma vez que tentou estabelecer uma rede de relações e articulações que permitissem esse tipo de percepção. Apesar de ter seu campo de estudos localizado na historiografia, muitas características da micro história ligam-na à antropologia, sobretudo no que se refere à “descrição densa” que Clifford Geertz entende como perspectiva adequada ao trabalho antropológico. Por isso, Levi (1992) diz que “[...] esta perspectiva parte de um conjunto de sinais significativos e tenta ajustá-los em uma estrutura inteligível.” (LEVI, 1992, p. 141).

Carlo Ginzburg lança mão do conhecido “paradigma indiciário”, método de análise que sugeriu pensar o passado através de pistas que construam uma narrativa verosímil, uma vez que “[...] o corpo, a linguagem e a história dos homens foram submetidos pela primeira vez a uma investigação sem preconceitos, que por princípio excluía a intervenção divina.” (GINZBURG, 1989, p. 155). Essa mudança de perspectiva que produz um modelo teórico-metodológico novo surgiu em função da contrapartida que se dá em relação à história produzida anteriormente: econômica, marxista e estruturalista. Ronaldo Vainfas, acerca da micro história constata que:

A micro história, contudo, salvo por algumas traduções- como o solitário artigo de Giovanni Levi, incluso em *A escrita da história* (UNESP, 1992), e sobretudo os *Jogos de escalas*, traduzidos pela Fundação Getúlio Vargas, em 1998, continuou por muito tempo, e talvez continue, prisioneira de equívocos e mal entendidos. Mal diferenciada da história cultural, na melhor das hipóteses frequentemente confundida com história das mentalidades, com história do cotidiano. Por vezes tomada como expressão típica de uma história antropológica exclusivamente descritiva ou como o exemplo maior

de uma história que renunciou a seu estatuto de conhecimento científico, invadindo o território da literatura e rompendo cada vez mais as fronteiras que mantinha com a narrativa ficcional (VAINFAS, 2002, p. 10).

Ora, se as mentalidades vieram para suprir uma defasagem teórica do marxismo, não foi diferente do que aconteceu com a micro história. Vastamente confundidas, uma vez que as aproximações entre a história das mentalidades e a micro história se veem presentes nas afinidades temáticas, no apego à narrativa, à tentativa de estreitar os laços entre história e antropologia e à adoção de certos conceitos operativos em modelos antropológicos, vale lembrar que, segundo Vainfas, “[...] uma das características fundamentais da micro história que muito diferencia da história das mentalidades é sua renúncia, aí sim, à história geral, à contextualização sistemática, à explicação e à síntese.” (VAINFAS, 2002, p. 51).

Nesse mesmo sentido, a gênese da micro história pode ser percebida pelo incessante debate intelectual e, sobretudo, historiográfico das décadas de 1970 e 1980. Destarte, corresponde à crise dos paradigmas e de outros modelos teórico-metodológicos que se prestavam a tentar produzir um tipo de história total e universalizante e segundo Vainfas, “[...] com a ‘solução’ das mentalidades, que cedo se mostrou inconsistente no plano estritamente teórico-metodológico” (VAINFAS, 2002, p. 68). Vainfas elucida que,

A micro história, se a situarmos no campo da nova história cultural, também partiu da crítica aos excessos de irracionalismo ou psicologismo, à negligência no tocante às hierarquias e conflitos sociais e à redução do trabalho historiográfico à simples descrição textual de fatos registrados na documentação (VAINFAS, 2002, p. 69).

Para localizar a micro história geograficamente dentro desta ruptura de paradigmas nas últimas décadas do século XX, constata-se que fora descoberta enquanto gênero historiográfico com sua gênese na Itália. No Brasil, começara a aparecer, timidamente, por volta da década de 1980, trazida pelas traduções dos livros de história das mentalidades francesa e Nova História Cultural da Itália, Inglaterra e Estados Unidos da América, apresentando seus primeiros estudos voltados para o período colonial e o século XIX. Na medida em que dá as caras para a sociedade brasileira, a micro história pelos historiadores/as como um emblema negativo da Nova História, uma vez que por causa da confusão entre história das mentalidades, história cultural e nova história, a micro história se viu numa posição de um tipo de história condenável.

A fim de compreender mais cuidadosamente, o historiador José D’assunção Barros nos diz que:

O objeto de estudo do micro historiador não precisa ser desta forma o espaço micro recortado. Pode ser uma prática social específica, a trajetória de determinados atores sociais, um núcleo de representações, uma ocorrência (por exemplo um crime) ou qualquer outro aspecto que o historiador considere relevador em relação aos problemas sociais ou culturais que se dispôs a examinar. Se ele elabora a biografia de um indivíduo (frequentemente escolherá um indivíduo anônimo) o que estará interessado não é propriamente biografar este indivíduo, mas sim os aspectos que poderá perceber através do exame micro localizado desta vida (BARROS, 2013, p. 153-154).

Vainfas justifica o atraso da chegada da micro história no Brasil dizendo que:

O atraso de 10 ou 15 anos que marcou a difusão dessas correntes no Brasil foi, em grande parte, responsável por tais confusões, pois todas essas inovações da historiografia principalmente europeia chegaram juntas, ou, pelo menos, se difundiram juntas na década de 1980. Na década de 1970, tempo de ditadura no Brasil e, ao mesmo tempo, de implantação dos programas de pós-graduação no país, os cursos de história e a pesquisa universitária - sendo a universidade um dos guetos de crítica ao regime, sobretudo na área de Humanidade - adotou, de diversos modos, caminhos de pesquisas ligados a uma história do tipo socioeconômico, preferencialmente marxista, o que resultou em uma espécie de barreira intelectual para a recepção do que se passava na historiografia ocidental (VAINFAS, 2002, p. 9).

O arremate teórico que concerne aos historiadores que problematizam a micro história tanto como abordagem teórica, quanto como modelo de metodologia está na publicação do trabalho de Jacques Revel “Jogos de escalas” (1998) e sua clivagem fulcral com o artigo “Micro história, macro história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado” (2010). A publicação de Revel se fez decisiva para pensarmos os limites da análise micro histórica e as conexões com a *Global History*. Nesse sentido, retomando o que foi apresentado inicialmente neste tópico, é fundamental compreendermos que a micro história buscou analisar os mais diversos objetos sociais/culturais sob óticas diversas, não se tratando unicamente de uma análise do “local”.

Portanto, vale destacar que o artigo tem peso categórico nos debates sobre micro história e história global, na medida em que se preocupa em discutir o papel desempenhado pelo que chama de variação de escalas de análise históricas, compreendendo a relevância de percepção dos fenômenos na longa duração, para evocar a perspectiva braudeliana, bem como as nuances quase que imperceptíveis que o paradigma indiciário é capaz de revelar. Por fim, considera Revel (2010), que:

O modelo analítico que acabei de esboçar convida a pensar que é em todos os níveis, desde o mais local até o mais global, que os processos sócio-históricos são gravados, não apenas por causa dos efeitos que produzem, mas

porque não podem ser compreendidos a não ser que os consideremos, de forma não linear, como a resultante de uma multiplicidade de determinações, de projetos, de obrigações, de estratégias e de táticas individuais e coletivas. Somente essa multiplicidade desordenada e em parte contraditória nos permite dar conta da complexidade das transformações do mundo social (REVEL, 2010, p. 443).

É a partir e tencionada por estas percepções que a historiografia se faz fluida e dinâmica, a fim de acompanhar o fluxo de estruturas, conjunturas e acontecimentos. Portanto, é urgente que os historiadores problematizem os fenômenos, com vistas a analisá-los a partir de uma proposta de variação de escalas, em que o global e o local possam se entrecruzar e nos possibilitar o alcance cada vez mais nítido das transformações históricas.

História global em perspectiva: encontros e desencontros entre o micro e o macro

O legado da crise de paradigmas dos anos de 1970 deixou para a historiografia contemporânea múltiplas possibilidades de análise, recorte e perspectivas. Nesse sentido, observamos os processos de fragmentação e especialização históricas, em que cada objeto e fonte são problematizados conforme suas respectivas propostas teórico-metodológicas específicas. Nesse sentido, D'assunção Barros (2004) destaca que:

Uma característica crescente da historiografia moderna é que ela tem passado a ver a si mesma – de maneira cada vez mais explícita e auto-referenciada – como um campo fragmentado, compartimentado, partilhado em uma grande gama de sub-especialidades e atravessado por muitas e muitas tendências. Fala-se hoje em muitos tipos de “história”, quando na historiografia profissional do início do século XIX os historiadores tinham uma ideia bem mais homogênea do seu ofício (BARROS, 2004, p. 18).

Refletir acerca desses novos/as atores que roubam a cena das práticas sociais e políticas e a institucionalização dos saberes é compreender a importância de que estes também são parte fundamental da construção da história e devem aparecer nos registros e narrativas, em vez de serem silenciados. A micro história aparece nesse contexto para tentar responder a alguns destes questionamentos e se apresenta, nesse panorama de redução de escala, como alternativa para que as narrativas fossem capazes de registrar o indivíduo em sua experiência e singularidade, sensibilidade e naquilo que há de mais humano: a vida cotidiana. Nesse sentido, Joseph Fontana (1998) elucida que:

Há alguns anos, quem pretendia descrever o panorama da ciência histórica costumava fazer um mapa no qual, sobre o fundo cinza de um velho saber acadêmico fossilizado, sobressaíam três grandes correntes inovadoras: a historiografia de inspiração marxista (refiro-me, claro, ao marxismo

chamado ‘ocidental’ e não ao catequista dos países do leste europeu), a escola francesa dos *Annales* e a nova história econômica norte-americana. Três visões que, como é bem sabido, correspondiam a três modos distintos de entender o presente sob um ponto de vista político e social (FONTANA, 1998, p. 7).

Diante disso, é necessário também pontuar que, apesar da fragmentação dos campos da história tentar resolver parte considerável das problemáticas, é impossível dar conta de tudo. É então que, conforme Fontana (1998, p. 7) “A partir de 1989, este panorama mudou completamente. Por isso, podemos falar da ‘crise de 1989’ [...]” Esse movimento, que coincide com a queda do muro de Berlim, a derrocada dos regimes do “socialismo real” do leste europeu, bem como as reinterpretações da esquerda sobre a Revolução Francesa, impacta profundamente os historiadores. Era, conforme Francis Fukuyama, “o fim da história.”⁵

Assim, surgem novas demandas e as teorias sociais contemporâneas buscam questionar perspectivas eurocentradas, pautadas em discursos hegemônicos do sujeito moderno/racional/uno, ou seja, homem-branco-europeu-heterossexual-colonizador. Com isso intenta-se dizer que, as narrativas históricas de fins do século XX e início do XXI, atravessadas pelos processos de globalização e movimentos de descolonização, tem buscado desvencilhar e/ou romper com os modelos explicativos dos acontecimentos pautados em uma lógica colonialista, eurocêntrica e universalizante.

A globalização, processo que assim sintetizado caracteriza-se pelo crescimento da intercomunicação entre sujeitos e lugares e que ocorre em escala global, conecta comunidades e organizações sociais em novos arranjos de espaço-tempo. Nesse sentido, argumenta Stuart Hall (2002) que esse processo nos afasta da noção tradicional de sociedade enquanto um sistema delimitado e coloca-nos frente a uma nova forma de organização e desenvolvimento sociais. Contudo, há que se considerar que a humanidade já se expandia e se interconectava mundialmente ainda no século XVI e então, podemos pensar as sociedades mercantilistas como integrando parte de um sistema global de atividades econômicas.

François Hartog elucida, então, que:

Para além dos elogios ou das denúncias da globalização, os observadores não deixaram de destacar o avanço – de mãos dadas – do global e do local, da uniformização e da diferenciação. Tanto mais o global parece vencer, mais ele trabalha em profundidade os ritmos e os modos de vida, mais, aqui e ali, a preocupação com as diferenças tende a se afirmar e procurar ser reconhecida. Daí, em particular, o investimento e as mobilizações múltiplas

⁵ Cf. FUKUYAMA, F. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

em diferentes lugares dessas palavras-chave dos anos 1980 que são memória (com o dever de memória), identidade (com suas buscas e demandas de reconhecimento) e patrimônio (sob a forma, notadamente, do “patrimônio universal da humanidade”, promovido pela UNESCO) (HARTOG, 2009, p. 165).

Nesse sentido, o empreendimento intelectual feito pela História Global tem apresentado, desde os anos de 1990, uma variedade de abordagens e correntes historiográficas que pretendem pensar histórias conectadas, cruzadas, transnacionais, comparadas, globais, mundiais e, em linhas gerais, se apresentam como alargamento da unidade de análise. Ainda, as narrativas comprometidas em responder a essas mudanças buscaram identificar esse “nacionalismo metodológico” (SANTOS; Sochaczewski, 2017) como um problema a ser discutido. Por isso, seria urgente deslocar o Estado-Nação como principal eixo de análise dos acontecimentos históricos. Com efeito, a história global se constitui como campo recente de análise de fenômenos e processos históricos, considerando as narrativas nacionais e locais como inseridas em contextos globais.

Nesse sentido, conforme supracitado, os debates acerca do processo de globalização ao fim do século XX e as críticas voltadas às narrativas eurocêntricas as histórias estritamente nacionais foram decisivas para estabelecer o campo de domínio da história global. Além disso, as diversas tradições historiográficas e o entusiasmo dos movimentos sociais da América Latina, África e Ásia deram vazão ao campo que se constituía. Como destaca José D’assunção Barros (2014), há uma lógica de disputas discursivas no campo acadêmico que pleiteia por novos discursos acerca dos acontecimentos históricos.

Reconectar os sujeitos históricos às suas ancestralidades, bem como apresentar as implicações dos movimentos de colonização/ recolonização/ descolonização tem sido foco dessas disputas. Apesar de cada discurso querer sua fatia deste bolo geopolítico ou mesmo ter em seu domínio historiográfico o poder de recontar as histórias que apresentam criticidade às versões do branco-colonizador-europeu-homem, apesar de suas distinções teórico-metodológicas, as perspectivas contemporâneas que se localizam no campo da História Global tentam, nessa medida, ampliar os objetos de análise que ultrapassam a lógica do Estado Nacional, assim como escapar do eurocentrismo.

Interessante aqui apontar que, conforme analisado ao longo do artigo, as leituras micro históricas sugerem, aos mais desavisados, uma ideia de análise voltada apenas para cenários locais, extremamente recortados, além de indivíduos e eventos deslocados no tempo/espaço, apresentados de modo anônimo e incoerente. De encontro a esta ideia, os debates apresentados aqui sugerem desmistificar esse argumento que atribui a micro história lugar de

descrédito na historiografia, ao tentarmos articular a necessidade de conectar e integrar estas singularidades que os vestígios nos possibilitam enxergar e a estrutura de mais longa duração dos processos sociais que é possível perceber a partir destas pistas. Conforme Henrique Espada Lima:

[sic] os micro-historiadores tinham a ambição de que os grandes modelos explicativos poderiam ser repensados, corrigidos ou mesmo desafiados pela observação intensiva de casos particulares, trajetórias individuais e de grupo, e aspectos da realidade histórica que seriam de outro modo considerados estatisticamente irrelevantes e intelectualmente negligenciáveis (LIMA, 2004, p. 583).

Ainda, considera Lima que:

[sic] de acordo com a micro-história, a análise crítica do “contexto” — não apenas a avaliação da sua pertinência, mas também sua definição e construção — deveria ser uma parte integral da análise histórica. Mesmo a imagem de um “jogo de escalas” — a variação controlada das diferentes escalas de observação — implicava exatamente a defesa dessa dimensão experimental na construção dos contextos (LIMA, 2004, p. 583).

E no arremate da questão, é possível considerar que a micro análise ou micro história não se constitui em contestação ou mesmo discrepância em relação a uma abordagem macro analítica ou macro histórica. Todavia, se faz crítica a ideia de considerar, cegamente, o macro como realidade preestabelecida, sem que fosse necessário ou apropriado um exame mais cuidadoso. Por fim, considera Lima (2004) que:

Tanto a micro-história quanto a história global (e outros campos relacionados, como as histórias conectadas e transnacionais) e suas várias vertentes podem ser vistas tanto como consequências quanto como protagonistas dessas novas práticas de pesquisa e escrita da história, com as quais estamos hoje inteiramente comprometidos. Elas correspondem ao impulso necessário de redefinir os contextos relevantes e as categorias analíticas nas quais escrevemos [...] (LIMA, 2004, p. 584-585).

Por fim, vale ressaltar que Fernand Braudel, quando nos leva a problematizar temporalidades e espaços geográficos, oferece interessante chave de leitura para estabelecer as conexões entre micro história e história global. Representante da última geração dos Anales, introduz um modo de compreensão das relações entre tempo-espaço que contribuem decisivamente para reflexão. Conforme Hartog:

Esse modelo de temporalidades mostrou-se fecundo. Ele modificou, nos anos 1960, o olhar e enriqueceu o questionário de muitos historiadores. [...] o tempo da história vem a se decompor em uma multiplicidade de tempos parciais, locais ou específicos, já que não apenas cada processo, mas também

cada prática que o historiador decide estudar estão dotadas de uma temporalidade própria ou, ainda melhor, não são dela separáveis (HARTOG, 2013, p.167-168).

Essa percepção da pluralidade dos tempos históricos proposta por Braudel nos fornece interessante chave de leitura para pensar como o tempo das estruturas (longa duração) e o tempo dos acontecimentos (curta duração) são determinantes para produção do conhecimento das formações históricas. Portanto, perceber as múltiplas escalas temporais e espaciais que acomodam os acontecimentos em quaisquer partes do mundo, reside na necessidade de não redução dos acontecimentos a escala local, mas, sobretudo pensá-los de maneira abrangente, por isso, global.

Considerações finais

O presente artigo não pretende advogar ou mesmo se mostrar pródigo em defender a micro história, a história cultural e a história global como únicas saídas teórico-metodológicas em resposta a crise dos paradigmas históricos. É antes, uma tentativa de experimentar perspectivas que problematizem o quanto as transformações do social estão diretamente ligadas à maneira de viver, de experimentar e de sentir o indivíduo e a coletividade. Tenta buscar os pressupostos que prepararam o território para a chegada de novas abordagens, novos temas e novos olhares sobre antigos objetos.

A perda das certezas, as constantes interrogações e as mudanças de conjuntura são refletidas na escrita, estudo e vivência da história. Claro, contribuem, nesse sentido, para o afinamento teórico de correntes filosóficas e historiadores, que, embora não abram mão de seus problemas, objetos e abordagens, procuram buscar novas maneiras de compreensão de seus objetos e fontes. Apesar das considerações feitas, é preciso pontuar que há valiosas contribuições para este aprofundamento advindas do campo da História Cultural e da micro história, que faz com que essa conexão com a antropologia e a cultura sejam imprescindíveis para tornar este movimento cada vez mais dinâmico.

Cada época tem sua razão e sua maneira de significar. Nesse sentido, Jacques Revel nos deixa um indicativo valioso, quando diz que “[...] mais do que de escalas reivindicadas como mais ou menos pertinentes, é do princípio de variação de escala que se esperam hoje benefícios heurísticos.” (REVEL, 2010, p. 436). O desafio da disciplina histórica na contemporaneidade é, justamente, pensar a sociedade fora dos pressupostos da racionalidade moderna. Hoje, percebe-se que o coletivo é formado por diversas individualidades e que não se separa o social do individual com facilidade, uma vez que estão totalmente imbricados.

Assim, por força das necessidades que se viram presentes na contemporaneidade não se pode mais tentar entender tudo e buscar grandes modelos explicativos para tornar funcional a análise do mundo, mas como diria o historiador cultural Peter Burke (2006), é preciso buscar modelos de encontro e perceber, segundo Chartier (2002), as relações e não apenas suas causas, suas consequências e seus reflexos à longo prazo. Refletir acerca desses novos/as atores que roubam a cena das práticas sociais e políticas e a institucionalização dos saberes é compreender o quanto é relevante o cuidado com as formas de registro das atividades humanas.

Por isso, é persistir no processo questionador e garantir uma disputa política minimamente justa, estas instituições e organizações não fazem mais do que uma investida oportuna para minar a potência dessas vidas que são realocadas com diferente status nas redes de poder e mais, como pensar linhas de fuga frente à esse impasse tão urgente? No momento em que se conquista também se abdica de muita coisa.

Nesse sentido, o campo da História Global tem muito a nos oferecer, apresentando-nos diversificação de temas, objetos e fontes que, é bastante fortuito para contribuir e manter o campo da História dinâmico, equitativo e múltiplo. Assim, é fundamental também retomar as sugestões sobre os cuidados teóricos e metodológicos para as pesquisas, que vão desde os recortes temáticos, temporais e espaciais e escolhas das fontes e o arsenal discursivo escolhido para o combate. Como diria Jacques Le Goff, “[...] o historiador não pode ser um sedentário, um burocrata da história, deve ser um andarilho fiel a seu dever de exploração e aventura.” (LE GOFF, 2001, p. 21). Que a historiografia faça então, jus à própria dinâmica da vida.

Referências Bibliográficas

BARROS, José D’Assunção. Os Campos da História – uma introdução às especialidades da História. **HISTEDBR On-line**. Campinas, n.16, p. 17 -35, dez. 2004.

BARROS, José D’Assunção. **História comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II**. São Paulo: Martins Fontes, 1983 [1949]. 2 v.

BRAUDEL, Fernand. A História das civilizações: o passado explica o presente. In: BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 235-288.

BURGUIÈRE, André. A Antropologia Histórica. In: LE GOFF, Jacques (Org). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 125-152.

- BURKE, Peter. Origens da História Cultural. In: BURKE, Peter. **Variedade de História Cultural**. 2º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 13-37.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. A História na virada do milênio: fim das certezas, crise dos paradigmas? Que História convirá ao século 21? In: CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios**. Bauru: EDUSC, 2005, p. 151-168.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Sociedade e Cultura: conceitos complementares ou rivais? In: CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios**. Bauru: EDUSC, 2005, p. 255-282.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 45-54
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: A História entre certezas e inquietudes**. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.
- FONTANA, Josep. **História depois da História**. Bauru, SP: Edusc, 1998.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. Tradução: Maria Betânia Amoroso, José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- HARTOG, F. Ordens do tempo, regimes de historicidade. In: HARTOG, F. **Regimes de historicidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 17-41.
- HARTOG, F. Experiência do tempo: da história universal à história global? **História, Histórias**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 164-179, 2013.
- LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1990. p. 462-476.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas (org)**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp. 1992. p. 133-163.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2ª Ed. 2ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História Cultural**. Experiências de Pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- PROST, Antoine. O modelo sociológico. In: PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 169-188.
- REIS, José Carlos. **A história entre a filosofia e a ciência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, Vol. 15, No. 45 (set./dez. 2010). p. 434-444.
- SANTOS, João Júlio Gomes Júnior; SOCHACZEWSKI, Monique. História Global: um empreendimento intelectual em curso. 2017. **Revista Tempo**. Vol.23 n.3. Set./Dez/ 2017.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história:** micro-história. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

História e historiografia: uma breve discussão teórico-metodológica sobre a *História Social*

Darlan de Farias Rodrigues, UFPel¹

Resumo

O artigo aqui apresentado tem como objetivo discutir contribuições teórico-metodológicas abordadas durante o primeiro semestre de vínculo ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPEL. Textos de autoras e autores que tiveram impacto e relevância na construção/constituição do pensamento historiográfico contemporâneo, em especial no âmbito da *história social*, são o enfoque das reflexões do presente trabalho. Assim, busco relacionar o *projeto de mestrado* vinculado ao Programa a que pertença com a temas voltados ao estudo das mentalidades e ideologias patronais do meio rural gaúcho e sua relação com o fenômeno do anticomunismo no início da década de 1960 - com as discussões teórico-metodológicas do fazer histórico sob influência da *história social*.

Palavras-chave: História Social, Historiografia, Classe social.

Abstract

This Article has as objective discuss some theoretical-methodological contributions approached while in first period of the Program of Postgraduation in History at Universidade Federal de Pelotas. Authors' texts that have meaningful contribution to the construction/constitution to the contemporary historiography thought, mainly in the scope of *Social History*, are the approach of the reflections in this present work. With this in mind, I seek the relation of the *master's degree project* bound to the program to which I belong with thematic turned to the studies of *mentalités* and *patronal* ideologies of rural areas and his relation with anticommunist phenomenon in early 1960 - to the theoretical-methodological discussion of "historical making" under influence of *Social History*.

Keywords: Social History, Historiography, Social Class.

Introdução

O artigo aqui apresentado se desenvolveu através de discussões e leituras realizadas ao longo do primeiro semestre de atividades junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPEL, objetivando relacionar as problemáticas em torno da historiografia contemporânea, em especial no campo da *história social* e das aproximações com as análises culturais, com o projeto de mestrado vinculado ao programa². Trata-se, sobretudo, de um apanhado de reflexões teórico-metodológicas vinculadas à minha problemática de pesquisa, dialogando com os arcabouços propostos pelas disciplinas.

Então, para começarmos: o que seria a *história social*? Segundo Hebe Castro (1997):

¹ Graduado em História Licenciatura na UFPEL. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFPEL. Bolsista CAPES.

² Com o título: "Anticomunismo e consciência de classe": estudos sobre o imaginário patronal rural no estado do Rio Grande do Sul (1960-1964). Projeto de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas, 2018.

Antes de ser um campo definido por uma postura historiográfica, que resulta num alargamento do interesse histórico, construído em oposição às limitações da historiografia tradicional, a história social passa a ser encarada como perspectiva de síntese, como reafirmação do princípio de que, em história, todos os níveis de abordagem estão inscritos no social e se interligam. (CASTRO, 1997, p. 78).

E problematiza ainda que:

A história social mantém, entretanto, seu nexos básico de constituição, enquanto forma de abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos - sociais - na explicação histórica. (1997, p. 89-90).

A autora dá relevância, portanto, ao processo de experiência humana intrínseco às sociedades constituídas. Nesse sentido, abre campos de estudos através da *história social* da família, do trabalho, e em diferentes estratos e camadas sociais. Destaquemos ainda, a “natureza complexa das sociedades” modernas, onde o *indivíduo* - sujeito - e o corpo coletivo - as massas - se defrontam com suas próprias contradições³. Para compreendermos a noção de “sociedades complexas”, usaremos a definição dada por Gilberto Velho (2008):

[...] a noção de uma sociedade na qual a divisão social do trabalho e a distribuição de riquezas delineiam categorias sociais distinguíveis com continuidade histórica, sejam classes sociais, estratos, castas. Por outro lado, a noção de complexidade traz também a idéia de uma heterogeneidade cultural que deve ser entendida como a coexistência, harmoniosa ou não, de uma pluralidade de tradições cujas bases podem ser ocupacionais, éticas, religiosas, etc. (VELHO, 2008, p. 14).

Com essa perspectiva, podemos nos aproximar do campo da *história social* mais a fundo, discutir métodos e correntes teóricas que influenciaram o século passado e, que trazem para o atual contexto de pesquisa, contribuições metodológicas para o fazer historiográfico. Será, portanto, partindo da problemática do *método prosopográfico* e da *história das elites* que seguiremos nossas reflexões.

Pesquisa e contexto

Nossos estudos se aproximam das abordagens antes destacadas: o patronato rural riograndense e o processo de intercâmbio de seus grupos com as estruturas de dominação⁴,

³ Para a discussão sobre cultura, indivíduo e sociedade, ver também perspectivas divergentes: SIMMEL (2006) e SAHLINS (2006).

⁴ Locais e regionais em um primeiro momento, mas de caráter nacional em sua forma ampliada - como referência, a experiência republicana brasileira.

são objetos da pesquisa vinculada ao projeto de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da UFPEL.

Pensei caber, neste momento, uma breve contextualização sobre minha trajetória de pesquisa, no sentido de possibilitar a compreensão de onde parto para as reflexões aqui alcançadas. Nos debruçamos, enquanto grupo, sobre a questão agrária brasileira, os conflitos sociais no campo e o desenvolvimento do Estado brasileiro ligado à projetos político-econômicos de setores expressivos da sociedade nos contextos analisados, em especial os anos que antecedem o golpe civil-militar de 1964. Meu recorte e particularidade é o estudo do fenômeno do *anticomunismo* em relação às classes dominantes no meio rural, as quais chamamos de patronato rural. Esses grupos e pessoas que, se constituem enquanto fração de classe, alicerçam a forma ideológica às quais são alinhados. Os setores rurais organizados na década de 1960 chamaram de *ruralismo* esse movimento ideológico e o elemento anticomunista é central para uma perspectiva crítica às ideologias, cerne da pesquisa⁵.

Partamos de um ponto importante, em especial para Charle (2006) e Vargas (2017), que é o destaque a crise da historiografia ocidental vivida entre as décadas de 1970 e 1980 onde, os “*Annales*”, “o *marxismo*”, os problemas com as “sínteses” e as “macro-análises” tornaram os sistemas explicativos insuficientes frente às novas realidades sociais. Com a crise dos sistemas explicativos hegemônicos novas perspectivas emergiram do intercâmbio entre as áreas do conhecimento antes em conflito com a História, entre estas áreas a Antropologia e as Ciências Políticas e Sociais.

Uma das metodologias incorporada às pesquisas históricas nas últimas décadas é oriunda deste intercâmbio: a prosopografia. Segundo Vargas (2017):

[...] a prosopografia parte do pressuposto de que é possível interpretar condicionantes sociais a partir de dados empíricos recolhidos das biografias de indivíduos do grupo que se quer estudar. [...] As relações familiares, a origem social das esposas e a cor da pele podem auxiliar a entender melhor a posição e gestão dos líderes de uma associação se comparados a outros. A prosopografia não descarta a importância das individualidades de cada pessoa e os elementos não quantificáveis das relações humanas, mas um dos preceitos do método defende a primazia das características comuns e coletivas de um determinado grupo para a compreensão do seu funcionamento. (VARGAS, 2017, p. 136)

Portanto, é uma espécie de abordagem quantitativa que não necessariamente nega as singularidades propiciadas pelos indivíduos agindo na trama⁶ das relações sociais. Ao

⁵ Elementos da pesquisa serão retomados em pontos específicos do texto, ao longo da discussão das ideias que permearam estes primeiros meses de mestrado em História na UFPEL.

⁶ No sentido do emaranhado das redes de relações interpessoais.

contrário, como destaca o autor, quando suportado por outros métodos como o uso das “trajetórias” e da “análise de redes” o método prosopográfico torna-se enriquecedor da pesquisa e do fazer ciência do historiador. Nesse sentido, Vargas, dialogando com Heinz, afirma:

“A prosopografia é muito útil como instrumento do desvelamento de certas causalidades e condicionantes sociais de determinados grupos, mas não responde a todas as questões colocadas pela complexidade do social” (HEINZ, 2006, p. 11-12). Em outro trecho, Heinz complementa: “[...] normalmente articulado a outros procedimentos, o recurso à prosopografia deve representar apenas um momento da operação historiográfica - rico, instigante, científico, ousaria dizer -, nunca o seu fim” (idem, *ibidem*, p.11-12). (HEINZ, 2006 apud VARGAS, 2017, p.156)

Importante darmos destaque que essas metodologias, em harmonia com a pesquisa/pesquisador, possibilitam novas abordagens e percepções sobre temáticas já trabalhadas pela “historiografia tradicional”, evidenciando outros aspectos das realidades históricas e, desse modo, contribuindo para a evolução da pesquisa em nosso campo do conhecimento. É a relação que traz Charle (2006), por exemplo, quando se propõe a fazer um balanço historiográfico da história das elites e da burguesia. Dialogando com os autores antes citados, poderíamos problematizar a questão da mobilidade social das elites, ou seja, seu caráter mutável e não cristalizado enquanto integrantes dos processos históricos das sociedades contemporâneas. Nos dá a possibilidade de perceber e compreender que há disputas intra-elites pela hegemonia de seus grupos ou classes, que essas camadas da hierarquia social são móveis e não são imunes a falências, colapsos e/ou processos revolucionários.

Nos possibilita pensar que as elites sociais não necessariamente são elites burguesas e, que estas últimas se constituem enquanto tal organizando suas vidas, suas visões de mundo, legitimando práticas e agindo através de seus meios para estabelecer e manter suas lógicas e estruturas de poder e dominação. Pensando assim, as elites rurais e sua relação de classe com e na sociedade riograndense se complexifica, estas elites passam a ter – dada a perspectiva histórica - suas próprias estratégias e alinhamentos ideológicos, o que faz do período estudado um período rico em possibilidades para os estudos sobre a ideologia alicerçada pelos grupos dirigentes da sociedade brasileira – a saber: os anos entre 1961 e 1964.

Segundo Vargas (2017):

Tem se tornado cada vez mais urgente o estudo crítico das diferentes elites e grupos dirigentes, que disputam espaços de poder e influência no Brasil,

assim como na América Latina como um todo. Compreender melhor seus mecanismos de dominação, bem como concentração de riqueza e de poder, suas estratégias de ação e reprodução social, seus projetos de nação, seus interesses econômicos e os conflitos internos que as dividem, em uma perspectiva histórica, nos auxilia a compreender melhor as dificuldades estruturais que inviabilizam um melhor desenvolvimento social, o respeito à democracia e uma maior distribuição de renda. (VARGAS, 2017, p. 133)

Contudo, outros autores nos auxiliaram a pensar e a problematizar as possíveis abordagens e métodos de pesquisa durante as discussões do semestre. Eis alguns conceitos, categorias e eixos para análise que se destacaram, em minha percepção, para a compreensão das realidades históricas: As visões de mundo (eidos), as situações de desvio e estigmatização e a própria noção do projetar-se (VELHO, 2008); a base das relações diádicas (LANDÉ, 1977) e as trajetórias (GRYNZPAN, 1990); os mediadores e a mediação (WOLF, 2003); e os usos das escalas e suas variações tempo-espaciais para a construção de uma análise histórica (LEVI, 1998, 2016). Há ainda, PINTO (2017), VARGAS (2017) e CONIFF (2006) sobre o uso da análise de redes sociais e a prosopografia.

Este último, fazendo um levantamento da elite nacional brasileira desde os primórdios do sistema republicano (década de 1890) até a década de 1980 do século XX - coleta de dados de nove décadas -, nos dá a aplicação do método prosopográfico vinculado na busca de compreender quem são esses agentes que se configuram enquanto elites em nível nacional ao longo do século XX brasileiro. São destacados o caráter sócio-profissional destas elites políticas, as trajetórias biográficas e suas transições/adaptações entre os períodos da vida política, como a exemplo: a revolução burguesa de 1930 e o golpe civil-militar de 1964. Ademais, possibilita com um bom questionamento sobre os dados e o uso da imaginação e criatividade (VARGAS, 2017), vislumbrar como os regimes de governo, num processo de longa e média duração, se relacionam com as elites políticas, sociais e econômicas; o que é “preservado”, o que é “novo”. Ou, do que é “novo” no “antigo” e “antigo” no “novo”.

Intersecção

Voltemos a questão para a problemática introdutória do texto, a crise dos paradigmas explicativos na historiografia das décadas de 1970 – 1980, fundamental para compreendermos os paradigmas da produção historiográfica contemporânea. Para tal, abordaremos partindo das discussões que tivemos acerca de dois autores: E. P. Thompson e Giovanni Levi; onde as fronteiras da *história social* e dos estudos culturais se encontram com a emergente “micro-análise social”, nascida na resistência política italiana frente aos modelos positivistas e

simplificadores que se impunham sobre as realidades sociais (LEVI, 2016). E aqui destaco a importância destes dois autores para um pensamento histórico-crítico, complexo, orgânico e dialético.

Thompson no texto *“Folclore, antropologia e história social”*⁷ escreve sobre as possibilidades dos estudos históricos quando a observação e análise se voltam ao atípico, crítico, fora da norma. Justifica o autor que, pelo crítico – relacionado ao momento - e fora do normal, poderíamos encontrar as normas e estruturas que regem determinado tempo social, ou seja, que as greves, os motins, as manifestações populares, tem muito a dizer sobre a ordem social dominante vigente e, sua relação com as camadas/massas populares, em determinados contextos históricos. E sobre as aproximações com os estudos antropológicos, acrescenta:

Para nós, o estímulo antropológico se traduz primordialmente não na construção do modelo, mas na identificação de novos problemas, na visualização de velhos problemas em novas formas, na ênfase em normas (ou sistemas de valores) e em rituais, atentando para as expressivas funções das formas de amotinação e agitação, assim como para as expressões simbólicas de autoridade, controle e hegemonia. (THOMPSON, 2001, p. 229)

As realidades históricas são, portanto, complexas - pela perspectiva thompsoniana. A “desilusão” e a tendência reducionista que nega a possibilidade de reconstituir, mesmo que parcialmente, a realidade dos fatos (LEVI, 2016, p. 17) é um entrave que coloca em pauta o próprio ofício do historiador. Levi faz apologia ao pensar de forma complexa, como necessidade do fazer de seu ofício e trabalho de pesquisa. As questões – perguntas - aparecem como pontos-chave entre ambos os autores. Questionar as fontes, é um dos ensinamentos que as tradições e trajetórias das reflexões teórico-metodológicas destes dois historiadores nos trazem. As perguntas são os caminhos para novos lugares, “generalizar as perguntas” (LEVI, 2016) aos diferentes contextos e perceber que cada época e lugar dará diferentes respostas ao historiador, onde “[...] todo significado é um significado-dentro-de-um-contexto e, enquanto as estruturas mudam, velhas formas podem expressar funções novas, e funções velhas podem achar sua expressão em novas formas.” (THOMPSON, 2001, p. 243).

Os autores, problematizam ainda, a redução da história à hermenêutica, acrescida após a virada linguística e o contexto de pós-modernidade. Conversando com os textos de Bloch, Thompson argumenta:

⁷ In: NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sérgio. **As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001, p. 227-268.

Como observou Marc Bloch, “para o grande desespero dos historiadores, os homens deixam de mudar seu vocabulário toda vez que mudam seus costumes” - e isso é verdadeiro também para o vocabulário das formas rituais. (THOMPSON, 2001, p. 243).

Compreendendo o costume “[...] não como posterior a algo, mas como *sui generis*, ambiência, mentalité, um vocabulário completo de discurso, de legitimação e de expectativa.” (THOMPSON, 1998, p. 14). Nesse sentido,

[...] uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, à consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um “sistema”. E na verdade o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto. (THOMPSON, 1998, p. 17).

Com isso, a relevância da defesa dos *jogos de escalas* que faz Giovanni Levi se dá em problematizar as reduções analíticas descrentes na concepção de totalidade e, sobretudo, dar autonomia ao fazer historiográfico do historiador valorizando em sua narrativa o próprio ofício do pesquisador – as fases e a composição da pesquisa, enquanto algo construído - e as experiências de vida de pessoas comuns, como parte fundamental da real história humana.

A micro-história não isola o fato observado do contexto geral, mas busca, em um exame rigoroso de um caso singular, as perguntas fundamentais que permitam uma reconstrução da realidade sempre parcial, mas não por isso livre de um fragmento importante de verdade. (LEVI, 2016, p. 26).

Em nosso caso, a (re)produção do sentido anticomunista nas manifestações políticas do patronato rural durante os primeiros anos da década de 1960 através de seus representantes – na grande mídia de circulação impressa, nos aparatos institucionais do Estado, em suas próprias agremiações e instituições de cunho classista⁸ – é o elemento singular para acessar questões mais abrangentes. Ressaltando que o “inimigo comunista” neste contexto aparece enquanto *um diferente, um outro*. E esse outro diferente do padrão abarca àqueles moralmente marginalizados, seja por estigmas sociais ou por serem um “elemento subversivo” à norma vigente. Não apenas aos militantes comunistas o anticomunismo era direcionado. Em síntese

⁸ Para esse estudo buscamos em fontes do período, foram analisados o “*Correio do Povo*”, os Anais da Assembléia Legislativa do RGS e pesquisas acadêmicas sobre grupos dirigentes no estado, seus agentes e suas agências, nos anos entre 1961-1964. Para uma leitura sobre o patronato rural do Rio Grande do Sul e sua “*entidade mater*”, a FARSUL,, ver: GASPAROTTO, Alessandra. “**Companheiros ruralistas!**”: Mobilização patronal e atuação da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

e, de forma reduzida, o anticomunismo foi utilizado para impor valores e combater àqueles que, por algum meio transgrediam os costumes ocidentalizantes e capitalistas, enraizados na sociabilidade brasileira e, não apenas do Estado do Rio Grande do Sul, durante a segunda metade do século XX.

Portanto, quais os projetos de nação por parte deste patronato que estava compreendendo-se enquanto classe e na disputa por posições e qual a relevância do anticomunismo em relação à ideologia alicerçada? Questões iniciais, mas que instigam os estudos dentro da temática proposta.

Nos cabe, por fim, enunciar o conceito de classe social através da tradição marxista por Thompson e seus diálogos com os estudos sobre cultura:

Classe, na tradição marxista, é (ou deve ser) uma categoria histórica descritiva de pessoas numa relação no decurso do tempo e das maneiras pelas quais se tornam conscientes de suas relações, como se separam, unem, entram em conflito, formam instituições e transmitem valores de modo classista. Nesse sentido, classe é uma formação tão "econômica" quanto "cultural"; é impossível favorecer um aspecto em detrimento do outro, atribuindo-se uma prioridade teórica. Disso decorre que a determinação "em última instância" pode abrir seu caminho igualmente tanto por formas culturais como por econômicas. O que muda, assim que o modo de produção e as relações produtivas mudam, é a experiência de homens e mulheres existentes. E essa experiência adquire feições classistas, na vida social e na consciência, no consenso, na resistência e nas escolhas de homens e mulheres. (THOMPSON, 2001, p. 260).⁹

Isso posto - a perspectiva dialética da história e os diálogos com as abordagens culturais -, encaminhamos o texto para algumas conclusões, que são, nada mais que reflexões alcançadas dentro dos quadros da pesquisa histórica, na oportunidade de pensar – mesmo que em forma reduzida e sintética – os debates em torno da produção historiográfica contemporânea, em especial nas áreas sobre os grupos dirigentes, elites e classes dominantes.

Conclusões

As reflexões até aqui expostas são, como comentado anteriormente, parte inicial dos caminhos da pesquisa acadêmica. Dialogando com o arcabouço teórico-metodológico das disciplinas do semestre, entre elas, “História e Sociedade” e “História, Teoria e Metodologia de Pesquisa” do PPGH-UFPEL, pensamos o contexto de pesquisa, o projeto de mestrado e as

⁹ A referência a "determinação em última instância" é parte de sua crítica à teoria althusseriana, da discrepância entre teoria e prática: "Como a hora solitária da última instância não soa nunca, podemos, ao mesmo tempo, prestar uma pia reverência à teoria e tomar a licença de ignorá-la em nossa prática." (THOMPSON, 2001, p. 256).

ideias que permeiam as discussões em nosso campo e áreas do conhecimento. E, em um sentido ampliado, é ao passo, os primeiros movimentos de amadurecimento intelectual e acadêmico do processo enquanto mestrando em História.

Com isso, deixo algumas problemáticas e inquietações resultantes de um processo de formação. Que seja um texto profícuo àqueles que o tocarem, no que tange as possibilidades de estudo e pesquisa. É, em si, introdutório. Tanto em relação aos autores escolhidos, quanto, aos debates e paradigmas historiográficos contemporâneos.

Referências Bibliográficas

CASTRO, Hebe Mattos. História Social. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro F. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, 9.45-60.

CHARLE, Christophe. Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. In: HEINZ, Flávio. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 19-40.

CONNIFF, Michael. A elite nacional. In: HEINZ, Flávio (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 99-121.

DUBY, Georges. História social e ideologias das sociedades. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (orgs.). **História: Novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 130-145.

GASPAROTTO, Alessandra. **“Companheiros ruralistas!”: Mobilização patronal e atuação da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul**. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

GRYNSZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, n. 14, ano 5, out., 1990.

KOSELLECK, Reinhart. História y hermenêutica. In: KOSELLECK; GADAMER. **História y hermenêutica: Histórica y lenguaje: una respuesta**. La diversidad de las lenguas y la comprensión del mundo. Barcelona: Paidós, 1997.

LANDÉ, Carl H. “A Base Diádica do Clientelismo”. In: SCHIMIDT; S. W. (Eds.). **Friends, followers and factions**. Berkeley: University of California Press, 1977, p. 13-37 (versão traduzida e datilografada em português).

LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-história. In: MOREIRA, Paulo; VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (Org.). **Ensaio de Micro-história: trajetória e migração**. São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 18-31.

LEVI, Giovanni. Comportamentos, recursos, processos: antes da "revolução" do consumo. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 203-224.

PINTO, Celi. Elas não ficaram em casa: as primeiras mulheres deputadas na década de 1950 no Brasil. **Revista Vária História**, mai/ago., 2017, p. 459-490.

SAHLINS, Marshall. **História e Cultura:** apologias a Tucídides. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, capítulo 2.

SIMMEL, Georg. O nível social e o nível individual. In: **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 39-58.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa: I - a árvore da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward P. Folclore, antropologia e história social. In: NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sérgio. **As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios.** Campinas: Ed. Unicamp, 2001, p. 227-268.

VARGAS, Jonas M. Rastreamento de indivíduos e redes de relações: algumas contribuições teóricas e metodológicas para o estudo das elites e grupos dirigentes no Brasil. In: SOARES, Fabrício; SILVA, Ricardo Oliveira. **Diálogos:** estudos sobre teoria de história e historiografia: volume II. Criciúma: UNESCO, 2017, p. 133-165.

VELHO, Gilberto. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: VELHO, G. **Individualismo e cultura:** notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 13-40.

WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In: WEBER, Max. **Três tipos de poder e outros escritos.** Lisboa: Tribuna da História, 2005, p. 2-16.

WEINSTEIN, Barbara. A pesquisa sobre identidade e cidadania nos EUA: da Nova História Social à Nova História Cultural. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, ANPUH-Brasil, vol. 18, n. 35, 1998.

WOLF, Eric. Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). **Antropologia e poder:** contribuições de Eric Wolf. Brasília: Ed. da UnB; São Paulo: Ed. Unicamp, 2003, p. 73-91.

Fontes Históricas: cotidiano e história por meio dos periódicos

Clarice Garcia Barbosa, USP¹

Resumo

O artigo procura refletir a partir da revolução realizada pelo *Annales*, em 1929, e o consequente alargamento do conceito de fonte histórica, a importância dos jornais diários para a reconstituição do cotidiano na pesquisa histórica. As relações de proximidade entre as áreas de História e Jornalismo autoriza seus usos possíveis. Para isso, faz-se um breve apanhado da história do movimento *Annales*, suas ideias, seus principais artífices, e o que representou este movimento para a ciência histórica. O seu antes e depois do *Annales*. Também se adentra o universo das pesquisas na área da Comunicação Social para extrair as opiniões a respeito desta relação e seus possíveis usos.

Palavras-chave: Fontes históricas, *Annales*, Jornalismo, Cotidiano.

Abstract

The article seeks to reflect from the revolution carried out by the *Annales* in 1929, and the consequent extension of the concept of historical source, the importance of the daily newspapers for the reconstitution of daily life in historical research. The relations of proximity between the areas of History and Journalism allows their possible uses. In order to do so, a brief survey of the history of the *Annales* movement, its ideas, its main architects, and what this movement for historical science represented. Its before and after the *Annales*. Also, the universe of research in the area of Social Communication goes to extract the opinions about this relation and its possible uses.

Keywords: Historical sources, *Annales*, Journalism, Daily life.

Annales, uma outra história foi possível

É consenso entre os historiadores o reconhecimento dos avanços teóricos e metodológicos proporcionados pela Escola dos *Annales*. Sejam os que defendem a primeira, segunda, ou terceira geração, todos, não há dúvidas, reconhecem a sua importância para o avanço da pesquisa histórica.

Peter Burke que a denominou a Revolução Francesa da historiografia e prefere referir-se a ela enquanto um movimento heterogêneo e não como uma Escola, pois acredita ser importante demarcar as divergências entre seus membros e o seu desenvolvimento no tempo. Afirma que embora esta revolução tenha ocorrido na França e sob uma perspectiva francesa. O *Annales* mudou a maneira de se escrever a História no século XX (BURKE, 1991, p. 12).

Esta mudança teórico-metodológica que se verificou profunda em relação a história tradicional só foi possível devido a união do *Annales* às ciências sociais e a sua nova

¹ Bacharel em Comunicação Social: Habilitação Jornalismo (UCPEL). Licenciada em História (FMU). Mestranda no Departamento de História Econômica (FFLCH), da Universidade de São Paulo. E-mail: claricegb@gmail.com.

representação do tempo histórico. Pois sendo ele a base e o centro de toda a reflexão sobre a pesquisa histórica. Ao mudar a sua perspectiva, criou-se uma outra história. Mesmo havendo divergências, Bloch, Febvre e Braudel, expoentes máximos dessa renovação metodológica, o conceberam sob a perspectiva da longa duração.

Enquanto Bloch e Febvre introduziram uma nova temporalidade histórica, percebendo-a como permanente e durável. Recusando apreender a história apenas sob a perspectiva da mudança. Braudel desenvolveu o conceito da longa duração, que é estrutural e também traz a ideia de continuidade (REIS, 2000, p. 14-21).

Jacques Le Goff, um dos principais representantes da terceira geração. Ao tratar dos problemas, dos êxitos, e os novos anseios da História Nova. Também reconhece a forte e importante atuação de Bloch, Febvre e Braudel. Segundo ele, hoje, não há mais limites para a expansão da pesquisa histórica. A interdisciplinaridade defendida por eles alargou o campo de atuação da história. Toda e qualquer investigação passaram a ser possíveis. O arquivo do historiador e o conceito de fontes históricas foram ampliados (LE GOFF, 1988, p. 11). José Carlos Reis em conformidade ressalta que:

A documentação será agora relativa ao campo econômico-social-mental: é massiva, serial, revelando o duradouro, a longa duração. [...]. Os documentos não são mais ofícios, cartas, editais, textos explícitos sobre a intenção do sujeito, mas listas de preços, de salários, séries de certidões de batismo, óbito, casamento, nascimento, fontes notariais, contratos, testamentos, inventários. A documentação massiva e involuntária é prioritária em relação aos documentos voluntários e oficiais. Todos os meios são tentados para se vencer as lacunas e silêncios das fontes. (REIS, 2000, p. 23).

Se no passado o acesso aos documentos oficiais podia significar estar diante da verdade dos fatos. Hoje, pós-*Annales*, representa apenas mais um entre tantos documentos importantes a serem recolhidos pelo historiador. E como todos, precisam ser analisados e confrontados. As fontes também possuem história, não são isentas de interesses. Há que se levar em conta as intenções do autor e de quem as seleciona. Documentos que podem ser importantes para uma pesquisa de caráter oficial de nada ou pouco servem a uma pesquisa cujo objetivo é reescrever de maneira progressista o passado. Ao contrário dos antigos historiadores que apenas narravam os fatos e os registravam tal qual aconteceu. Hoje, os historiadores do presente têm como principal meta interrogar minuciosamente os testemunhos do passado. Para interpretá-los cada vez melhor.

A neutralidade e a objetividade dos documentos, diante de tantas mudanças, foram colocadas à prova. A análise do testemunho cercou-se de alguns cuidados. Entre os quais a

necessidade de verificar a impostura por meio do embuste. As falsificações não apenas sobre autor e data, mas seu conteúdo. Não basta constatar as adulterações ou as mentiras, é preciso fazê-los falar. Descobrir as inverdades. Há que se procurar o mentiroso e suas motivações. Os testemunhos involuntários e, principalmente, os voluntários, a partir de então passaram a ser cuidadosamente interrogados. Não se aceita mais de maneira ingênua o que dizem e tampouco, precipitadamente, os creem mentir (BLOCH, 2001, p. 95-98).

O avanço das pesquisas históricas trouxe, portanto, entre tantas mudanças, a preocupação em interrogar melhor os documentos. Estes vestígios deixados pelo homem. Assim privilegia-se cada vez mais os de caráter involuntário. Não porque estes sejam mais confiáveis que os outros, mas como explica Bloch:

[...] esses indícios que, sem premeditação, o passado deixa cair ao longo de sua estrada não apenas nos permitem suplementar esses relatos, quando estes apresentam lacunas, ou controlá-los, caso sua veracidade seja suspeita; eles afastam de nossos estudos um perigo mais mortal que a ignorância ou a inexatidão [...]. Sem seu socorro, com efeito, [...] veríamos inevitavelmente o historiador, [...], logo tornar-se prisioneiro dos preconceitos, das falsas prudências, das miopias de que a própria visão dessas gerações sofrera. (BLOCH, 2001, p. 78-79).

Por isso a observação jamais pode ser passiva. Diante do documento o historiador não apenas deve saber o que perguntar, mas precisa saber avaliar as respostas obtidas.

Todo este contexto de mudanças proporcionado pelo *Annales* a partir de 1929, por não ter sido homogêneo, costuma ser dividido em três fases distintas. A primeira caracterizou-se pelo rompimento com a história tradicional, positivista. A segunda distinguiu-se pelos novos conceitos de estrutura, conjuntura e o desenvolvimento, por Braudel, do método da longa duração. A terceira fase, de 1968 em diante, assinala a fragmentação. O abandono da rigidez e a adoção de uma postura mais aberta. Contudo, das três fases, o mais significativo:

[...] foi expandir o campo da história por diversas áreas [...] abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. (BURKE, 1991, p. 126).

Foi a 3ª geração do *Annales* quem mais ampliou e explorou as potencialidades da união entre história e ciências sociais. O que fez a prática historiográfica ser alterada significativamente nas décadas finais do século XX. Possibilitando o surgimento de novos objetos, problemas e abordagens (DE LUCA, 2005, p. 112).

Dentre os novos temas e objetos têm-se a história das mulheres, das crianças, dos jovens, das mentalidades etc. Já as novas abordagens não apenas reafirmaram como alargaram

a união da história as demais ciências. Houve uma maior proximidade com a etnologia, a antropologia, a psicanálise, a linguística, a sociologia, a comunicação social, a economia etc.

Seja para o bem ou para o mal. Dentro deste contexto de efervescência intelectual, a terceira geração introduziu e continua a introduzir mudanças quando se trata da pesquisa histórica. Chega até mesmo a se pensar em uma descaracterização do projeto inicial. Visto que a proposta primeira, fora a de uma história total, e o que se tem hoje, na acepção colocada por François Dosse, é uma história fragmentada, em migalhas.

Ainda de acordo com o autor, esta história atualmente desenvolvida e endossada pela direção do *Annales*, caracteriza-se pela sua decomposição. Pela perda do seu poder de síntese. Uma história que se contenta em apreender da totalidade do seu objeto, uma simples parcela do real. Indiferente a uma conexão racional dos múltiplos objetos. E ele afirma: “Não existe mais a história, mas, as histórias. Trata-se da história de tal fragmento do real e não mais da história do real.” (DOSSE, 2003, p. 269).

Quanto ao estágio pelo qual passa o movimento atualmente. Acredita-se que desde 1988 ele vivencia uma nova fase. Esta, o que seria uma quarta fase, se caracterizaria pela necessidade de rever antigas posições. Isto porque, o alargamento epistemológico produzido com a união às ciências sociais trouxe a fragmentação dos estudos históricos. Esta dispersão estaria ligada a uma imprecisão dos limites na relação entre história e ciências sociais. Precisaria, portanto, serem redefinidos e melhores ajustados esses limites (REIS, 1991, p. 127-128).

Convergência, recomendava Braudel, já em 1958, como meio de resolver a crise por qual de tempos em tempos passa a ciência dos homens. Crise que, na sua opinião, se dá por ela aceitar complacentemente a interferência de sua vasta vizinhança. Entendia ele ser necessário encontrar um ponto em comum para que a reunião entre as ciências sociais e a história fosse completa, sem diminuir uma e outra (BRAUDEL, 1990, p. 7-8).

Febvre do mesmo modo alertava para a necessidade da reunião respeitosa com as demais ciências, sem resvalar para a abstração. Pois ele afirmava e reafirmava, a história é, e será sempre, a ciência do homem, não dos conceitos ou teorias. E fazendo alusão a um mundo permeado de eletricidade lançava a seguinte metáfora, segundo ele, deveria o historiador:

[...] fazer passar as correntes pelo fio, as suas interferências, os seus curto-circuitos nos forneceriam finalmente todo um conjunto de imagens que se inseririam com muito mais maleabilidade no quadro dos nossos pensamentos. (FEBVRE, 1989, p. 35).

Na mesma direção Bloch afirmava que o futuro da história é o trabalho em equipe.

Entretanto, um trabalho realizado em comum acordo. Pois a única maneira do historiador dar conta tecnicamente de tantas competências necessárias para a escrita da história, seria a substituição das múltiplas aptidões por: “uma aliança [...] voltada para a elucidação de um tema único.” (BLOCH, 2001, p. 81).

Os limites da interdisciplinaridade, logo, apresentam-se como o grande desafio a ser enfrentado pela História. É uma questão antiga e faz parte do debate teórico-metodológico entre os historiadores. Dele suscita as várias correntes que hoje permeiam a pesquisa histórica. Contudo, neste momento de crise, quando se procura repensar a relação da História com as Ciências Sociais e sua eficácia. É importante ouvir o que Reis tem a dizer:

No plano geral, a interdisciplinaridade continua sendo a orientação central; “reunir os saberes” continua sendo o centro do projeto dos *Annales*; mas como ela deve ser praticada sem que a história perca sua identidade, eis o que precisa ser definido. A interdisciplinaridade é uma unidade de uma multiplicidade, é um olhar comum e múltiplo. Se antes o lado comum era o mais acentuado, agora, será a especificidade de cada olhar, sem perder o horizonte de convergência, que é enfatizada. (REIS, 1991, p. 128).

Este olhar comum e múltiplo, o presente artigo se soma aos que acreditam que a história pode encontrar relacionando-se com o jornalismo. Ambos têm entre muitos aspectos em comum dois que talvez sejam essenciais para esta união acontecer. O primeiro caracteriza-se pela relação próxima com a temporalidade. Os dois transitam no tempo, mesmo sendo a especificidade de um o presente e do outro o passado. Segundo, diz respeito a própria escrita. Ao construírem suas narrativas realizam uma “operação” que resulta na escolha das fontes e redistribuição do espaço (CERTEAU, 2011, p. 70). Isto é, tanto o historiador quanto o jornalista têm por regra separar para reunir e transformar em documentos determinados objetos distribuídos de outra maneira.

A capacidade de perceber e tratar o cotidiano, torna o trabalho dos jornalistas uma importante ferramenta para as atuais pesquisas históricas. Pois contribuem para que se possa verificar as ações e práticas passadas e a partir desse conhecimento melhor interpretar o processo histórico e suas complexas relações.

História e Jornalismo: uma relação confiável?

Como dito anteriormente, foi a terceira geração do *Annales* que sacramentou o uso dos periódicos e mostrou a sua versatilidade enquanto fonte histórica. Isto porque, é importante ressaltar, mesmo o *Annales* tendo como uma de suas preocupações expandir as possibilidades

das fontes históricas. Introduzindo avanços e inovações no modo de qualificar os documentos. Em se tratando da utilização dos jornais, havia uma grande desconfiança.

Marc Bloch, por exemplo, tinha opinião muito descrente dos jornais. A imprensa no geral, segundo ele, se caracterizaria por ser uma fonte nada confiável. Por isso seu uso devia ser cercado de muitos cuidados. Ele compara estes “geradores de mentiras” à estética falaciosa que influenciou fortemente a historiografia antiga e medieval. A imprensa contemporânea, dizia ele, não se mostra muito diferente. O texto jornalístico se presta facilmente à manipulação. Até mesmo as condições técnicas acabam por favorecer tais deformações. Neste sentido, argumenta:

Certamente erros tão crassos são excepcionais. Mas nada há de inverossímil em supor que, para andar mais rápido – pois antes de tudo é preciso que a edição saia a tempo -, as reportagens de cenas esperadas sejam às vezes preparadas antes da hora. Quase sempre, estejamos certos o rascunho, depois da observação, será modificado [...] em todos os pontos importantes. (BLOCH, 2001, p. 101-102).

Precisou tempo e estudo para que os periódicos passassem a ser vistos, tendo-se os cuidados necessários, como uma fonte confiável para o trabalho do historiador. Este precisou aprender a lidar de maneira menos ingênua com esta ferramenta. Entender teórica e metodologicamente seu funcionamento.

No Brasil, se Gilberto Freyre foi o pioneiro em reconhecer os jornais diários como fonte útil para a compreensão do passado. Os historiadores materialistas, dentre os quais os brasileiros, foram talvez os primeiros a acumular uma longa experiência e tradição. Marx e Engels, por exemplo, fizeram uso desta ferramenta.

Todavia, pesquisadores da atualidade não se cansam de advertir para as armadilhas em que se pode cair um historiador desatento. Marialva Barbosa, estudiosa da relação entre jornalismo e história, ressalta a importância de se observar a materialidade dos impressos, ou seja, verificar quem os escreve e por quê? Os atores envolvidos e a quem se dirigem? Isto porque, ela lembra, jornalismo não é história, tampouco a realidade em si. O que ele faz é juntar partes do presente e passado como sendo uma totalidade (BARBOSA, maio/agosto 2012, p. 462).

O importante quando do uso dos registros jornalísticos é estar atento aos motivos que se levou a registrar e unir em uma totalidade, determinadas partes do passado e outras não. Saber ler nas entrelinhas, procurar pelo não dito. Para o bom uso dos jornais estes cuidados são imprescindíveis.

No artigo intitulado *Imprensa e Golpe de 1964: entre o silêncio e memórias de fatias do passado*. Barbosa mostra o quanto os profissionais da mídia a partir da sua experiência com o texto e mediante seleção dos fatos podem criar realidades.

Ao analisar a atuação da imprensa durante a vigência do golpe de 1964 e a sua complexa relação com o regime. A autora revela o trabalho seletivo realizado. As estratégias utilizadas pelos jornalistas no intuito de produzir uma memória comum do grupo. A preferência por imagens e fatos que ressaltassem os valores profissionais em detrimento dos que poderiam macular a sua atuação.

As ações da imprensa durante o golpe de 1964, assegura, não se caracterizaram apenas pela resistência dos seus profissionais e algumas empresas. Tampouco foi uma consentida autocensura pelo silêncio em relação à violência produzida pelo regime, ou pela aproximação com a cúpula do poder. Há, também, um discurso construído permeado de justificativas no qual visa o futuro. E intrínseco a ele destaca-se: a preservação do emprego, o respeito a hierarquia. Mas, o que fazem questão de destacar é a coragem individual de alguns jornalistas que cumpriram seu papel preservando o valor máximo da profissão, a luta pelas liberdades democráticas (BARBOSA, Jan./Jun. 2014).

Neste sentido, a autora critica a adoção da categoria “lugar de memória” para o estudo das mídias, porque deixa-se de fazer a separação entre memória e história. Sua tese é de que os meios de comunicação procuram um lugar na história e não na memória. É preciso estar atento as intencionalidades, e ela explica:

A partir do nível declaratório do testemunho, produzem uma versão do acontecimento com pretensão a ser desde sua construção uma espécie de arquivo para a história. Portanto, se pudesse ser feita algum tipo de generalização, o que os meios de comunicação fazem é produzir uma memória presumidamente válida e comum, inserindo-a na história e não na memória. (BARBOSA, Abr./Jul. 2016).

Porque o perigo está em se pensar que a construção da história se dá a partir da ação da mídia, mediante disputas que se operam no espaço da comunicação para forjar quadros de memória. Se fosse correto, os meios de comunicação ao realizar uma “operação midiográfica” seriam eles, portanto, a darem espessura a história e a configurarem também um lugar de memória.²

² O conceito denominado “operação midiográfica”, utilizado por Marialva Barbosa, foi formulado por Sonia Maria de Meneses Silva. Segundo Silva, esta operação ocorre a partir da relação entre mídia, história e memória. Uma complexa operação realizada pelos meios de comunicação cujo resultado final seria uma escrita da história. Silva, neste sentido, faz alusão ao conceito “operação historiográfica” formulado por Michel de Certeau.

Barbosa, no entanto, reconhece que há, sem dúvida, uma articulação possível entre história e jornalismo. Dada a capacidade dos periódicos de selecionar fatos e registrá-los para o futuro, estes passam a ser os “senhores da memória”. Entretanto, ela adverte, não se pode deixar de perceber o jogo dialético que se estabelece entre lembrança e esquecimento. Pois ao afirmar que os jornalistas selecionam, implicitamente, também se afirma que eles deliberadamente procuram esquecer outros fatos que não acreditam serem relevantes. O mesmo vale para os historiadores, que a partir da seleção dos documentos podem criar “verdades” históricas.

História e Jornalismo: os usos possíveis

O uso dos jornais para o conhecimento do cotidiano não é recente. Já no século XIX há exemplos de importantes trabalhos. Este século representa a expansão da imprensa no mundo, e se tratando do Brasil, com a vinda da família real portuguesa, representa a introdução da imprensa em terras brasileiras. Após sua entrada em 1808, por mais de um século e meio os periódicos tiveram – e acredito que ainda tenham, levando-se em conta a situação atual do país – uma profunda influência nas diretrizes sociais, políticas e econômicas da nação. Sua influência de caráter liberal permeou os debates da sociedade brasileira. Matías Molina em sua *História dos Jornais no Brasil*, afirma terem sido eles: “[...] os principais meios de comunicação e de formação da opinião pública, e praticamente os únicos. Eram o fórum de debates do país, a ágora onde se discutiam os principais temas.” (MOLINA, 2015, p. 18).

Não é por acaso que Gilberto Freyre quando resolveu pesquisar as características de personalidade e constituição física dos africanos trazidos para o Brasil, tenha utilizado fartamente os jornais diários. E o fez com as edições de 1825-1888, dos dois mais antigos e influentes jornais do Brasil: *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Comércio do Rio de Janeiro*. Estes periódicos, na opinião de Freyre: “[...] refletiram, sem interrupção, a economia e a vida patriarcais do Império.” (FREYRE, 2012, p. 38).

A obra de Freyre, *Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, da década de 30. É um bom exemplo, além de pioneira, para se mostrar os usos possíveis dos jornais para a pesquisa histórica. O historiador, e não apenas o social como afirmou Freyre, consegue através das páginas diárias dos jornais, acompanhar o cotidiano da sociedade. O seu desenvolvimento no tempo. Nos jornais há mais do que embates políticos. Seus anúncios, por exemplo, podem nos ajudar a compreender as mudanças sociais e econômicas em curso.

Neles pode-se perceber os novos hábitos e costumes que eram introduzidos no país. Freyre explica:

Através de já seculares e sucessivos anúncios de jornais, pode-se avaliar sucessivas transformações sociais no Brasil causadas por importações de artigos de várias espécies, modificadores de rotinas tradicionais: o transporte só pela vagarosa rede conduzida por escravos, substituído por veículos ingleses, puxados a cavalos, ágeis e elegantes, por exemplo; um maior uso do pão de trigo; um maior uso de metais sofisticados na cozinha e na mesa; a substituição, nas casas de residência, dos abalcoados de origem árabe por janelas de vidro. (FREYRE, 2012, p. 10).

Mas os jornais não trazem à superfície apenas boas notícias e peculiaridades. Há neles, e em especial nos do século XIX, uma triste comprovação. Os maus tratos praticados contra os escravos. Nos anúncios de jornais do século XIX, as cicatrizes e mutilações sofridas por homens, mulheres e crianças escravizados são descritas de maneira clara e precisa. O que fez Freyre rever sua tese sobre terem sido “doces” as relações senhor/escravo no Brasil. A partir da leitura dos anúncios de jornais, ele reconhece a dureza e brutalidade do escravismo português brasileiro, e afirma: “A benignidade nas relações de senhores com escravos, no Brasil patriarcal, não é para ser admitida, é claro, senão em termos relativos. Senhor é sempre senhor” (FREYRE, 2012, p. 12).

Mas, ao mesmo tempo, reafirma sua tese de que tal dureza é intrínseca ao sistema patriarcal. E assim ele justifica: “esse patriarca que punia [...] os escravos punia igualmente os filhos. [...]. O castigo ao escravo, como o castigo ao filho de família, fazia parte de um sistema de educação, de assimilação e de disciplina – o patriarcal.” (FREYRE, 2012, p. 37).

O trabalho de Freyre abriu portas pelas quais passaram e ainda passam muitos historiadores. Dos culturalistas aos materialistas, todos percebem os jornais como uma importante fonte histórica.

Entretanto, ele tinha clareza das limitações e armadilhas que os jornais assim como todas as demais fontes utilizadas sem critério ou discernimento podem ocasionar. Mesmo sendo uma fonte riquíssima, ele aconselhava que a usassem desde que: “[...] como expressão de recorrências ou de regularidades, vendo neles o típico em contraste com o atípico.” (FREYRE, 2012, p. 39).

Outras duas importantes obras que mostram a versatilidade dos jornais são: *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* e *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, respectivamente de Engels e Marx. Ambas escritas no século XIX.

Friedrich Engels em seu livro, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, escrito em 1845. Nos dá um bom exemplo de como deve ser utilizada a imprensa na pesquisa histórica. Sabendo da linha editorial e o que defendia cada uma das publicações utilizadas. Usou deste conhecimento para dar maior credibilidade ao seu relato sobre as condições de vida da classe operária industrial. Para tanto, recorreu às publicações de caráter liberal, e assim ele justificou: “[...] agrada-me recolher os testemunhos de meus adversários.” (ENGELS, 2010, p. 111).

Do *Liverpool Mercury*, por exemplo, jornal da classe média inglesa, ele extraiu informações sobre a adulteração dos alimentos pelos fabricantes. Do *Manchester Guardian*, jornal fundado em *Manchester*, em 1821, e considerado primeiro porta-voz dos livre-cambistas, depois o órgão do Partido Liberal, ele extraiu as informações sobre os casos de condenações de onze açougueiros por venda de carne imprópria para consumo. São publicações identificadas com a ordem capitalista e que sem outra alternativa, mesmo suavizando os fatos, é obrigada a relatar em suas páginas as agruras a que está submetido o trabalhador diante de um sistema defendido pela maioria dos proprietários de jornais.

Mas Engels não se valeu apenas da mídia tradicional, pois esta pouco falava da organização e movimentos da classe trabalhadora. Ele também fez uso das publicações da mídia alternativa vinculadas à classe operária. Uma das publicações muito utilizada foi o jornal *Northern Star*. Semanário fundado em *Leeds*, 1838, e primeiro jornal do movimento cartista. Segundo ele: “[...] o único jornal que noticia todos os movimentos operários.” (ENGELS, 2010, p. 259).

Uma das características de quem trabalha com jornais como fonte histórica, é a preocupação em indicar caminhos para melhor explorar as potencialidades desta versátil ferramenta. Interrogar sempre, confrontar os testemunhos, identificar as reais intenções de quem escreve, parecem ser a chave para evitar os erros. Em seu trabalho, Engels não fez diferente. Em um certo momento da sua pesquisa, folheando os jornais de *Manchester* para obter mais informações sobre o que acontecia na cidade. Ele observa que nem sempre os jornais locais se preocupam em aprofundar as notícias sobre a sua região, sendo elas comprometedoras para a classe que mantém o jornal. Este quase sempre aprofundará as notícias de outras regiões. Neste sentido, ele faz o seguinte comentário:

Entre os vários jornais ingleses que tenho ao alcance da mão, tomo um ao acaso: o *Manchester Guardian*, de 30 de outubro de 1844, que dá notícias dos últimos três dias. Ele não se empenha em oferecer informações precisas

de Manchester [...]. As notícias sobre os arredores são mais detalhadas. (ENGELS, 2010, p. 169).

O trabalho realizado por Engels é importante pelo seu conteúdo histórico, mas também traz em si um bom exemplo de metodologia a ser adotada no manejo das fontes jornalísticas. Quando ele queria dar ênfase às suas críticas sobre a situação precária em que vivia a classe operária industrial urbana, ele não apenas recorria aos fatos relatados nos jornais liberais, como procurava complementar com os relatórios e críticas publicadas pelos políticos conservadores. Porém, quando sua intenção era criticar a situação do trabalhador camponês, buscava as opiniões e argumentos publicados pelos políticos liberais. Ele se valeu da luta pelo poder travada na imprensa entre os dois principais partidos da Inglaterra. Para trazer a público, da maneira mais verdadeira possível, a real condição do proletariado inglês.

Karl Marx, assim como Engels, para escrever sua análise sobre o golpe de Estado de Luís Bonaparte, também recorreu aos periódicos. Utilizou-os afim de ter mais subsídios para confirmar sua tese. De que o golpe de Estado realizado por Bonaparte foi consequência da internacionalização dos interesses da burguesia financeira. Segundo ele, que melhor fonte para se pesquisar o que pensavam e queriam? Nesta passagem ele faz a seguinte explicação: “Refiro-me, [...], ao [...] *The Economist*, que já a 29 de novembro de 1851, ou seja, quatro dias antes do golpe de Estado, apresentara Bonaparte como o “guardião da ordem” (MARX, 1978, p. 386).

Os editoriais e séries de reportagens do *The Economist* – um jornal inglês identificado com a aristocracia financeira – escritos por seu correspondente em Paris. Foi um excelente observatório para Marx avaliar os reais interesses envolvidos no golpe de novembro de 1851, e mostrar a força e interferência de uma publicação inglesa, nos desdobramentos político-econômicos da sociedade francesa. Comprovando já estarem, em meados do século XIX, internacionalizados os interesses da burguesia financeira.

Os estudos de Freyre, Engels e Marx mostram o quanto os jornais podem ser versáteis como fonte histórica. Já a credibilidade, esta estará sempre ligada à seleção criteriosa das fontes e a um duro, mas, respeitoso interrogatório.

Os periódicos e a organização dos trabalhadores livres: um estudo de caso

Após se ter falado muito sobre a utilidade dos impressos para a pesquisa histórica, faz-se necessário realizar um estudo de caso. O caso em questão é o limiar da organização da classe operária paulista.

Há, atualmente, em nossa historiografia do trabalho, quando se trata das Associações Mutualistas, duas correntes que divergem entre si. A tradicional entende que as mutuais são uma particular manifestação de organização dos trabalhadores, precursora do sindicalismo. A mais recente, em oposição a tradicional, procura ressaltar o mutualismo como um meio do trabalhador garantir segurança na adversidade e que, portanto, seria uma associação pluriclassista. As duas abordagens, entretanto, segundo Claudio H. M. Batalha (2010), deveriam convergir e não divergir. Pois podem, ao se complementarem, fornecer uma compreensão mais profunda sobre essas instituições.

As notícias veiculadas no jornal *A Província de São Paulo*, de 1876, nos permitirá verificar os motivos que levaram os trabalhadores a se organizarem e, ao mesmo tempo, o quanto tem de verossímil as duas abordagens.

Em tom de grande admiração, a notícia veiculada no dia 14 de junho de 1876, nos dá a saber de uma festa promovida pelos funcionários da Oficina de Marcenaria a Vapor. Quatro ou cinco funcionários de várias nacionalidades, para homenagear um dos proprietários do estabelecimento e o santo homônimo, promoveram uma festa de Santo Antônio, com direito a tochas e procissão pelas principais ruas da cidade. Neste mesmo dia, os trabalhadores tomados pelo entusiasmo, decidem criar uma Associação de Socorros Mútuos³.

Esta notícia inicialmente apenas confirma algumas informações já assentadas por nossa historiografia social do trabalho. A presença da mão de obra imigrante e a prioridade da mesma para a contratação. É fato que os trabalhadores nacionais não foram de início incorporados ao mercado de trabalho paulista. Lúcio Kowarick, em seu livro *Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*, já afirmava que: “[...] os imigrantes foram canalizados para as regiões dinâmicas do café e constituíram a maior parte do proletariado que operava as máquinas da nascente e próspera indústria.” (KOWARICK, 1994, p. 14).

Mas ela também nos traz um fato importante e que deve ser destacado. A festa ter sido saudada como uma festa do trabalho, e a primeira em seu gênero na capital. Sabe-se que uma das características das sociedades escravocratas é a aversão ao trabalho manual, e o desrespeito ao trabalhador. Entretanto, o editorialista ao encerrar a notícia expressando com tal ânimo o seguinte: “Viva a festa do trabalho! Vemos em taes factos, e com muito interesse, a aurora do trabalho livre, que a pouco e pouco affeição-se em nossa terra”⁴. Corroborar o que vem sustentando nossa historiografia, ou seja, da pertinência de se falar em classe operária em período anterior a abolição da escravidão. Isto porque, e as notícias confirmam, no último

³ *A Província de São Paulo*, 14 /6/ 1876. Anno II, nº 417

⁴ *A Província de São Paulo*, 14 /6/ 1876. Anno II, nº 417.

quartel do século XIX, não apenas era grande a movimentação e organização da classe trabalhadora livre como esta vinha aos olhos da sociedade se valorizando cada dia mais.

O conflito ocorrido no dia 5 de janeiro do mesmo ano em Mogi das Cruzes, entre trabalhadores e o engenheiro responsável pela construção da linha férrea. Nos dá uma mostra dessa postura mais ativa dos trabalhadores livres frente a seus empregadores, mesmo em um contexto fortemente marcado pela escravidão. Ao mesmo tempo que alude para a desconfiança que existia por parte dos mesmos com a classe patronal, e esta fica evidente diante da justificativa dos trabalhadores para o motim:

[...] estes declararam que não pretendiam fazer violência alguma; que achavam-se reunidos, porque o sr. Dulley os havia despedido, e eles julgavam que, despedidos, deviam ao mesmo tempo ser pagos. Assertado em que viessem a capital para receberem aqui seus salários no dia seguinte, a isso anuíram, e de facto vieram naquela mesma tarde pelo trem das 5 horas, ficando assim apaziguada a questão.⁵

Robert Conrad ao estudar os últimos anos da escravidão no Brasil, afirma que no último quartel do século XIX ainda era forte a desconfiança dos proprietários para contratar o trabalhador nacional, e por outro lado, o trabalhador preferia sua precária existência a se sujeitar aos maus tratos, falta de pagamento e a serem identificados como escravos (CONRAD, 1975, p. 52).

Daí os trabalhadores da linha férrea reivindicarem e insistirem no pagamento imediato após serem dispensados. Pois não existiam garantias, a não ser a promessa feita, de que receberiam pelo trabalho realizado, e toda esta desconfiança faz sentido quando se verifica que o pagamento de salário só passou a ser usual nas primeiras décadas do século XIX, e, apenas em 1866 irão surgir “[...] referências ao pagamento de salários a todos os operários de uma fábrica têxtil.” (HARDMAN & LEONARDI, 1982, p.114). Portanto, ainda eram muito frágeis a situação do trabalhador livre perante a classe patronal cuja mentalidade era marcada pela escravidão.

Situação frágil que bem pode ter sido o motivo para a classe trabalhadora se organizar, afim de ter condições de fazer frente as arbitrariedades dos empregadores. Consta segundo o jornal *a Província de São Paulo*, que no ano de 1876 foram criadas quatro associações de trabalhadores, além da já citada Associação dos Operários da Oficina de Marcenaria a Vapor, têm-se também: a Associação dos Escrivães da Província de São Paulo; a Associação dos Guarda-livros; a Associação Typographica Paulistana.

⁵ *A Província de São Paulo*, 06/01/1876. Anno II, nº 290.

A Associação dos Escrivães da Província de São Paulo, instalada no dia 18 de abril do mesmo ano, é um caso clássico de associação que mais tarde se constituiria em sindicato. Suas intenções iam além do auxílio mútuo na adversidade. Sua ação, classista, voltava-se para a luta por melhores condições de salário e vida. Diferente dos marceneiros, os escrivães eram funcionários públicos, mais especializados e pertenciam às camadas mais elevadas da sociedade, entretanto, não estavam isentos das arbitrariedades. Isto fica evidente no motivo de sua criação, que era “pugnar pelos interesses da classe”⁶. Em reunião no dia 15 de junho o presidente interino ao se reportar aos associados, deixava ainda mais nítido tal objetivo, dizia ele:

Senhores corre-me o dever de expor-vos os motivos e a maneira porque achamo-nos aqui reunidos. O governo imperial reconhecendo a necessidade de aumentar as custas dos empregados de justiça, reformando o Regimento de custas de 1855, deu-nos o de 1874. Este Regimento foi por muito considerado excessivo, e o governo imperial, querendo atender aos que assim o julgaram, fez baixar o decreto nº5902, [...], alterando os artigos 39, 112 a 113 do mesmo Regimento. A alteração dos artigos 112 a 113 veio reduzir a classe dos escrivães, a mais desprotegida, a muito piores condições pecuniárias do que, quando regida pelo Regimento de 1855. Este corte de morte, dado somente nesta classe, trouxe-lhe a ruína e o desgosto. A ruína e o desgosto, portanto, senhores trouxeram-nos a esta sala. Para o fim de reclamarmos dos poderes competentes nossos direitos tão gravemente ofendidos.⁷

Diante dos fatos obtidos a partir da leitura do jornal a *Província*, o que se depreende é que as duas abordagens que tratam das associações mutualistas têm razão. Pois se a associação pretendida pelos marceneiros teve como princípio a confraternização e auxílio, a dos escrivães paulistas foi motivada por melhores condições de salário e vida, e nada impede que ambos os interesses pudessem ser compartilhados pelas duas associações. Não se constitui um erro focar na abordagem tradicional ou na atual, porém, seria mais produtivo, buscar uma análise que procurasse compreender a organização da classe operária de maneira holística. Claudio Batalha (2010) tem razão em afirmar que há mais convergência do que divergência entre as duas abordagens, isto porque, ele explica:

No século XIX, ou, pelo menos, durante o Império, diversas sociedades mutualistas foram mais do que mutualistas e cumpriram funções que poderiam ser chamadas de sindicais, zelando por salários e condições de trabalho e empreendendo ações para alcançar suas reivindicações. (BATALHA, 2010, p. 17).

⁶ A *Província de São Paulo*, 20 /4/ 1876. Anno II, nº 371.

⁷ A *Província de São Paulo*, 15/6/ 1876. Anno II, nº 418.

Considerações finais

A virada teórico-metodológica realizada pelo *Annales*, com sua ênfase na interdisciplinaridade, possibilitou a incorporação de novos temas e abordagens. O que contribuiu para se conhecer um cotidiano histórico até então desconhecido e inexplorado. A união da história com o jornalismo, dentro deste contexto de alianças, corrobora a ideia, já há muito defendida por Bloch, Febvre e Braudel, da necessidade de se somar forças para a escrita da história. Este auxílio mútuo e respeitoso entre as duas ciências permite trazer à superfície o dia a dia do homem comum. Aquele que por uma série de motivos, entre os quais, a sua humilde condição, não pôde deixar registrado os seus atos.

O jornal diário no Brasil mesmo sendo considerado, até meados do século XX, uma fonte elitista. Ele, contudo, deu voz a homens e mulheres comuns. Estes, por meio dos periódicos, puderam deixar registradas suas versões dos fatos e nos dar uma amostra de como pensavam e sentiam suas realidades. Como exemplo, vimos o caso, no século XIX, dos trabalhadores da linha férrea de Mogi das Cruzes. E este é, talvez, um dos grandes diferenciais desta fonte quando comparada aos documentos tradicionais. Por conta da sua natureza, ela fornece mais do que as histórias ou memórias pessoais das camadas abastadas da sociedade. Pois permite um olhar coletivo, diversificado, plural.

Portanto, se houve dúvidas quanto ao uso dos jornais para se compreender melhor o passado, hoje, ela não mais existe. Graças as pesquisas realizadas, os historiadores aprenderam a manusear esta versátil ferramenta. Aprenderam a explorar de maneira menos ingênua todos os recursos que ela pode oferecer. Não apenas os seus editoriais ou artigos de opinião. Mas também as cartas dos leitores, o noticiário, os anúncios, os obituários, as propagandas, ou seja, o desenrolar da vida cotidianamente relatada nas páginas dos jornais.

Fontes utilizadas

Jornal **A Província de São Paulo**, ano 1876 – São Paulo.

Referências Bibliográficas

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. 6ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989**. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1991.

- BARBOSA, Marialva Carlos. Cenários de transformação: Jornalismo e História no séc. XX. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 458-480, maio/ago. 2012.
- BARBOSA, Marialva Carlos. Meios de Comunicação e História: elos visíveis e invisíveis. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **V Congresso Nacional de História da Mídia**. São Paulo. 31 maio a 02 de junho de 2007.
- BARBOSA, Marialva Carlos. Meios de Comunicação: lugar de memória ou na história? **Contracampo**. Niterói, v. 35, nº 01, p. 7-26, abr./jul. 2016.
- BARBOSA, Marialva Carlos. Imprensa e Golpe de 1964: entre o silêncio e lembranças de fatias do passado. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Vol. 11, nº 1, jan./jun. de 2014.
- BATALHA, Cláudio H. M. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 2, nº 4, ago./dez. 2010.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.
- DOSSE, François. **A História em migalhas: dos Annales à Nova História**. Bauru, SP: Edusc, 2003.
- DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 1ª ed. Digital. São Paulo: Global, 2012.
- FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. 3ª ed. Lisboa. Editorial Presença, 1989.
- HARDMAN, Francisco Foot & LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte**. São Paulo: Global Ed., 1982.
- KARL, Marx. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 2ª ed. 1978, p. 323-404.
- KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1994.
- LE GOFF, Jacques. As mentalidades: uma história ambígua. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro, ed. Francisco Alves, 3ª ed. 1988, p. 68-80.
- MOLINA, Matías M. **História dos jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500-1840)** v.1. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. (Versão eletrônica)
- REIS, José Carlos. **Escola dos Annales – a inovação em história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- SILVA, Sônia Maria de Meneses. **A operação midiográfica: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – a Folha de São Paulo e o Golpe de 1964**. 2011(Tese de Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense.

Política e Sociabilidade no século XIX: as correspondências recebidas pelo Visconde de Pelotas

Guilherme de Mattos Gründling, UFRRJ¹

Resumo

A presente pesquisa tem por objetivo compreender as formas de inserção política e as estratégias articuladas pelo militar rio-grandense José Antônio Corrêa da Câmara (Visconde de Pelotas), no processo de ascensão à esfera política imperial. Para tanto, procura-se analisar as correspondências recebidas por ele entre 1870 e 1879.

Palavras-chave: Política; Sociabilidade; Correspondências; Século XIX.

Abstract

The present research aims to understand the political insertion ways and the strategies articulated by the military man, José Antônio Corrêa da Câmara (Visconde de Pelotas), from the province of Rio Grande do Sul, in his ascension on imperial politics. Therefore, one seeks to analyze the letters he received, from 1870 to 1879.

Keywords: Politics, Sociability, Letters, Nineteenth Century.

Introdução

Com o desfecho da Guerra do Paraguai (1864-1870), tanto o Estado brasileiro como as províncias imperiais transcorreram por um período de crise econômica e política. O contexto foi de grande insatisfação com relação a centralização administrativa e tributária do sistema imperial. As reivindicações das elites provinciais, aos poucos, promoveram o estabelecimento das primeiras manifestações contrárias à monarquia. A historiografia destaca que a situação desse período era de grande instabilidade política. Para Vitor Izecksohn:

A campanha de quatro anos e sete meses demonstrou a fragilidade da organização militar do império apesar da vitória das armas brasileiras e exasperou as relações entre o poder central e as esferas locais, criando embaraços nas relações entre o governo imperial e lideranças regionais. No plano político a guerra levou ao fim da experiência da Liga Progressista, coalizão de liberais e conservadores cuja a queda, ocasionada por intervenção do imperador, levou a redefinições do sistema partidário que modificaram a estrutura estabelecida nos anos 1840. Para a sociedade, a mobilização proporcionou alargamento dos contatos entre os habitantes e o poder central, embora sua crescente intromissão na vida das comunidades nem sempre tenha sido bem recebida. (IZECKSOHN, 2009, p. 418).

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História (PPHR) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Linha de Pesquisa: Relações de Poder, Linguagens e História Intelectual. Bolsista CAPES. Orientado pela Prof. Dr^a. Adriana Barreto de Souza. Graduado no Curso de História (2015) - Licenciatura Plena e bacharelado na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Foi bolsista no Projeto de Pesquisa: Sociedade, Cultura e Política na História do Brasil - séculos XIX e XX. Coordenado pelo Prof. Dr. André A. Fertig.

Na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, no entanto, o fim da Guerra do Paraguai e as décadas finais do Império, não resultaram apenas em crises. Ainda que os conflitos expusessem a província a situações de perigo, pois, “[...] durante as batalhas muitos estancieiros perderam famílias e trabalhadores e tiveram seus patrimônios saqueados”, a participação dos “[...] rio-grandenses na Guerra do Paraguai foi fundamental para o sucesso das batalhas e a coroa, sabedora disto, tratou de recompensar muitos deles.” (VARGAS, 2007, p. 192-193).

Nas tramas de relações políticas entre as províncias e o Estado imperial, o Rio Grande do Sul somente chegou a ocupar posição de maior destaque na última década do Império. A participação mais ativa dos sul-rio-grandenses na política imperial, especialmente tratando-se do acesso aos cargos políticos, alinha-se a certos fatores conjunturais, como as atuações desses indivíduos na Guerra do Paraguai. Ao contrário de outras províncias, como São Paulo e Minas Gerais, que apresentaram redução de seus representantes políticos nos anos finais do Império, a província rio-grandense passou a ocupar com maior frequência os cargos políticos² que emanavam da corte (VARGAS, 2007).

Os altos esforços empenhados por essa elite no conflito, em grande parte, foram recompensados pelo Estado Imperial através de títulos nobiliárquicos e de cargos político-administrativos. Após a Guerra do Paraguai, a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul teve o maior número de ministros e senadores do que durante todo o período imperial. Além disso, quase 70% dos títulos nobiliárquicos recebidos por sul-rio-grandenses no período imperial foram concedidos após essa campanha no Paraguai. Dentre os indivíduos que foram contemplados, a maior parte havia participado diretamente nesse conflito (VARGAS, 2007, p. 12).

Dessa forma, se a Guerra do Paraguai contribuiu para o afastamento das elites de outras províncias imperiais do círculo político da corte, este mesmo conflito beneficiou muitos indivíduos da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, uma vez que, além dos títulos nobiliárquicos, os cargos políticos também passaram a ser mais frequentes entre os sul-rio-grandenses nos últimos anos do Império. O papel determinante dos rio-grandenses na Guerra do Paraguai e o aumento da inserção desses indivíduos aos gabinetes e pastas do Império, após o desfecho desse conflito, propiciaram um melhor acesso aos mais variados

² Conforme Jonas Vargas, isso pode ser entendido como um processo de “[...] aumento no recrutamento de ministros de outras províncias, o que expressa a lenta transformação desta elite e o resultado das pressões regionais por demanda participativa [...]” (VARGAS, 2007, p. 61).

bens simbólicos e materiais que partiam do centro político do Império. Como salienta Jonas Vargas:

Em consequência disso, as elites da província conquistaram muitos dos tão cobiçados cargos na burocracia, vários títulos nobiliárquicos, diversos contratos públicos, além de uma rede social de maior importância. Portanto, ao comporem a elite política central, estes homens, que já eram bastante conhecidos e respeitados na sua província, viram as suas clientelas crescerem cada vez mais. A sua capacidade de fazer e encaminhar pedidos e conceder favores aumentou muito o seu poder. Nesse sentido, dentro do mundo da política, os ministros, os senadores e os deputados gerais ocupavam um papel central. (VARGAS, 2007, p. 12-13).

Em outras palavras, as principais recompensas concedidas pelo Império à província de São Pedro do Rio Grande do Sul foram destinadas aos líderes militares sul-rio-grandenses, portanto, esse conflito interferiu positivamente nas carreiras de alguns deles, como é o caso das carreiras de José Antônio Corrêa da Câmara e de Manuel Luís Osório.

Porém, antes de examinar o prestígio político desses chefes militares e a influência que estabeleceram nas dinâmicas políticas provinciais, é intenção desse artigo compreender, ainda que parcialmente, a formação de alianças políticas na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, logo após o desfecho da Guerra do Paraguai. Também é objetivo desse artigo, salientar a importância da análise das correspondências enviadas ao militar e político José Antônio Corrêa da Câmara (Visconde de Pelotas), para a identificação da formação de alianças políticas. Ao se investigar tais dinâmicas políticas, o que se pretende destacar são as situações de influência, as alianças e os conflitos pessoais. Ou seja, aspectos informais que poderiam condicionar as disputas eleitorais e o complexo jogo político imperial, especialmente tratando-se de um contexto marcado pelo desfecho da Guerra do Paraguai e o retorno dos chefes militares à província de São Pedro do Rio Grande do Sul (MENEGAT, 2009; MARTINY, 2010).

Em 1º de março de 1870, quando as tropas comandadas pelo general José Antônio Corrêa da Câmara (2º Visconde de Pelotas), alcançaram e mataram Solano López, a Guerra do Paraguai oficialmente chegava ao fim. O desfecho em Cerro Corá, onde López foi derrotado, tornou-se fundamental para a futura trajetória de ascensão política de José Antônio Corrêa da Câmara. Não demoraram muitos dias para que as primeiras correspondências fossem enviadas do Paraguai às províncias do Império, noticiando o triunfo de Corrêa da Câmara às margens do rio Aquibadan e a vitória do Exército imperial brasileiro. Em 7 de Março de 1870, Câmara escrevia à esposa, Maria Rita Pinheiro Câmara, narrando o desfecho de Solano López e da Guerra.

Mil graças a Deus! Está finalmente terminada a guerra! No dia 1º deste mês, as 11 e meia horas da manhã surpreendi López no seu acampamento na serra de Maracaju, junto a um arroio chamado Aquidaban. [...] Tenho 70 e tantos oficiais prisioneiros, [...] Salvamos a mãe de López e duas irmãs³, que estavam com ordem de serem mortas, e que só devem a salvação à prontidão com que ataquei. Linch e quatro filhos estão também em nosso poder, tendo morrido o mais velho, que era coronel, [...] López estava ferido quando o encontrei [...] Falei-lhe intimando que me entregasse a espada, considerando-me seu prisioneiro, e que lhe estava garantida a vida; a resposta que me deu foi ameaçar-me com a espada dizendo-me: ‘Não lhe entrego a minha espada; morro com a minha espada e pela minha pátria’ (CÂMARA, 1970, p. 421).

A notícia do fim do conflito havia chegado nas províncias do Império e, com isso, José Antônio Corrêa da Câmara passou a receber um grandioso número de correspondências. Dentre os principais remetentes estavam políticos, militares, parentes e correligionários. Para melhor exemplificar o fluxo de correspondências recebidas pelo Visconde de Pelotas durante essa fase, expomos na tabela a seguir, os seus principais correspondentes, entre 1870-1879.

Remetente	Número de Missivas	Porcentagem
Manuel Luís Osório	84	28,0 %
Visconde do Rio Branco	41	13,7 %
Gaspar Silveira Martins	28	9,3 %
Duque de Caxias	7	2,3
Outros Correspondentes (76 Indivíduos)	139	46,5 %
Total de Missivas	299	100,0 %

Quadro 1: Correspondências recebidas por José Antônio Corrêa da Câmara - Fundo General Câmara do (IHGRS), entre os anos de 1869-1879.

Através desse quadro, pode-se observar o grande fluxo de cartas recebidas por Corrêa da Câmara, durante o período imediatamente posterior à Guerra do Paraguai. Desse modo, passa a receber constantes correspondências de membros do Partido Liberal. Além das relações mantidas com indivíduos do Partido Liberal, Corrêa da Câmara, como um sujeito que buscava seu espaço dentro do cenário político, após anos envolvidos no conflito em terras paraguaias, encontrava a oportunidade de fortalecer seus laços de sociabilidade e de alinhar compromissos ou intenções políticas futuras, reassegurando a boa convivência com indivíduos pertencentes a sua sociabilidade.

³ Segundo Francisco Pinheiro Guimarães Filho, o General Câmara teve uma filha com uma das irmãs de Solano López, Inocência López. Ver: GUIMARÃES FILHO, Francisco Pinheiro. **Um voluntário da pátria**: folha de serviços prestados pelo general dr. Francisco Pinheiro Guimarães às classes armadas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

A exemplo disso, destacam-se os seguintes convites recebidos por Corrêa da Câmara e remetidos, respectivamente, por José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco), Luís Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias):

O Conselheiro J.M. da Silva Paranhos tem a honra de cumprimentar a V.Ex^a. O Senhor Marechal Visconde de Pelotas e pedir-lhe o favor de sua companhia amanhã as 4 horas da tarde para um jantar de amigos (30/07/1870 - Assunção - IHGRS, Fundo General Câmara, Correspondência recebida).⁴

Espero que no domingo próximo do corrente seja o dia que V.Ex^a. destine para jantar comigo. Não pretendo convidar se não 3 dos nossos companheiros da última campanha que pertenceram ao meu Quartel General a fim de podermos em família nos recordar de nossos passados trabalhos [...] (28/10/1870 - Andaraí - IHGRS, Fundo General Câmara, Correspondência recebida).⁵

Ao destacar os momentos de aproximação entre os indivíduos e/ou grupos no século XIX, o historiador busca se aproximar de situações de influência, de elementos que condicionavam as disputas eleitorais e, claro, dos vínculos e alinhamentos políticos. Tais questões, relacionadas às atuações das elites políticas e militares, podem estar expressas nas correspondências trocadas entre os indivíduos no século XIX. Dessa forma, o historiador através da análise de correspondências busca visualizar diálogos e aproximações que, em grande parte, podem evidenciar os vínculos sociais e as estratégias políticas constituídas de maneira relacional entre os indivíduos. Ou seja, as correspondências permitem a reconstrução de laços relacionais que envolvem remetente e destinatário e, assim, conferem a ele, a possibilidade de “[...] analisar o entremeado social com base nas ‘trocas’ entre atores de diferentes estratos (e status) sociais.” (MUGGE, 2013, p. 9).

Todavia, é interessante ressaltar que existe atualmente um número considerável de estudos sobre correspondências. As correspondências de políticos, por exemplo, já serviram como fonte documental de diversas obras historiográficas. Portanto, torna-se necessário esclarecer que os procedimentos metodológicos a serem adotados para abordar essas fontes variam de acordo com as premissas teóricas norteadoras de cada pesquisa (GOMES, 2005; LEMOS, 2004).

O presente trabalho de pesquisa está inserido na perspectiva da história política. Uma história política que no final do século XX passou por mudança de perspectivas analíticas, uma vez que se ampliou o olhar para o conceito de política. Esse conceito passou a ser

⁴ IHGRS, Fundo General Câmara, Correspondência recebida.

⁵ IHGRS, Fundo General Câmara, Correspondência recebida.

compreendido através de relações de poder e de laços interpessoais que podem acontecer em diferentes espaços sociais, não mais resumindo o seu entendimento às práticas políticas ligadas à esfera institucional de poder (REMOND, 1996).

No trabalho de investigação sobre a trajetória do político sul-rio-grandense Gaspar Silveira Martins, Mônica Rossato considera que

[...] a renovação da história política permitiu a ampliação do conceito de poder, que passou a ser percebido nas relações sociais, nas relações familiares, econômicas, partidárias, de amizade, entre outras, onde todas essas relações são compreendidas aqui como relações de poder. (ROSSATO, 2014, p. 27).

Portanto, diferentemente da história política tradicional, a historiografia recente tem demonstrado possibilidades de abordagem da história política do cotidiano. Ou seja, das práticas sociais e de suas relações com diferentes comportamentos dos indivíduos, em contextos e cenários sociais variados. Ao pensarmos nas estratégias políticas e nos vínculos estabelecidos entre a elite política sul-rio-grandense no século XIX, estamos considerando política, não apenas os trâmites institucionais, mas sim, as relações de poder estabelecidas através de práticas de interações sociais entre os indivíduos, assim como as diferentes formas de exercício do poder (MUGGE, 2012).

A prática de trocar correspondências tornou-se um hábito, uma prática cultural de extrema relevância ao longo do século XIX. Atualmente, entendidas não apenas como objeto de aproximação entre os atores históricos, as correspondências desnudam características, posturas e interpretações de seus remetentes, muitas vezes, não observadas pelos historiadores ao trabalharem com outras fontes documentais. Nesse sentido, lembra-se de que a sociedade brasileira, já no início do século XIX, acostumou-se com a ampliação dos espaços de interação e de diálogo, favorecendo, em certa medida, a sociabilização (BARBOSA, 2009; COMISSOLI, 2011).

Dessa maneira, ressalta-se a importância de locais e de situações que, aparentemente, não seriam associadas ao debate ou ao arranjo político oitocentista, mas que promoviam encontros e alinhamentos políticos. Por essa razão, Jonas Vargas destaca que:

Os salões e os bailes, por exemplo, também serviam como local de grandes debates intelectuais e políticos e eram mantidos e frequentados pelas mesmas elites que residiam na Corte. Além disso, os encontros nas confeitarias e nos teatros somavam-se ao itinerário destas famílias e eram igualmente fundamentais no processo de socialização destes grupos, ajudando a reproduzir a própria hierarquia social no Brasil oitocentista. (VARGAS, 2008, p. 1-2).

Diante do exposto, as correspondências “revelam a dinâmica social que era construída na política imperial, relações onde estavam em jogo, cargos, apoio eleitoral, votos e interesses específicos dos envolvidos”. Questões que estão relacionadas às atuações desses indivíduos, que poderiam acontecer em diferentes espaços e situações, como em jantares, em recepções e em encontros particulares. Entretanto, tratando-se de assuntos estratégicos, em caso de distanciamento entre as partes envolvidas, davam-se, principalmente, por meio de diálogos epistolares (ROSSATO, 2014, p. 106).

A historiografia brasileira acostumou-se a compreender a política do século XIX por meio de acordos tradicionais, definidos e articulados em espaços institucionais de poder. Isso promoveu uma interpretação restrita a respeito do papel das elites regionais na política imperial. A partir dos anos 2000, a historiografia procurou ampliar as pesquisas acerca do papel das elites provinciais e locais no processo de formação e de consolidação do Estado Imperial. Essa renovação buscava incluir em suas análises diferentes formas de atuação e de negociação política das elites. Para isso, a historiografia passou a valorizar fontes e objetos de pesquisa que privilegiam a compreensão dos laços sociais, das estratégias familiares, das alianças políticas, dos vínculos sociais e relacionais das elites no século XIX que, muitas vezes, eram reforçados através das relações constituídas nos meios sociais nos quais esses indivíduos circulavam (COMISSOLI, 2011).

Nessa perspectiva, o principal correspondente de José Antônio Corrêa da Câmara entre 1870-1879, foi Manuel Luís Osório, seu parceiro de farda e correligionário político. Osório construiu grande influência em assuntos políticos e militares da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, apesar de ter sido nomeado para o Senado apenas em 1877, desde o fim da Revolução Farroupilha, em 1845, já havia consolidado forte influência sobre boa parte das localidades sul-rio-grandenses. E, sendo homem de sua confiança, Corrêa da Câmara alcançou cargos políticos importantes no governo imperial, tendo sido Ministro da Guerra e Senador, entre 1880-1889 (OSÓRIO, 1894).

A ascensão política de Corrêa da Câmara, após seu retorno da Guerra do Paraguai, levou-o a ocupar posição de liderança e de prestígio na sociedade política local e no Partido Liberal. Esta pesquisa enfoca, assim, o processo de inserção política desse indivíduo, José Antônio Corrêa da Câmara, na política nacional nas décadas finais do Império, por meio do estudo de suas correspondências pessoais, com o também militar e político, Manuel Luís Osório.

Esses indivíduos, Corrêa da Câmara e Osório, ocuparam posição privilegiada numa sociedade em que os conflitos se tornam quase que constantes e em que as lideranças militares passaram a ocupar posição central. Nessa perspectiva, José Antônio Corrêa da Câmara e Manuel Luís Osório são considerados, especialmente após atuarem na Guerra do Paraguai, sujeitos reverenciados e de prestígio na sociedade rio-grandense, membros da elite militar, política e nobiliárquica de uma província fronteiriça do sul do Império. Sendo assim, busca-se a compreensão desses indivíduos e das formas como se utilizam do prestígio e do “cabedal militar”⁶ que dispunham, também nos assuntos da política (FARINATTI, 2007, p. 397).

Em seus diálogos epistolares, quase sempre tratando de assuntos políticos, indicam uma considerável troca de informações que, se não pressupõem um nível de intimidade maior, no mínimo, indicam uma certa coesão de interesses entre esses indivíduos. Na missiva do dia 12 de Janeiro de 1871, Osório ressaltava o êxito do Partido Liberal em algumas localidades, deixando claro o amplo envolvimento de Corrêa da Câmara naquelas eleições: “Os nossos amigos do município de Jaguarão, vencerão as eleições ali na cidade, no Herval e Arroio-grande e por isso o felicito.” (12/01/1871 - IHGRS, Fundo General Câmara, Correspondência recebida).⁷

Essa correspondência, em certa medida, também reflete a própria ascensão do Partido Liberal a partir de 1870, aproveitando os conflitos internos do Partido Conservador na província de São Pedro. Tais conflitos refletiram-se na estruturação de dois grupos dentro do Partido Conservador, “os ‘lobos’, conservadores ‘puros’ e os ‘cordeiros’, ex-progressistas” (PICCOLO, 1991, p. 57).

Em resumo, os problemas internos do Partido Conservador, assim como os insucessos que levaram a mudanças na Câmara dos Deputados, por decreto imperial do dia 22 de Maio de 1872, viravam assunto também entre os chefes do Partido Liberal, como fica claro na seguinte missiva do dia 23 de Maio de 1872, remetida por Osório a Corrêa da Câmara:

As manadas de lobos e cordeiros se tem achado em perfeita guerra: pelo incluso telegrama verás, que os filhos da polícia, com o título de representantes da Nação, foram esparramados na Côrte. Além do telegrama da dissolução da Câmara dos Deputados, nada mais se sabe; nem a causa que o fez esparramar os rebanhos. Sempre às suas ordens para seu serviço achara-me (Pelotas – 23/05/1872 - IHGRS, Fundo General Câmara, Correspondência recebida).⁸

⁶ Conforme Farinatti, tem-se por cabedal militar as formas de atuação e de prestígio social que proporcionavam aos comandantes militares a autonomia, ainda que reduzida, com relação ao poder central.

⁷ IHGRS, Fundo General Câmara, Correspondência recebida.

⁸ IHGRS, Fundo General Câmara, Correspondência recebida.

A busca por um lugar no estreito cenário político do século XIX por membros da elite, de certo modo, não significava apenas o simples desejo e a necessidade de representação com relação ao governo imperial. Pelo contrário, simbolizava a “[...] expectativa dos seus familiares, das suas clientelas e dos seus eleitores e aliados políticos” pela diminuição da amplitude existente entre as suas localidades e a Corte (VARGAS, 2008, p. 46).

Em missiva do dia 12 de Janeiro de 1872, da cidade de Pelotas, Osório demonstrava preocupação com os alinhamentos políticos da província: “Diga-me francamente se lhe parece que devemos ou não tratar de eleições futuras e que providências tem tomado a respeito o centro liberal de Porto Alegre” (IHGRS, Fundo General Câmara, Correspondência recebida).⁹

Desse modo, como salientado por Jonas Vargas, as redes de sociabilidades uniam-se com o objetivo de elevar membros de sua convivência ao cenário político. Tal conquista, lhes concederia “[...] acesso mais qualificado ao núcleo político do Império e lhes conferia o poder de captar recursos materiais (terras, escravos, animais, cargos, dinheiro) e imateriais (títulos, favores e prestígio social) para as suas províncias.” (VARGAS, 2008, p. 46).

A prática epistolar, nessa perspectiva, anuncia a própria dinâmica de transformações que ocorre no transcorrer das trajetórias pessoais, as diferentes facetas que são assumidas ao longo da vida de um indivíduo pertencente ao seu tempo histórico, dividido entre os espaços de trabalho e de sociabilidade. Dessa forma, como indicado por Gomes, o estudo de cartas pessoais, de caráter íntimo, como o próprio título indica, expressam relações diversas, muitas vezes, carregadas de desejos e de interesses prévios, dispostos de forma intrínseca nos documentos (GOMES, 2004, p. 14).

Nessa alçada, entende-se que as correspondências do Visconde de Pelotas, em grande medida, representam um bom aporte documental para a análise de suas relações. Além disso, a dinâmica das relações interpessoais constituídas e mantidas ao longo do século XIX, entre membros da elite, podem ser melhor visualizadas por meio do estudo das correspondências.

A província de São Pedro do Rio Grande do Sul no século XIX conviveu com um cenário de constantes conflitos internos e de diferentes guerras em contexto platino. As guerras faziam nascer e consolidavam fortes lideranças na província. Na Guerra do Paraguai não foi diferente. As disputas que marcam esse espaço fronteiriço e belicoso cujos limites políticos ainda estavam sendo definidos fizeram parte da formação dessa província. De acordo com André Fertig, isso evidencia o “caráter militar do Rio Grande do Sul” e resultou no aparecimento ou “na emergência de chefes militares poderosos [...]” (FERTIG, 2001, p. 2).

⁹ IHGRS, Fundo General Câmara, Correspondência recebida.

Conforme Paulo Moreira, o Rio Grande do Sul era no século XIX uma “província fronteiriça cuja história se confunde com as lutas com países estrangeiros, tendo como uma de suas características principais a forte militarização da sociedade, a farda de oficial do exército não desmerecia seu portador”. Ao contrário disso, a farda do exército na província rio-grandense poderia significar distinção social e um “considerável poder” (MOREIRA, 2004, p. 150).

Os chefes militares rio-grandenses que atuaram na Guerra do Paraguai, ao retornarem do conflito, viram crescer o já elevado prestígio militar e a grande influência social que exerciam na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Buscar compreender o prestígio político que os militares sul-rio-grandenses representavam na província, principalmente após o desfecho da Guerra do Paraguai, não significa que se esteja pensando a unicidade desse grupo. A dificuldade de explorar aspectos comuns ou de atribuir certo perfil às trajetórias de oficiais do exército no século XIX foi ressaltado por Adriana Barreto de Souza. A autora propôs a compreensão do espaço ocupado pelo exército na política de consolidação do Estado Imperial e percebeu que a ausência de uma formação burocrática mais rígida aos oficiais do Exército teve, como consequência, a formação de um grupo bastante “heterogêneo” (SOUZA, 2009, p. 90).

O restrito acesso aos conhecimentos técnicos e específicos da área militar promovia o estabelecimento de variados caminhos que levavam à obtenção de uma alta patente do exército. Para Souza:

O único ponto comum ao grupo era a dependência da Coroa, que detinha o monopólio das patentes militares, podendo regular sua distribuição tal como fazia com outros bens simbólicos. Dada essa ausência de uma formação burocrática mais complexa e impessoal, o nível de formalização das trajetórias dos oficiais militares era baixo. Para se obter uma patente de general, havia vários caminhos possíveis, alguns dos quais sequer exigiam do pretendente experiência institucional, o que explica, por exemplo, um fenômeno comum até a década de 1850: a presença de homens de carreira notadamente política em postos de comando do Exército, distinguidos com altas patentes militares. (SOUZA, 2009, p. 91).

No caso de Osório e de Corrêa da Câmara, manter-se ao lado do Império foi um fator preponderante em suas trajetórias como chefes militares. Após anos envolvidos em conflitos, o passado legalista ajudava na construção da imagem desses indivíduos como defensores dos interesses imperiais. A lealdade à coroa teve ótimos desdobramentos: ambos alcançaram o posto de marechal do Exército, além de terem sido agraciados com títulos nobiliárquicos e com o acesso ao restrito mundo da política imperial.

Nesse sentido, pode-se inferir que, em uma província que se envolveu em diferentes guerras, os militares ocupavam posição-chave e a turbulenta situação da região platina, muitas vezes, garantia a manutenção do prestígio social dos chefes militares da província. Além disso:

Eles seguiam sendo os principais responsáveis por conseguir homens, cavalos, suprimentos e alianças políticas, que eram os fatores indispensáveis para a guerra no sul. Eles tinham, a seu favor, as relações que haviam estabelecido com outros chefes militares da própria província e além fronteiras; a experiência no tipo de guerra praticado naquelas plagas; o conhecimento do território e dos negócios na fronteira. Como já foi dito, esses fatores, somados ao prestígio como guerreiros eficientes, formavam um cabedal militar que lhes colocava em posição de serem úteis para o governo central. (FARINATTI, 2007, p. 187).

Dessa forma, sendo úteis aos interesses do governo central, a campanha no Paraguai também serviu para enobrecer uma série de militares e guerreiros da província sul-rio-grandense. Os resultados obtidos pelos líderes nos campos de batalha, foram premiados através de promoções, títulos e crescimento do prestígio junto a seus comandados. No Rio Grande do Sul, os méritos militares, desde o início até o fim do Estado Imperial sintetiza certo padrão à nobreza sul-rio-grandense, marcada pelo militarismo como decorrência dos constantes conflitos militares da região. Bons exemplos disso são as trajetórias de Corrêa da Câmara e Osório, que foram nobilitados durante a campanha no Paraguai. A remuneração simbólica reconhecia a posição social de liderança constituída por esses indivíduos que foram veteranos de conflitos platinos, legalistas durante a Revolução Farroupilha e “heróis” da Guerra do Paraguai.

Os títulos que receberam da Corte buscavam recompensar os sucessos obtidos por eles nos campos de batalha. Após o reconhecimento da coroa, o Marquês do Herval e o Visconde de Pelotas passaram a conduzir suas atenções às disputas políticas na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Sendo assim, depois de um longo período atuando em conflitos bélicos, organizando tropas e estratégias militares, esses indivíduos se tornaram importantes para a corte do Rio de Janeiro, o que possibilitou a ampliação de seus vínculos sociais e de seus respectivos núcleos de sociabilidade, dentro e fora de suas localidades, levando-os a ingressar nos círculos mais restritos da política imperial.

Fontes utilizadas

OSÓRIO, Fernando Luís. **História do General Osório**. Rio de Janeiro: Typografia de G. Leuzinger & Filhos, 1º volume, 1894.

OSÓRIO, Luís Joaquim e OSÓRIO, Fernando Luís. **História do General Osório**. Pelotas: Typografia do Diário Popular, 2º volume, 1915.

CAMARA, Rinaldo Pereira da. **Marechal Câmara: Reflexões Introdutórias a sua Biografia (v.1)**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1964.

CAMARA, Rinaldo Pereira da. **Marechal Câmara: sua vida militar (v. 2)**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1970.

CAMARA, Rinaldo Pereira da. **Marechal Câmara: sua vida política (v. 3)**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1979.

Fundo General Câmara. **Correspondências recebidas por José Antônio Corrêa da Câmara**. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Carla Adriana da Silva. **A casa e suas virtudes: Relações familiares e a elite farroupilha (1835-1845)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

COMISSOLI, Adriano. **A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c. - 1831c.)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

FARINATTI, Luis Augusto. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade na fronteira sul do Brasil (1825-1865)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FERTIG, André. A Guarda Nacional e as relações entre os poderes central e local na província do Rio Grande do Sul no Século XIX. **CLIO - Revista de Pesquisa Histórica**. 2001.

GOMES, Angela Maria de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

GOMES, Angela Maria de Castro (Org.). **Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre**. Campinas: Mercado das Letras, 2005.

IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil Imperial (1831-1889). Vol. II**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LEMONS, Renato. **Bem traçadas linhas: a história do Brasil em cartas pessoais**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.

MARTINY, Carina. **“Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município”**. Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política

local (São Sebastião do Caí, 1875-1900). Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

MENEGAT, Carla. **O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, Século XIX)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Inquéritos Disciplinares e Fés-de-Ofício: fontes documentais para a análise do comportamento estudantil da mocidade militar no final do Império (Escola Militar/RS). **Métis (UCS)**, Caxias do Sul, v. 1, n. 1, 2004.

MUGGE, Miquéias Henrique. **Eles estão prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – segunda metade do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

MUGGE, Miquéias Henrique. A elite da Guerra – comandantes superiores da Guarda Nacional do Brasil meridional: dinâmicas relacionais (1850-1873). **XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia**. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, 2013.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. **A política Rio-Grandense no II Império (1868-1889)**. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro, Ed. FGV, Ed. UFRJ, 1996.

ROSSATO, Monica. **Relações de poder na região fronteira platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

SOUZA, Adriana Barreto de. Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do duque de Caxias e do general Osório. **Topoi**, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868 – 1889)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

VARGAS, Jonas Moreira. “O círculo dos Grandes”. Os mediadores políticos e as famílias de elite no Rio Grande do Sul (1868-1889). In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer. (org.). **Recortes da História Brasileira**. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 2008.

Representações e concepções relativas à mulher em postais franceses da Grande Guerra (1914-1918)

Kimberly Natalie Diehl, UEPG¹

Resumo

Partindo do pressuposto que as imagens são também documento e monumento (LE GOFF, 1996), pois são produtos da ação humana que revelam marcas do passado, este artigo tem por objetivo analisar como as mulheres são representadas em um conjunto de cartões postais franceses, difundidos no contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Nesses postais, as imagens diferem do real, logo, colaboraram para construir e propagar concepções e valores relativos a noções de gênero.

Palavras-chave: Cartões-Postais, Representações, Gênero, Primeira Guerra Mundial.

Abstract

Assuming that images are also document and monument (LE GOFF, 1996) since are products of the human action that reveals past marks, this article aims to analyze how women were displayed in French postcard sets in the World War I background (1914-1918). The postcards' images differ from real which, and then, they allow to construct and propagate conceptions and values related to notions of gender.

Keywords: Postcards, Representations, Gender, World War I.

Introdução

Os cartões-postais surgem em meados de 1870, e entre o fim do século XIX e início do século XX se tornaram populares. Nesse momento já se contava milhões deles. Apenas no ano de 1910, a França chegou a produzir 120 milhões, e liderava tal indústria (STANCIK, 2013b). Essa época, inclusive, ficou conhecida como a “era de ouro” dos cartões-postais.

Em um contexto onde a velocidade e a comunicação se tornavam cada vez mais importantes, os postais se destacaram, pois era a forma mais barata, acessível e rápida de comunicação (STANCIK, 2017, p. 21). E tendo seu início declarado em 1914, a Primeira Guerra Mundial é contemporânea a essa popularização.

O historiador Marc Ferro discute que durante o período ligeiramente anterior a guerra, houve uma produção muito grande de artigos e textos literários que tratavam da guerra como inevitável e até mesmo necessária (FERRO, 2014; STANCIK, 2013c). O mesmo pode ser dito

¹ Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

dos postais. Além de *souvenirs*,² eles também se tornaram eficientes instrumentos de persuasão.

A troca de postais era estimulada pelo governo dos países que se encontravam em guerra, logo, as mensagens transmitidas tinham amplo alcance. (STANCIK, 2013c). Segundo Stancik (2013c), a guerra não se mostra apenas pelos escritos dos remetentes – que pouco podiam falar a respeito, já que estavam sujeitos a censura – mas também pelas cenas e breves textos escolhidos pelos editores de cartões-postais.

Segundo Stancik,

[...] os cartões-postais tenderam a oferecer “ilusões” e não tanto a “realidade social” [...]. Ilusões que eram objetos de conflitos e, portanto, não consensuais. Tendiam elas, salvo as inevitáveis exceções, a representar de forma suavizada tudo o que estivesse relacionado à guerra e suas dramáticas consequências, negando-se a expor a dor e o sofrimento a ela associados ou dela decorrentes. (STANCIK, 2017, p. 22).

Partindo do pressuposto que essas imagens são repletas de elementos simbólicos, culturais, interesses e ideologias, o presente trabalho buscou analisar um conjunto de representações fotográficas presentes em cartões-postais produzidos na França e difundidos no período da Grande Guerra (1914-1918), com o intuito de problematizar as representações de gênero por eles veiculadas.

Para isso, durante os estudos, 72 postais foram objetos de reflexão,³ pois além de mostrar conteúdo que remete diretamente à guerra, exibem figuras femininas. Para a presente exposição, foram selecionados seis cartões-postais que serão analisados mais detidamente, já que evidenciam elementos relativos aos papéis sociais das mulheres e um aparente silenciamento das mudanças que ocorriam no momento, questões chave para a presente discussão.

Sumariamente, percebe-se nas representações difundidas pelos postais aspectos do imaginário que se evidencia nesse contexto. O presente estudo busca identificá-las, apoiando-se no conceito de gênero, e na metodologia de análise iconológica.

Imagem como fonte: cartões-postais

² Aqui o termo é pensado na sua dupla acepção: *Souvenir* pode ser considerado como um presente que é dado ao destinatário, mas também como lembrança/recordação. Assim, buscam manter e reafirmar na memória aspectos enraizados no imaginário do período (STANCIK, 2017).

³ As fontes utilizadas nessa pesquisa foram disponibilizadas pelo professor Marco Antonio Stancik.

Por muito tempo a documentação escrita permitiu apenas uma visão limitada dos fatos e acabou por deixar grupos sociais à margem da história. Porém, com a ampliação dos interesses dos historiadores – como a história da vida cotidiana, a história das mentalidades, e a história da cultura material, por exemplo – utilizam-se novas evidências históricas como suporte:

[...] tanto a noção de documento quanto a de texto continuaram a ampliar-se. Agora, todos os vestígios do passado são considerados matéria para o historiador. Desta forma, novos textos, tais como a pintura, o cinema, a fotografia etc., foram incluídos no elenco de fontes dignas de fazer parte da história e passíveis de leitura por parte do historiador. (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 569).

O uso das imagens no trabalho do historiador tem enorme potencial. Além de evidências de acontecimentos históricos, elas nos revelam comportamentos sociais, o cotidiano e as vivências de pessoas comuns.

Peter Burke defende que as imagens, como os textos, podem nos presentear com evidências do passado. A partir delas podem-se perceber questões até então subjetivas, que normalmente não seriam provocadas por outros materiais (BURKE, 2004).

“Imagens podem auxiliar a posteridade a se sintonizar com a sensibilidade coletiva de um período passado.” (BURKE, 2002, p. 38). As posturas, gestos, acessórios, cenários e objetos das fotografias são carregados de um valor simbólico, pois assim como os gêneros artísticos, seguem convenções que mudam conforme o tempo passa (BURKE, 2002).

Parafraseando Le Goff (1996) a historiadora Ana Maria Mauad propõe que as imagens são também documento e monumento:

No primeiro caso, considera-se a fotografia como índice, como marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado - condições de vida, moda, infraestrutura urbana ou rural, condições de trabalho etc. No segundo caso, a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro. Sem esquecer jamais que todo documento é monumento, se a fotografia informa, ela também conforma uma determinada visão de mundo. (MAUAD, 1996, p. 8).

Também não se pode deixar de lado o processo de produção e recepção das imagens. O papel daquele que cria a imagem é determinante, seja ele o fotógrafo ou o grupo ao qual ele serve. Mas assim como a técnica cabe ao fotógrafo, é competência de quem olha fornecer significados à imagem: o significado atribuído à imagem varia historicamente. (MAUAD, 1996)

Assim sendo, a imagem não é neutra, pois carrega sentidos, valores, influências do momento cultural, do tempo no qual se insere (KOSSOY, 1999; MAUAD, 1996). Produzidos por meio de fotografias, as imagens dos postais inicialmente mostravam paisagens ou pontos turísticos, mas devido a sua popularização – durante a “era de ouro” – as temáticas acabaram se ampliando. Homens, mulheres, crianças passaram a ser representados em cenas que remetiam à guerra – que era esperada, e até mesmo desejada (FERRO, 2014; STANCIK, 2013b).

Esses retratos, em muitos casos, eram obtidos por meio de uma teatralização em estúdios. Nesse caso, não se buscava captar a realidade, mas reconstruir, por meio de manipulação e reinterpretação, uma representação daquilo que deveria se enquadrar aos interesses e intenções de seus emissores (STANCIK, 2013b).

Iconologia

De acordo com Boris Kossoy (2002, p. 59), a fotografia – como documento – é uma representação a partir do real, onde se tem registrado um aspecto selecionado daquele real, organizado cultural, técnica e esteticamente, portanto ideologicamente.

O significado mais profundo da imagem não se encontra necessariamente explícito. O significado é imaterial; jamais foi ou virá a ser um assunto *visível* passível de ser retratado fotograficamente. O vestígio da vida cristalizado na imagem fotográfica passa a ter sentido no momento em que se tenha conhecimento e se compreendam os elos da cadeia de fatos *ausentes* da imagem. (KOSSOY, 2001, p. 132).

É por meio da interpretação iconológica que é possível acessar esse significado interior da imagem, além da verdade iconográfica (KOSSOY, 2001; 2002).

Entre os anos de 1920 e 1930 os termos iconografia e iconologia entram em cena para se contrapor às análises puramente estéticas, desvinculadas do tema, e também como crítica ao pressuposto realismo fotográfico (BURKE, 2004, p. 44). Foi o grupo de Aby Warburg (1866-1929) que deu corpo à iconografia. Reunia em Hamburgo historiadores da arte austríacos e alemães,⁴ alguns anos antes da chegada de Hitler ao poder. O grupo teve suas ideias condensadas no ensaio de Erwin Panofsky, destaque nos estudos de iconografia e iconologia, *Estudos de iconologia*, publicado em 1939.

⁴ O grupo era formado por Erwin Panofsky (1892-1968), Fritz Saxl (1890-1948), Edgard Wind (1900-1971) e Ernst Cassirer (1874-1945). O propósito da Escola de Warburg era tornar a iconografia a base de uma ciência da arte, compondo uma antropologia da memória social, fundamentada nas imagens e apoiada em fontes heterogêneas (MENESES, 2012, p. 244).

Para Panofsky (2011), diferente da iconografia, a iconologia se refere à interpretação dos valores simbólicos das imagens. “Pois, se o sufixo ‘grafia’ denota algo descritivo, assim também o sufixo ‘logia’ – derivado de *logos*, que quer dizer ‘pensamento’, ‘razão’ – denota algo interpretativo.” (PANOFSKY, 2011, p. 54). Trata-se de um método de interpretação que provém mais da síntese do que da análise.

A proposta de análise é desenvolvida em três etapas: a primeira consiste na descrição pré-iconográfica, que identifica objetos (como pessoas, animais e coisas) e eventos (refeições, batalhas, etc.); a análise iconográfica, que se volta ao significado convencional (reconhecer que um grupo de pessoas organizados em torno de uma ceia representa a Última Ceia, por exemplo); a última etapa refere-se à interpretação iconológica, que analisa o significado intrínseco ao conteúdo, ou seja, os princípios que revelam as atitudes básicas de uma nação, um período, uma classe, uma crença religiosa ou filosófica (BURKE, 2004; MENESES, 2012; PANOFSKY, 2011).

No entanto, nos últimos anos as ideias de Panofsky têm sido objeto de revisões críticas que apontam algumas ressalvas. Conforme destaca Peter Burke, o método iconológico é criticado por ser intuitivo em demasia, muito especulativo para que possamos nele confiar (BURKE, 2004, p. 50), e, além disso, pode ser condenado por sua falta de dimensão social, e indiferença ao contexto social (BURKE, 2004, p. 50). Segundo o autor, o método pode ser considerado falho por ser excessivamente preciso em alguns casos e muito vago em outros (BURKE, 2004, p. 52).

Outro problema do método é que a despreocupação com a diversidade de imagens. Dirigia-se a atenção para as alegorias em pinturas, porém, nem sempre imagens são alegóricas (BURKE, 2004, p. 52). A limitação, nesse caso, se encontra no fato de incluir para a análise apenas imagens artísticas renascentistas e medievais (MENESES, 2012, p. 247).

Burke sugere que os historiadores precisam da iconografia, mas é preciso ir além dela. É necessário praticar a iconologia de uma forma mais sistemática, que inclua as discussões da psicanálise, do estruturalismo, e da teoria da recepção, por exemplo (BURKE, 2004, p. 52).

No presente trabalho, a análise das fontes também se desenvolveu a partir das discussões de Stancik (2009, 2013a, 2013b, 2013c, 2017), que propõe uma análise iconográfica/iconológica dos elementos visuais e das suas representações presentes em cartões-postais.

Representação

Analisar as representações não diz respeito a uma análise do real em si, do fato tal como ocorreu, mas de um real imaginado, que é legitimado historicamente. Ou seja, se analisa como em diferentes lugares e épocas a realidade social é construída, pensada, e dada a ler (CHARTIER, 1990).

Conforme Chartier, a noção de representação pode ser discutida a partir da seguinte definição:

As definições antigas do termo (por exemplo, a do dicionário *Furetière*) manifestam a tensão entre duas famílias de sentidos: por um lado, a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém. No primeiro sentido, a representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é (CHARTIER, 1990, p. 20).

Cabe lembrar que essas representações são produzidas pelos interesses dos grupos que as elaboram. Logo, não são neutras, constituem relações de poder e conflitos de interesses entre os grupos sociais. Parte-se da ideia de que aquele que representa “[...] descreve a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que ela fosse.” (CHARTIER, 1990, p. 19).

Nesse sentido, as imagens impressas nos cartões-postais têm relação direta com a forma com que o criador – ou o grupo – pensava, sob a ótica das suas experiências. Além disso, também dizem respeito a formas de lidar com as transformações em curso nesse momento, buscando detê-las. As representações nesse contexto são carregadas de valores sociais, culturais e políticos, como é o caso dos postais, objetos de atenção no presente estudo.

No caso da Primeira Guerra Mundial, os discursos sobre a permanência de certos papéis sociais tradicionais e sua ruptura entraram em conflito, e podemos perceber isso por meio da análise dessas representações.

Gênero como categoria de análise da história

À medida que se deu o desenvolvimento da História Cultural, os estudos que abordam o feminino passaram a ser incorporados à historiografia. E em meados da década de 1960, a onda feminista ocorrida contribuiu, ainda mais, para o surgimento da história das mulheres - houve uma cooperação entre ambas. Ou seja, o surgimento da história das mulheres como um campo de estudo, além de acompanhar as campanhas feministas para a melhoria das

condições profissionais, acabou por expandir os limites da história (SOIHET, 1996; SOIHET; PEDRO, 2007).

Baseando-se em Joan Scott, Soihet e Pedro (2007) afirmam que uma das contribuições mais relevantes das historiadoras feministas foi o descrédito das correntes historiográficas polarizadas para um sujeito humano universal.

A princípio, usava-se a categoria “mulher” em oposição à palavra “homem”, estabelecida nesse momento como universal.⁵ A palavra gênero ainda não era citada.

Firmou-se o antagonismo ‘homem versus mulher’ como um foco central na política e na história, que favoreceu uma mobilização política importante e disseminada. Já no final da década, porém, tensões instauraram-se, quer no interior da disciplina, quer no movimento político. Essas tensões teriam se combinado para questionar a viabilidade da categoria ‘mulheres’ e para introduzir a ‘diferença’ como um problema a ser analisado. (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 287).

Desse modo, passou-se a firmar a existência de múltiplas identidades. Apenas a categoria “mulher” – diferente da categoria “homem” – não era suficiente para explicá-las. O fato de ser mulher não é prova de igualdade entre as demais mulheres, ou seja, há diferenças dentro da diferença (PEDRO, 2005; SOIHET; PEDRO, 2007).

Devido a essas reivindicações, desde a década de 1990, utiliza-se o conceito de gênero, empregado para que se desvie do determinismo biológico, insistindo no caráter essencialmente social/cultural nas experiências que envolvem a sexualidade. O gênero também é uma forma de evidenciar as construções sociais, ou seja, o conjunto de ideias que estabelecem quais são papéis sociais de homens e mulheres. Além disso, o termo destaca a natureza relacional entre ambos os sexos: qualquer dado que se refere às mulheres é necessariamente um dado sobre os homens – um requer o estudo do outro, não podem ser compreendidos isoladamente (SCOTT, 1995; SOIHET, 1997; TILLY, 1994).

Joan Scott (1995), além de evidenciar a diferença entre sexo e gênero, une a discussão com a noção de poder. A definição de gênero tem, então,

[...] duas partes e diversos subconjuntos, que estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. (SCOTT, 1995, p. 86).

⁵ “Ou seja, quando se queria dizer que as pessoas são curiosas, por exemplo, dizia-se de forma genérica ‘o homem é curioso’. Aqui, a palavra homem pretendia incluir todos os seres humanos.” (PEDRO, 2005, p. 80).

Em síntese, o termo gênero surge como tentativa para evidenciar a incapacidade das teorias até então existentes para explicar as desigualdades entre as mulheres e os homens, reforçar a comparação e os estudos das variações e dos processos e, além disso, chamar a nossa atenção para as relações de poder (SCOTT, 1995; TILLY, 1994).

No caso do presente trabalho, conforme Thébaud (1993),

El gender – que se traduce como "género"- se muestra, pues, como un principio de organización, incluso como un arma de guerra, de tal modo que tanto su construcción como su deconstrucción constituye nun frente de lucha para los Estados, los grupos y los individuos. (THÉBAUD, 1993, p. 48).

A Grande Guerra, a França e as mulheres

Não se esperava um conflito demorado, pelo contrário, quase todos os combatentes aguardavam uma guerra rápida e cavalheiresca (STANCIK, 2013c). No período que precede a guerra, há um crescimento de um estado generalizado de expectativa de guerra:

[...] as batalhas inventadas pelos ensaístas ou escritores militares reproduzem as manobras da época napoleônica: os soldados de infantaria carregam em fileiras cerradas, a cavalaria tem a última palavra, a batalha é ganha num dia. [...] Em suma, a ilusão é geral. [...] Ninguém sentiu que a guerra que se aproximava seria a guerra da era industrial, que causaria milhões de mortos e que mobilizaria a nação. (FERRO, 2014, p. 48).

Nestes últimos anos, a corrida armamentista tinha acelerado, aumentando o nervosismo geral e a sensação de que a guerra estava prestes a eclodir (FERRO, 2014, p. 54). Além disso, se difunde uma cultura filosófica, artística, literária, que se mostra favorável a guerra (CANFORA 2014, p. 68).

Apesar de vir acompanhada do medo, a ideia de uma guerra por muitos era considerada entusiasmante. “É certo que a guerra, tal como foi imaginada, é uma guerra imaginária. Todavia revela intenções, certezas, crenças. A guerra que não ocorreu é tão História quanto a História.” (FERRO, 2014, p. 47).

A partida dos soldados foi acompanhada de um clima festivo, com as mulheres depositando flores em suas armas, como forma de garantir boa sorte aos combatentes (STANCIK, 2009). Porém, os acontecimentos não seguiram o rumo esperado. “Em algumas semanas a guerra metamorfoseara-se: mudava ao mesmo tempo de método e de estilo, de natureza e de espírito, de objetivos e de extensão. Transformara-se na Grande Guerra.” (FERRO, 2014, p. 75).

A mobilização dos homens fortalece sentimentos familiares e cria a imagem do homem protetor da nação e da família, e o serviço se tornou a palavra de ordem das mulheres francesas que passam a confortar os soldados nas cantinas, cuidar dos feridos ou alimentar os indigentes⁶ (THÉBAUD, 1993, p. 50-51).

A França oferece uma política de assistência às pessoas implicadas: uma quantia diária de cerca de 1,25 francos e mais 0,50 por criança. Ajuda pequena se levarmos em conta que o quilo de pão equivalia a 0,40 francos. Dessa maneira, a miséria material obriga a recorrer às instituições de caridade ou aos anúncios de trabalho (THÉBAUD, 1993).

Disipada la ilusión de una victoria rápida, los beligerantes ya no pueden contentarse convivir de sus reservas industriales y deben volver al trabajo. Guerra prolongada, guerra de hombres y guerra de material, la Gran Guerra requiere el sostén de la retaguardia, el concurso de las mujeres. En cuatro años y medio se movilizan en Francia ocho millones de hombres (esto es, más de 60 por 100 de la población masculina activa). (THÉBAUD, 1993, p. 53).

De acordo com Thébaud (1993), os combates que devoram homens e munições logo impõem a necessidade de ampliar a indústria bélica que multiplica empregados e produção. A guerra moderna mobiliza os espíritos e é travada no *battlefront*, exclusivamente masculino, e no *homefront*, majoritariamente feminino.

Assim, as mulheres ingressam em setores que até então eram exclusivos aos homens, entre eles os transportes, escritórios e a indústria metalúrgica, por exemplo (ISNENGHI, 1995; KEEGAN, 2004; PERROT, 2005)..

Francia tiene "financieras", "ferroviarias" que limpian, controlan o registran, revisoras de metro, factoras, sus cobradoras e incluso conductoras de tranvía. [...] En el otoño de 1915 aparecen las primeras circulares ministeriales que invitan a los industriales a emplear mujeres allí donde sea posible; los carteles oficiales, lo mismo que las oficinas de reclutamiento se multiplican tanto en París como en las provincias. A pesar de que las organizaciones femeninas hayan intentado, bajo la advocación de las grandes figuras del feminismo, racionalizar el reclutamiento, las obreras provienen de los cuatro puntos cardinales atraídas por los salarios altos o en busca de cualquier tipo de empleo. También allí, al igual que en toda la industria, realizan tareas cada vez más diversificadas. A comienzos del año 1918 su número llega a 400.000, esto es, un cuarto de la mano de obra total (un tercio en la región parisina), y se erigen verdaderos símbolos de la movilización femenina en

⁶ “O feminismo de ‘primeira onda’ teria se desenvolvido no final do século XIX e centrado na reivindicação dos direitos políticos – como o de votar e ser eleita –, nos direitos sociais e econômicos – como o de trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança.” (PEDRO, 2005, p. 79). Ou seja, nos anos que antecedem a guerra o movimento feminista se mostra forte, e a questão feminina ocupa o primeiro plano nas discussões públicas. As feministas passam a suspender suas reivindicações, e participam dessa febre de serviço como forma de adquirir respeitabilidade (THÉBAUD, 1993).

Francia, así como de la penetración de las mujeres en sectores tradicionalmente masculinos (THÉBAUD, 1993, p. 54-55).

Segundo Isnenghi (1995), mudar de trabalho, de vida, de ambiente significa, para muitas mulheres, tornar-se mais independente e enfrentar problemas e comportamentos novos: como o sindicalismo, a política e a modernização. Elas descobrem novas formas de expressão e novos espaços de liberdade (PERROT, 2005).

Entretanto, no conjunto dos postais analisados, a mulher foi representada em harmonia com os moldes da França tradicional, rural e católica (STANCIK, 2013c). Ocupava papéis delimitados, essencialmente femininos. Em nenhum dos postais analisados se encontrou representada em outras funções, como aquelas destacadas anteriormente.

Mãe e esposa: espaço doméstico

A jovem da Figura 1 é representada dirigindo seus pensamentos ao soldado que está em combate, enquanto ela, distante das batalhas, espera resignada seu retorno. As fitas em torno do ramalhete de flores, em sinal de boa sorte, fazem referência às cores da bandeira francesa, e evidenciam o apoio dirigido aos combatentes.



Figura 1. A. H. Katz./J. K. Cartão-postal n. 9561/3. *Son image, en mon cœur, à conservé sa place, / Et mon amour devient, chaque jour, plus vivace!*. Manuscrito pelo remetente em 28 mar. 1916. Fonte: Acervo pessoal mantido por Marco



Figura 2. DIX. Cartão postal n. 87. *Al' Absent. Repète lui bien qu'on l'aime toujours / que de son absence on compte les jours*. Não datado.

AntonioStancik.⁷

Nesse caso, a jovem acaba por cumprir uma função que é aceita na sociedade: permanece e sua casa dirigindo seu apoio aos esforços dos homens (DIEHL, 2017). A mulher como a esposa ou mãe é uma forma de representação comum no conjunto de postais analisados.

Trata-se, então, daquela que foi retratada e representada como capaz de compreender, aceitar e mesmo defender a ausência do combatente – seu esposo, ou filho, principalmente, mas por vezes seu pai –, enquanto se mantém ocupada no cuidado dos filhos e do lar. (STANCIK, 2013c, p. 186).

Além disso, a geração de filhos era uma preocupação presente nesse momento: o crescimento populacional da França havia estagnado a partir da segunda metade do século XIX. Logo, a maternidade era justificativa para a permanência das mulheres no espaço doméstico. Assim, não caberia as mulheres apenas gerar, mas também cuidar dos filhos, para que esse problema fosse superado (STANCIK, 2013c). Para isso, permanecer no espaço doméstico era essencial.

Somado à espera, o sentimento de saudade também se fez presente nas representações. Na Figura 2, mãe e filha escrevem uma carta ao soldado, que aparece no topo da imagem. Ambas esperam ansiosamente seu retorno – e a legenda auxilia essa compreensão.⁸ O tom suave das roupas, o toque da mãe e seu olhar carinhoso, ressaltam certa delicadeza.

Isso é reforçado quando lembramos que enquanto os homens tendiam a ser representados nos postais exibindo sua virilidade no campo de batalha, seu papel de herói, que oferece a própria vida em favor da guerra, “[...] a elas foi associado o coração, a delicadeza, a fragilidade, a família, o espaço doméstico.” (STANCIK, 2013c, p. 186).

Acreditava-se que “[...] somente assim, cada um cumprindo aquele que era proposto como o seu papel, conforme mensagens veiculadas pelos postais, seria possível obter êxito na frente de combate.” (STANCIK, 2013c, p. 187).

Em ambos os cenários poderemos perceber a organização e tranquilidade do espaço doméstico, local onde a mulher costuma figurar. Nesse momento, acreditava-se que também contribuía a mulher que permanecia em casa.

Enfermeiras: Sutileza e cuidado

⁷ Nas demais imagens tal informação não constará nas legendas, já que todos os postais pertencem ao mesmo acervo pessoal.

⁸ “Repita que sempre o amamos / Que, com sua ausência, contamos os dias”.

A enfermeira representada na Figura 3 se propõe, de maneira atenciosa, a auxiliar o soldado abatido, contribuindo na sua recuperação. A imagem, colorizada através de retoques, destaca o uniforme do soldado. No traje da enfermeira, em contraste com seu uniforme branco, destacam-se duas cruzes que remetem ao emblema da Cruz Vermelha. A enfermeira, conforme um cartaz norte-americano da Cruz Vermelha, era “A maior mãe do mundo”, que cuidava dos soldados assim como de seus filhos (THÉBAUD, 1993). Força, graça e pureza eram atributos da enfermeira ideal (DIEHL, 2017).

A batalha em evidência no topo da imagem distancia a mulher e o campo de combate, que é assim proposto como um ambiente exclusivamente masculino. Cabe a ela colaborar na recuperação do soldado, de forma que ele possa retornar ao combate.



Figura 3. Revanche. Cartão-postal n. 103. *Dans La tasse où je verse à boire. / Soldat, flote un rayon de gloire..* Postado em 02 fev. 1915.

O discurso que se sobressai em relação aos demais é o de que a mulher contribui com a guerra permanecendo na retaguarda. Tal representação também é divulgada pelos postais, como forma de incentivar as mulheres a colaborarem no esforço de guerra.



Figura 4 – Autor/Editor não identificados. NouvellesVictoires. Manuscrito pelo remetente em 19 abr. 1915.

Na Figura 4 vemos uma enfermeira que lê as notícias do jornal para o soldado que se encontra ferido, em repouso, enquanto se mostra interessado e atento ao que ela diz.

Ambos se encontram distantes do front, em um ambiente fechado, limpo e tranquilo, provavelmente uma enfermaria – diferente do caos do campo de batalha: onde a dor, a morte, o desespero, o sangue e cadáveres se misturavam à lama das trincheiras (STANCIK, 2013c, p. 184).

A limpeza também se mostra pelo traje branco da enfermeira, que contrasta com as cores escuras do fundo e do cobertor. Novamente se vê destacado no uniforme o emblema da cruz vermelha, assim como no postal anterior.

Em ambos os postais, percebe-se as mesmas características: a sutileza, o tato e a paciência que as mulheres representadas apresentam evocam uma imagem do padrão de feminilidade comum à época (DIEHL, 2017).

Personificação da Alsácia

A Figura 5 exibe uma jovem portando a bandeira da França que encoraja um soldado francês em posição de combate, que se mostra atento ao que ela lhe informa, com o olhar fixo no horizonte. A imagem apresenta predominantemente tons suaves, porém sua colorização (realizada posteriormente) deixa em destaque o uniforme do soldado e as cores da tricolor francesa.

Com a vitória dos alemães sobre os franceses na Guerra Franco-Prussiana, ocorrida entre 1870 e 1871, os territórios da Alsácia e da Lorena foram anexados ao Império Alemão, que caminhava rumo à sua unificação. As lembranças da guerra permeavam a memória do povo francês, que, desde então, mantinha um desejo de revanche, a fim de retirar tais

territórios do domínio alemão (STANCIK, 2013a). Segundo ModrisEksteins, “[...] a Prússia-Alemanha tornou-se não apenas o inimigo desprezado, mas a encarnação do mal e, portanto, a antítese da França” (1991, p. 74).

O traje que a jovem veste denuncia que ela se trata de uma habitante da Alsácia, já que o grande laço na cabeça era um acessório típico das mulheres alsacianas (STANCIK, 2013a). Logo, levando em consideração o sentimento de revanche francês, percebe-se que a jovem representada na imagem se trata de uma personificação da Alsácia, expressando seu apoio e desejo pela vitória francesa (DIEHL, 2017).

Um exemplo claro desse sentimento, pode ser percebido na Figura 6. Da mesma forma, também se destacam as roupas do soldado e da jovem. Além disso, as flores, onde se vê o vermelho, branco e azul, são evidenciadas se comparadas ao fundo de tons suaves. Trata-se de um cenário pintado, e toda a cena foi colorida posteriormente.

O casal figura com certa proximidade, e o olhar evoca desejo, romance, atração. Novamente, trata-se do mesmo sentimento que permeava o imaginário francês: a nação francesa, personificada pelo militar, tem como compromisso e desejo retomar o território da Alsácia-Lorena.



Figura 5. DIX. Cartão postal n. 125. *Nous l'avons revu le drapeau de France / Nous le garderons j'en ai l'espérance.*..Manuscrito pelo remetente em 10 jul. 1915.



Figura 6. Autor/Editor não identificados. Cartão-Postal n. 4140. Expedido em 01 out. 1906.

Ou seja, esses postais “[...] exibiam um aparentemente inocente romantismo, mesclado com um profundo e incontido sentimento de revanchismo, em meio à depressão espiritual característica do período.” (STANCIK, 2013b, p. 15).

Diferente dos casos analisados até então, a Figura 5 é a única em que representa a mulher no momento do combate, atuando de forma mais ativa. Entretanto, a alsaciana não está presente no momento do combate, não é uma mulher “em carne e osso”, mas apenas uma alegoria ao território “desejava” pertencer à França. Ela incentiva, mas não participa do esforço da guerra. Tal representação acaba por reforçar a visão da guerra como masculina.

Considerações Finais

O período da Guerra se mostrou um momento de transformações extremamente significativas e aceleradas. Segundo Thébaud, a guerra não é uma empresa exclusivamente masculina (THÉBAUD, 1993, p. 46). Ela não é restrita aos combates, aos soldados e ao campo de batalha: também envolve os que estão na retaguarda.

As mudanças que já haviam iniciado no século XIX se acentuam e tornam-se mais nítidas durante o período da Guerra. Isso afeta significativamente a realidade da mulher, que passa a descobrir novas formas de expressão e novos espaços de liberdade (PERROT, 2005), apesar de ainda estarem limitadas aos papéis sexuais tradicionais.⁹

Os ideais difundidos por meio do conjunto dos cartões-postais analisados – quando evidenciam os estereótipos do feminino e do masculino, ou quando silenciam a participação das mulheres em outras atividades – não dialogavam com as mudanças que ocorriam no momento, mas buscavam manter e reafirmar elementos tradicionais do imaginário francês que ainda refletiam o fim do século XIX, tendendo a representar distinções de gênero como legítimas.

Insistia-se na permanência de certos padrões de comportamento que dialogavam com a França do passado, e não com o novo século que estava se estabelecendo: a mulher representada se encaixava nos moldes da França tradicional, rural e católica.

⁹ Isnengui (1995) e Thébaud (1993) destacam que a mobilização das mulheres ainda era limitada aos papéis sexuais tradicionais. As mudanças foram consideradas apenas um parêntese na história: são mudanças provisórias (ISNENGHI, 1995), pois quando o conflito termina, os homens passam a reivindicar seus antigos empregos. Nesse caso, a Guerra teve um duplo papel: assim como dá impulso a novas transformações, ao mesmo tempo imobiliza evoluções que iniciaram antes dela, como a encarnação da “new woman”, mulher independente econômica e sexualmente (PERROT, 2005; THÉBAUD, 1993). Desse modo, conforme afirma Michelle Perrot (2005), a guerra é geradora de frustrações a partir do momento em que fecha as brechas que ela mesma abriu, e assim, contribui para aumentar a tensão entre os sexos.

Na guerra simbólica – assim como demais meios de propaganda – os cartões-postais se apresentaram como verdadeiras armas. “Deveriam, pois, funcionar como ferramentas de comunicação de massa, visando produzir efeitos sobre corações e mentes, por intermédio de mensagens diretas e simples, capazes de instigar, seduzir e até mesmo coagir.” (STANCIK, 2017, p. 19).

Segundo Stancik, “[...] o imaginário relativo à mulher, no contexto da França da Grande Guerra, evidencia assim um grande número de questões e aspectos a se perseguir.” (STANCIK, 2013c, p. 23). Para ultrapassar o silêncio na história das mulheres também é preciso voltar à atenção ao que é calado. Por várias razões, é sobre elas que o silêncio pesa mais.

Referências Bibliográficas

- BURKE, Peter. **Testemunha ocular: História e imagem**. Bauru: Edusc, 2004.
- BURKE, Peter. Como confiar em fotografias. **Folha de São Paulo - Caderno Mais!**, p. 13, 04, fev. 2001.
- CANFORA, Luciano. **1914**. Edusp, São Paulo, 2014.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2Ed, Ed. Difel, Lisboa, 2002.
- CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. **Cadernos Pagu**, São Paulo, vol. 4, no. 11, p. 37-47, 1995.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, 1991. p. 173-191.
- DIEHL, Kimberly Natalie. Representações da mulher em cartões-postais franceses da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). In: **XXVI Encontro Anual Iniciação Científica – EAIC – UEPG**, Ponta Grossa, 2017. Disponível em: <http://siseve.uepg.br/storage//eaic2017/13_Kimberly_Natalie_Diehl-150482822258986.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.
- EKSTEINS, Modris. **A Sagração da Primavera: a grande guerra e o nascimento da era moderna**. Ed. Rocco, Rio de Janeiro, 1992.
- FERRO, Marc. **A Grande Guerra**. Edições 70, Lisboa, 2014.
- ISNENGI, Mario. **História da Primeira Guerra Mundial**. São Paulo: Ática, 1995, p. 85-89.
- KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002.
- KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento In: **História e Memória**, 4º Ed. Ed. Unicamp, Campinas, 1996, p. 462.

- MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.
- MENESES, Ulpiano T. B. de. História e imagem: iconografia/iconologia e além. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, R. (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 243-262.
- PANOFSKY, Erwin. Iconografia e Iconologia: uma introdução ao estudo da arte na Renascença. In: **Significado nas artes visuais**. Ed. Perspectiva, São Paulo, 2011, p. 47-88.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, Franca, v. 24, n. 1, 2005. p. 77-98.
- PERROT, Michelle. No front dos sexos: um combate duvidoso. In: PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru/SP: Edusc, 2005, 435 – 446.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 399- 429.
- SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n 54, 2007. p. 281-300.
- STANCIK, Marco Antonio. Entre flores e canhões na grande guerra (1914-1918): o final da Belle Époque e o começo do “breve século XX” em um álbum de retratos fotográficos. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 29, n. 58, p. 443-465, 2009.
- STANCIK, Marco Antonio. Imagens sentimentais, mensagens belicistas: o imaginário francês em postais pré-Grande Guerra (1914-1918). **Intercom**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 219-244, 2013a.
- STANCIK, Marco Antonio. Poilus, boches e alsacianas em cartões-postais franceses da Grande Guerra (1914-1918). **Revista Brasileira de História Militar**, v. 4, nº8, p. 3-21, 2013b.
- STANCIK, Marco Antonio. Representações fotográficas do feminino em cartões-postais franceses relativos à Grande Guerra (1914-1918). **Patrimônio e Memória**, Assis/SP, v. 9, n. 1, p. 171-195, 2013c.
- STANCIK, Marco Antonio. **Souvenirs da Grande Guerra (1914-1918): virilidade e feminilidade em cartões-postais franceses**. Curitiba: CRV, 2017.
- THÉBAUD, Françoise. La Primera Guerra Mundial: la era de la mujer o el triunfo de la diferencia sexual? In: DUBY, G.; PERROT, M. (Dir.). **Historia de las mujeres en Occidente: el siglo XX**. España: Taurus, 1993, p. 45-106.

“Espelho verdadeiro da vida de seus autores?”: memória e esquecimento em acervos pessoais

Caroline da Silva, UPF¹
Djiovan Vinícius Carvalho, UPF²

Resumo

A revalorização das experiências individuais e o crescente interesse em aspectos da vida privada permitiu a ampliação dos estudos que têm como base os arquivos pessoais. Organizados com a “marca da personalidade”, os arquivos pessoais guardam documentos que permitem a reconstituição da história de vidas, de uma localidade ou de uma região. A documentação preservada em nível íntimo torna-se espaço profícuo para que sejam vislumbrados aspectos da sociedade onde estava inserido o produtor do acervo. Deste modo, o presente artigo pretende discutir aspectos relacionados à memória e ao esquecimento, entendendo que os acervos pessoais se constituem como verdadeiros “suportes de memória”. Para tal, optou-se pelo trabalho com o acervo pessoal do político e industrialista Mário Menegaz.

Palavras-chave: Acervos pessoais; memória; esquecimento.

Abstract

The revaluation of individual experiences and the growing interest in aspects of private life allowed the expansion of studies based on personal archives. Organized with the "personality mark", personal files hold documents that allow the reconstitution of the history of lives, a locality or a region. Documentation preserved at the intimate level becomes a profitable space for aspects of the society where the producer was inserted to be glimpsed. In this way, the present article intends to discuss aspects related to memory and forgetting, understanding that the personal collections constitute as true "memory supports". For that, it was chosen for the work with the personal collection of the politician and industrialist Mário Menegaz.

Keywords: Personal collections; memory; forgetting.

Introdução

As novas abordagens historiográficas, atreladas à revalorização das experiências individuais pela história, trouxeram à tona a possibilidade do trabalho do historiador com documentos de cunho pessoal. Os diários, as memórias pessoais, as correspondências e as autobiografias foram transformados em fontes para explicar a participação de determinados personagens em processos e contextos mais amplos. Essa documentação, comumente, faz parte de arquivos pessoais.³

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF). Linha de pesquisa: Espaço, Economia e Sociedade. E-mail: caroline.simionato@hotmail.com.

² Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF). Graduado em História pela mesma Universidade E-mail: djiovanc@gmail.com.

³ Brasil hoje já dispõe de um corpo de leis regulamentando várias questões na área de arquivos, entre elas, o acesso a informações de natureza privada. Além da lei 8.159, de 1991, conhecida como Lei de Arquivos, que

Referência no trabalho de divulgação de acervos pessoais, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) conceitua os arquivos pessoais como: “[...] conjuntos documentais, de origem privada, acumulados por pessoas físicas e que se relacionam de alguma forma às atividades desenvolvidas e aos interesses cultivados por essas pessoas, ao longo de suas de vidas”.⁴ Christophe Prochasson, diferenciando os arquivos pessoais dos administrativos, nos diz que os arquivos privados pendem para o lado da intimidade “[...] na medida em que não foram chamados, no momento de sua elaboração, a atingir um nível de oficialidade ou de notoriedade.” (1998, p. 107).

De todo modo, nas últimas décadas, tem crescido o número de trabalhos acadêmicos que se utilizam de arquivos pessoais como fonte de pesquisa. Christophe Prochasson apresenta duas possibilidades para esse interesse dos historiadores. A primeira seria o impulso, ou influência da história cultural e a ampliação dos estudos sobre intelectuais. A segunda seria parte da mudança na escala de observação e “[um interesse por fontes menos seriais e mais qualitativas” (1998, p. 110).

Nessa perspectiva, os arquivos pessoais e o diálogo com a antropologia, a sociologia e a ciência política promoveram “[...] uma diluição das fronteiras rígidas entre social, político e cultural” (GOMES, 1997, p. 123). No mesmo sentido, Prochasson (1998) percebe essas alterações como “uma mudança fundamental de sensibilidade historiográfica”, que pode ser vista como “crise” por alguns, enquanto por outros como “[...] uma modificação da relação com a história como disciplina científica” (p. 105).

Contudo, o trabalho com os arquivos pessoais não é isento de problemas. Composto por uma gama diversa de documentação, que inclui, entre outros, diários, memórias pessoais, correspondências, produção intelectual, originais de publicações, recibos, fotografias, os arquivos pessoais, por guardarem uma documentação “[...] produzida com a marca da personalidade e não destinada explicitamente ao espaço público”, podem dar a falsas impressões (GOMES, 1997, p. 125).

Nesse sentido, propõe-se a problematização do acervo pessoal de um ex-prefeito do município de Passo Fundo/RS, o industrialista Mário Menegaz. O acervo, composto por correspondências, medalhas, troféus, quadros, documentos pessoais e placas foi doado ao Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF), no ano de 2007, pela

possui um capítulo dedicado aos arquivos privados, o decreto 2.942, de 1999, e a Resolução nº 12, do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, estão voltados para o tema.

⁴ CPDOC. **O que são arquivos pessoais**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>. Acesso em: 15 ago. 2018.

família do político. Durante 10 anos o acervo ficou sob custódia do Arquivo Histórico Regional (AHR/PPGH/UPF), até que a sede do IHPF fosse construída. Assim, em 2017, após a inauguração da sede própria do IHPF o acervo foi realocado e o novo arranjo permitiu que fossem discutidas, a nível institucional, a composição, a seleção, a organização e o acesso do acervo.

Nessa perspectiva, cabe elucidar as problemáticas existentes no trabalho com arquivos privados, tendo em vista a dialética da lembrança e do esquecimento, para depois serem apresentados aspectos do acervo do político Mário Menegaz.

Arquivos pessoais e memória

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento...

Pierre Nora

Para Pierre Nora, a memória é mutante, estando constantemente se distanciando do passado e passando por transformações (NORA, 1993). A memória é entendida, portanto, enquanto uma construção social. Qual a relação entre memória e arquivos pessoais?

A memória está sendo entendida como um conjunto de funções psíquicas que fazem intervir na ordenação dos vestígios (informações) e também na releitura desses vestígios em cada situação histórico-social. A memória seria, então, essa “[...] propriedade de conservar certas informações [...] graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1994, p. 419) e que, portanto, produz os elementos de identidade dos grupos humanos.

Para Maurice Halbwachs (2013), toda memória funda-se em identidades de grupo. Todo o social está inscrito na memória individual e vice-versa. Para Ricoeur (2007), a relação entre a memória individual e coletiva se dá através da narrativa. Construída sobre as experiências vividas, a memória funda-se na linguagem. É a linguagem cotidiana “com todas as suas nuances” que permite aos grupos exteriorizar a memória em forma de narrativa. A linguagem torna-se, assim, a portadora da memória, fortalecida através das narrativas coletivas.

Nesse sentido, entendendo a memória como uma construção social, atrelada a narrativas, estando em constante mudança, pode-se estabelecer alguns paralelos com os arquivos privados pessoais, sobretudo, devido à singularidade da constituição dos acervos.

Isto é, os arquivos pessoais podem estar associados à construção da imagem do indivíduo, pois, “[...] jamais estamos seguros sobre o que foi guardado originalmente, o que foi destruído, se perdeu ou foi entregue a terceiros” (HEYMANN, 1997, p. 57). Essa seleção, segundo Naor Franco de Carvalho (2015), é um método de “enquadramento da memória” (p. 01). Isto é, o ato de preservar, descartar, ocultar ou destacar mostra-se como alternativas para moldar a imagem do titular de um arquivo privado.

Nesse sentido, a criação/preservação/destinação de um acervo privado pode ser vista como um discurso pré-fabricado, portanto uma narrativa. Toda a documentação, que se constitui em uma “escrita de si”, é um discurso que mobiliza a sinceridade como valor de verdade, mas não pode, devido a isso, ser tratada como naturais e espontâneas (GOMES, 2004, p. 22).

Seria este, segundo Ângela de Castro Gomes, o “feitiço do arquivo”, pois a escolha de preservar ou não determinados documentos é um ato intencional, que caracterizaria uma “escrita de si”. A preservação de cartas e de materiais autobiográficos revela um “ato de memória consciente”. Portanto, se o pesquisador estiver “encantado” pelos arquivos, pode, então, estar sob a “ilusão da verdade”, pois os documentos seriam interpretados como reveladores do real, do íntimo, do espontâneo.

Ademais, essa dimensão da escrita de si, segundo Malatian (2013), remete à constatação que as informações contidas nelas “[...] serão sempre versões individuais ou coletivamente construídas sobre determinados acontecimentos vividos.” (p. 204).

Acervos pessoais e esquecimento

Ante o exposto, é necessário lembrar que onde há memória, há esquecimento. Isto é, pela impossibilidade de se lembrar de tudo, ocorrem processos de “apagamento”. Paul Ricoeur (2007) expõe essa questão da seguinte forma: “[...] como é impossível lembrar-se de tudo, é impossível narrar tudo” e, desta forma, “[...] a narrativa comporta necessariamente uma dimensão seletiva” (p. 455).

Ao tratar do caráter arbitrário da configuração dos conjuntos, Luciana Heymann (1997) aponta que há “[...] a independência e variedade das situações em que são gerados e acumulados os diversos documentos que o compõe”, somados “[...] as múltiplas interferências a que estão sujeitos” (p. 45). Do mesmo modo, precisa-se ter em vista que, muitas vezes, os titulares ou acumuladores não planejaram ter seus papéis e guardados expostos. Heymann (1997) aponta que a constituição de um arquivo é

[...] um processo dinâmico, que inclui reavaliações sobre o material acumulado, a identificação de documentos ‘comprometedores’ e a tentativa de ‘monumentalizar’ definitivamente a memória. Esta última avaliação, quando operada pelos herdeiros, pode obedecer a critérios bastante distantes daqueles que orientam o acumulador, especialmente se a este não planejou doar seus papéis. (1997, p. 55).

Deste modo, entende-se que um arquivo privado passa por diversas fases de constituição. A primeira é a escolha do que deve ser guardado ou não, no “fluxo dos papéis manuseados cotidianamente”. Segundo Heymann (1997), é a partir de critérios e interesses individuais, que se direciona e se constitui um acervo (p. 42). Nesse sentido, a segunda interferência é a dos herdeiros, que podem *transformar* os acervos. Nas palavras de Heymann (1997),

[...] o acervo passa a refletir os projetos e posições desses herdeiros que buscam configurar uma imagem do ancestral de forma a maximizar o capital total herdado ou, como no caso em questão, se livrar de um estigma através da possibilidade de uma redenção da figura ancestral. (1997, p. 56).

Ou seja, chama a atenção, no entanto, para o fato de que, como “[...] as estratégias do esquecimento enxertam-se diretamente nesse trabalho de configuração”, por meio do qual “[...] pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela.” (RICOEUR, 2007, p. 455).

Percorrendo, ainda, as tramas do esquecimento, e, entendendo que o esquecimento é uma conjugação que acontece sempre no presente, identificam-se os arquivos pessoais como uma escrita de si, ou suporte de memória, na medida em que ocorrem diversas interferências em relação à memória, à preservação, conservação ou descarte, ao acesso à pesquisa ou a destruição de acervos comprometedores. Os centros de documentação, acervos, fundos e arquivos, seriam lugares “[...] com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos” (NORA, 1993, p. 21).

Naor Carvalho (2015) indica que todo acervo/fundo é requisitado, ou doado, com a intenção de guardar uma memória – da família, do indivíduo ou de determinado grupo social. Memória esta que é fabricada e portadora de um valor funcional (MENESES, 1992), visto que os documentos materiais presentes nos acervos e centros de documentação comumente estão em constante análise e abertos à pesquisa. Mesmo assim, apesar dos critérios de seleção e organização, os documentos existentes em arquivos pessoais possibilitam a leitura de sistemas de trocas de favores, sociabilidades, relacionamentos, ou seja, do funcionamento de

determinados *fatia* da sociedade. Nesse sentido, propõe-se a problematização do acervo pessoal de um ex-prefeito do município de Passo Fundo/RS, o industrialista Mário Menegaz.

De industrial a político: Mário Menegaz

Mário Menegaz nasceu em São Francisco de Paula/RS⁵ em 21 de setembro de 1915. Filho de João Menegaz e Angela Marin Menegaz cursou o Ginásio completo em Caxias do Sul/RS, onde começou a trabalhar na oficina mecânica do pai, ainda com 14 anos de idade.

Em 1937, a família Menegaz chegou ao município de Passo Fundo/RS. Durante os primeiros anos de residência nessa cidade, o pai de Mário, João Menegaz, associou-se na firma Biasuz & Irmãos Ltda., onde passou a obter participação nos lucros a partir dos serviços prestados. Mário casou-se no ano de 1941, com Amélia Danna, tendo desta união 04 filhos e 12 netos. Posteriormente, Mário Menegaz, juntamente com o Grupo Tagliari, comprou as partes dos sócios desta firma e fundou, em sociedade com seu pai e irmãos, uma nova empresa denominada Menegaz & Cia Ltda, tendo sido seu diretor desde a sua fundação até o ano de 1976.

Mário Menegaz tem sua primeira aparição política em 1951, quando é eleito vice-prefeito do município por 9.873 votos, pela coligação PTB/PSP/PR, contra os 8.124 do candidato Elpídio Fialho, da coligação PSD/PL/UDN. O prefeito Daniel Dipp foi eleito, na eleição seguinte, Deputado Federal, portanto Menegaz encerrou a gestão exercendo o cargo de prefeito. O jornal *O Nacional*, da cidade de Passo Fundo, disse o seguinte a respeito de Mário Menegaz:

Colocado fora e acima de todos os partidos, honesta e sinceramente, sem quaisquer segundos intenções, expressando os sentimentos de uma coletividade, eu saúdo Mario Menegaz, o prefeito da modéstia, o edil da simplicidade, o popular administrador, honrado e diligente que soube ser, com dignidade, o prefeito de todos os passofundenses.⁶

Em 1963, com a criação da Coligação Popular Passo-fundense (CPP), que aglutinou alguns partidos como PSD, PL, UDN, PRP, PSP, contando ainda com o apoio do MTR e PDC, Mário Menegaz e João Floriani formaram coligação que tirou o PTB do poder local. O pleito de 1963 levou 23.607 eleitores às urnas, sendo que a diferença de votos entre a CPP e o solitário PTB foi de apenas 2.281 votos (BENVEGNÚ, 2006). A trajetória frente à

⁵ Município do planalto do nordeste gaúcho, na microrregião dos Campos de Cima da Serra, incorporado à região das Hortênsias.

⁶ *O Nacional*. 28 de dezembro de 1955. Edição nº 8174. Página 4. Acervo Mário Menegaz. IHPF.

Cooperativa Triticola de Passo Fundo LTDA, e sua atuação enquanto prefeito fez de Mário Menegaz um político reconhecido e aceito pelos passofundenses, dando início, assim, a um mandato de oito anos marcado por grandes acontecimentos em Passo Fundo. Mário Menegaz faleceu em Passo Fundo no ano de 2007.⁷

Em 1º de janeiro de 1964, ocorreu à posse do prefeito eleito Mário Menegaz. Na ocasião, esteve presente o então governador do estado Ildo Meneghetti, eleito em 1962, respaldado por uma ampla coligação, PSD-UDN-PL-PRP-PDC-PSP, denominada Ação Democrática Popular – ADP. Na ocasião, ao saudar o governador Ildo Meneghetti, o vereador Romeu Martinelli, em nome da situação, apelou ao chefe estadual que sem perda de tempo, “adotasse a corajosa medida de intervir na Sociedade Pró-Universidade, regularizando a situação do ensino superior de Passo Fundo e abrindo caminho para a federalização”. Respondendo ao apelo, disse Meneghetti, que “melhor que a intervenção do Estado” seria a federalização, procedimento que já estava providenciando⁸.

Tal pronunciamento anunciava uma crise que eclodiria em 1967, com a intervenção da SPU, como será tratado mais adiante. Cabe, nesse momento, cabe apontar o entrelaçamento entre Menegaz e Meneghetti. A aproximação política de ambos permitiu que Meneghetti, além de estar presente na posse de seu aliado, voltasse a Passo Fundo por mais duas vezes em 1964.

A segunda ocorreu por meio da política de interiorização, proposta por Meneghetti, quando instalou o estafe estadual no Turis Hotel durante quatro dias. Enquanto a terceira ocorre depois do golpe civil-militar de 31 de março de 1964, quando o governador, temeroso de um contragolpe articulado por João Goulart e Leonel Brizola, transfere a sede do governo para Passo Fundo.

Muito se historiou sobre a escolha de Passo Fundo dentre outros municípios do estado. A existência, no município, de uma guarnição da Brigada Militar e do Quartel do Exército, certamente influenciou na escolha de Meneghetti. Contudo, segundo Murilo Zardo (2010), a escolha de Passo Fundo, como sede da “Operação Farroupilha” se deu principalmente por questões partidárias.

Naquele período, o PTB havia vencido a eleição em inúmeros municípios, destacando-se e Bagé/RS, Santa Maria/RS e Porto Alegre/RS. Enquanto isso, em Passo Fundo, após 16

⁷ Logo após seu falecimento, o acervo do ex-prefeito Mário Menegaz foi doado pela família do político, ao Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF), ainda no ano de 2007. O acervo é composto por correspondências, medalhas, troféus, quadros, documentos pessoais e placas.

⁸ **O Nacional**, 02 de janeiro de 1964. Página 1. Acervo Arquivo Histórico Regional.

anos de governo, o PTB perdeu forças com a eleição de Mário Menegaz, eleito através da CPP. Portanto, o município de Passo Fundo era um dos poucos redutos onde o PTB não teria força, além de encontrar-se próximo à fronteira com Santa Catarina e dispor de uma linha férrea, o que facilitaria uma possível fuga ou vinda de tropas para auxiliar no golpe. Zardo destaca que esta operação vinha sendo planejada desde 1962 (ZARDO, 2010).

Deste modo, após sair pela “porta dos fundos” do Palácio Piratini, fugindo para o interior, Meneghetti instalou a capital do estado do Rio Grande do Sul, entre 1º e 03 de abril de 1964, em Passo Fundo. Quando se estabeleceu, denominou a cidade como “Capital para a Liberdade”.

A “Operação Farroupilha” deve seu sucesso ao enfraquecimento do PTB local e a presença de Mário Menegaz na liderança do Executivo Municipal em Passo Fundo. A transferência de Meneghetti foi necessária, pois, caso permanecesse em Porto Alegre, o governador teria arriscado o governo estadual, devido às presenças de Leonel Brizola e João Goulart na capital gaúcha. Com a notícia de que Jango não revidaria e “aceitava” o golpe, Meneguetti retornou a Porto Alegre acompanhado de políticos locais e moradores de Passo Fundo, intitulado sua volta como “Caravana para a Liberdade”, na qual foi aclamada pela população durante o caminho (ZARDO, 2010).

A ligação entre Mário Menegaz e Ildo Meneghetti não se restringiu aos fatos de 1964. Com o auxílio de Meneghetti, o prefeito municipal executou a intervenção na SPU, conforme solicitado na primeira vinda de Meneghetti a Passo Fundo. Inconformado com a situação criada, Mário Menegaz, retomou a posse a SPU com auxílio dos funcionários da Prefeitura, amigos e companheiros, fazendo o cerco das Faculdades com caminhões, “patrolas”, tratores e máquinas, que trancaram todas as ruas de acesso às mesmas, sendo este um ato conformado pela justiça.

Opositores do PTB, Ildo Meneguetti, Mário Menegaz e Romeu Martinelli encadearam uma manobra política para reaquistar a SPU. Esta retomada, ocorrida na gestão do presidente Marechal Costa e Silva, que tinha como Ministro de Educação Tarso Dutra, culminou com a criação da Universidade de Passo Fundo.

Um dos destaques do acervo pessoal de Mário Menega é o conjunto de correspondências recebidas de diversos segmentos da sociedade como escolas, cooperativas, entidades hospitalares e comércio, além de correspondências recebidas por membros da alta sociedade de Passo Fundo. As cartas são testemunhos favoráveis, congratulando e regozijando

o então prefeito, Mário Menegaz, sobretudo, pela intervenção junto a Sociedade Pró-Universidade (SPU).

Ao ser observado, o acervo permite que sejam identificados alguns quesitos discutidos anteriormente. O posicionamento único e uniforme nos dá um alerta, sobretudo pelo *silenciamento* do contraditório, da oposição, das polêmicas que envolveram a retomada da SPU. Mesmo que não saber “[...] jamais [...] o que foi guardado originalmente, o que foi destruído, se perdeu ou foi entregue a terceiros” (HEYMANN, 1997, p. 57), entendendo que o ato de preservar, descartar, ocultar ou destacar mostra-se como alternativas para moldar a imagem do titular de um arquivo privado, pode-se supor que houve um enquadramento da memória, no sentido de se criar uma narrativa positivada sobre o acontecimento, sobretudo, no que tange à participação do prefeito Mário Menegaz.

Um das questões que pode ser levantada, a partir dessas constatações, é a transformação do acervo de acordo com os interesses dos herdeiros. Conforme Heymann (1997) “[...] o acervo passa a refletir os projetos e posições desses herdeiros que buscam configurar uma imagem do ancestral” ou até mesmo a “redenção da figura ancestral” (p. 56). Nesse sentido, a memória de Menegaz pode ter sido forjada, por ele ou seus herdeiros, selecionando apenas as cartas que reforçassem aspectos positivos e coerentes de sua trajetória.

Ainda, é bom ter em mente que assim como os arquivos pessoais podem “enfeitiçar”, as correspondências pessoais “[...] longes de serem espontâneas, [...] ocultam e revelam seus autores conforme regras de boas maneiras e de apresentação de si” (MALATIAN, 2013, p. 197). Toda a documentação, que se constitui em uma “escrita de si”, é um discurso que mobiliza a sinceridade como valor de verdade, mas não pode, devido a isso, ser tratada como naturais e espontâneas (GOMES, 2004, p. 22). Ademais, essa dimensão da escrita de si, segundo Malatian (2013) remete à constatação que as informações contidas nelas “[...] serão sempre versões individuais ou coletivamente construídas sobre determinados acontecimentos vividos.” (p. 204).

Considerações Finais

O interesse pelos aspectos da vida privada e a ampliação das possibilidades metodológicas e documentais fez crescer o número de trabalhos a partir de arquivos privados. Entretanto, é preciso ter em mente por guardarem uma documentação “produzida com a marca da personalidade e não destinada explicitamente ao espaço público”, os arquivos e documentos pessoais, dariam a impressão de enxergar o produtor do arquivo de forma

verdadeira (GOMES, 1997, p. 125). Isto é, a preservação de materiais autobiográficos revela um “ato de memória consciente”. Esse seria, nas palavras de Gomes, o “feitiço do arquivo”, pois a escolha de preservar ou não determinados documentos é um ato intencional, que caracteriza uma “escrita de si”.

Ao longo deste artigo buscou-se discutir aspectos relacionados à memória e ao esquecimento, entendendo que os acervos pessoais se constituem como verdadeiros “suportes de memória”. Isto é, identificam-se os arquivos pessoais como uma escrita de si, na medida em que ocorrem diversas interferências em relação à memória, à preservação, conservação ou descarte, ao acesso à pesquisa ou a destruição de acervos comprometedores. Entretanto, apesar dos critérios de seleção e organização, os documentos existentes em arquivos pessoais, que guardam bilhetes, cartas, livros, registros e anotações, possibilitam a leitura de sistemas de trocas de favores, sociabilidades, relacionamentos, ou seja, do funcionamento de determinados fatia da sociedade.

Deste modo, tomando como exemplo o acervo do prefeito Mário Menegaz, entende-se que, ao se trabalhar com acervos pessoais, é necessário aprender a ler no silêncio, nas entrelinhas, não só dando enfoque àquilo que os documentos nos dizem, mas também a ausência de documentos, a trajetória do acervo, seus recortes e suas ausências.

Referências Bibliográficas

- ALBERNAZ, Cássio A.A. Prolegômeno historiográfico ao objeto político. **Historiæ**. Rio Grande, v. 2, n. 2, 2011. p. 9-24.
- BARROS, José D’Assunção. História Política: o estudo historiográfico do poder, dos micropoderes, do discurso e do imaginário político. **Educere et Educare**. Revista de Educação. Cascavel, v. 4, n. 7, jan./jun. 2009. p. 147-162.
- BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2014, p. 203-233.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & abusos da História Oral**. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 183-191.
- BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 5, p. 193-216, 2011.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 37-54.
- CARVALHO, Naor Franco de. Acervo e Memória: as possibilidades de uso do acervo Michael Traumann como fonte histórica. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. Disponível em:

http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427774463_ARQUIVO_AcervoeMemoria-TextoAnaisANPUH.pdf. Acesso em: 15 ago. 2018.

CORBIN Alain. A relação íntima ou os prazeres da troca. In: PERROT, Michelle (Org.). **História da Vida Privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 503-562.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Correspondência familiar e rede de sociabilidade. In: GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV. 2004.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV. 2004.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV. 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: Uma Reflexão sobre Arquivos Pessoais e o Caso Filinto Müller. **Estudos Históricos**. São Paulo, v.10, n. 19, jan./jun.1997. p. 41-66.

IMÍZCOZ, José María; ARROYO RUIZ, Lara. Redes sociales y correspondencia epistolar. Del análisis cualitativo de las relaciones personales a la reconstrucción de redes egocentradas. **REDES. Revista hispana para el análisis de redes sociales**. Barcelona, v. 21, n. 2, jun./dez. 2011. p. 98-138.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e Memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994. p. 423-483.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 195-221.

MAUSS, Marcell. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, v. 2, n.34, jun./dez. 1992. p. 9-24.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, v. 10, n.2, jul./dez. 1993. p. 7-28.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Tradução Alain François [et. ali]. Campinas. SP: Editora da Unicamp, 2007.

Cinema e ofício do historiador: As possibilidades multifacetadas de pesquisa a partir do estudo de caso do longa-metragem *A dama do Lotação* (1978)

Gabbiana Clamer Fonseca Falavigna dos Reis, PUC-RS¹

Resumo

Este trabalho propõe uma reflexão sobre a pluralidade teórico-metodológica do cinema como objeto e fonte do ofício do historiador, por meio do estudo de caso do longa-metragem *A dama do Lotação*, lançado em 1978, e de suas críticas cinematográficas, dispostas em três jornais cariocas, sendo eles o *Jornal do Brasil*, o *Diário de Notícias* e o *Jornal Movimento*. Objetiva-se também debater a forma como essa geração intelectual percebeu a produção e a circulação do cinema nacional como mecanismo de resistência e de conscientização da nação.

Palavras-chave: Crítica cinematográfica. Cinema brasileiro. Cultura Visual. *A dama do Lotação*.

Abstract

This work suggests a reflection towards the theoretical-methodological pluralism of cinema as an object and source of historian's occupation, through a case study of the feature film *A dama do lotação*, released in 1978, and its cinematographic critiques, arranged in three Rio de Janeiro newspapers, including *Jornal do Brasil*, *Diário de Notícias*, and *Jornal Movimento*. The paper also aims to discuss how this intellectual generation perceived both production and circulation of brazilian cinema as a mechanism of resistance and self-awareness of the nation.

Keywords: Film critic. Brazilian cinema. Visual Culture. *A dama do Lotação*.

Pelo estabelecimento de uma Cultura Visual: Considerações iniciais

Os objetos oriundos da relação cinema-história, embora estejam presentes em uma vasta produção historiográfica, sofrem ainda com sérios problemas de metodologia e de desvalorização no ofício do historiador em decorrência principalmente da herança positivista e do uso de documentos oficiais. O esforço movido pela primeira geração dos *Annales* foi responsável por novas considerações epistemológicas e possibilidades de pesquisa através da interação com diferentes áreas do conhecimento. Nesse viés, a História Cultural e/ou a Nova História Cultural proporcionaram uma significativa mudança de eixo na produção acadêmica, a partir dos anos 1990, no Brasil (PESAVENTO, 2003, p. 11)². Traçar um estudo sob esses paradigmas garante, portanto, um novo tratamento à fonte, viabilizando que enxerguemos as

¹ Graduada e Mestra em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2015 e 2018, respectivamente), doutorado em andamento pela mesma instituição.

² Embora desde 1960 o campo do historiador já tivesse registrado um alargamento de possibilidades teórico-metodológicas herdadas pelos *Annales*, a cultura passa a ser interpretada como um conjunto de significados construídos e compartilhados pelos indivíduos, a fim de estabelecer possíveis sentidos sobre o mundo e a sociedade. Conforme a autora, ela é também uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, possuindo já um significado e uma apreciação valorativa (PESAVENTO, 2003, p. 15).

práticas culturais como um indício da sociedade que as produziu e as consumiu, e, talvez o que suscita mais discussão como mecanismo de representação, o contexto em que estas imagens estariam inseridas.

Em função do constante bombardeamento atual de imagens a que estamos submetidos pela massificação da televisão, das redes sociais, da internet e da facilitação da fotografia por aparelhos celulares, fez-se necessário que repensássemos novos mecanismos para compreensão dessas imagens. Assim, surgiu, em 1990, nos Estados Unidos, o seminário chamado “Cultura Visual”, estimulando o questionamento crítico acerca da maneira como o indivíduo enxergava o mundo e as novas formas de circulação do visual. Segundo Mirzoeff (2003):

Ahora surge la necesidad de interpretar la globalización pós-moderna de lo visual como parte de la vida cotidiana. La cultura visual se interesa por los acontecimientos visuales en e los que el consumidor busca la información, el significado o el placer conectados con la tecnología visual. (MIRZOEFF, 2003, p. 19).

O autor tenta esclarecer, no decorrer da obra *Una introducción a la cultura visual* (MIRZOEFF, 2003), a noção de que, principalmente na pós-modernidade, a visualidade é a grande responsável pela distinção de um período histórico para o outro. No interior da “cultura visual”, o sentido não está intimamente ligado aos objetos, mas nas relações humanas. Desse modo, caberia ao historiador desvincular-se do uso das imagens como meras ilustrações e observar para além do *visível* (as práticas, hábitos e artefatos), se lançando ao *não visível* (as trocas entre o visual e os indivíduos em determinado recorte temporal).

Esses pressupostos podem significar, na prática, um campo a ser aprendido conforme avançamos em nossas pesquisas, isso porque as disciplinas ministradas nos cursos de graduação e pós-graduação em História tendem a utilizar o mesmo recurso metodológico para os diversos tipos de imagem³ ou depositá-las em slides recheados dos mais diversos conteúdos. Nesse sentido, o presente estudo busca estabelecer sugestões e um estudo de caso, a fim de demonstrar uma das diversas potencialidades do uso do cinema enquanto objeto e fonte. Esse esforço é o resultado de um recorte dentro da minha dissertação de mestrado (FALAVIGNA, 2018), na qual me propus a analisar a crítica cinematográfica do gênero pornochanchadas⁴ a partir da imprensa carioca, entre 1975 a 1979, e enfrentei dificuldades

³ Com exceção as disciplinas que se dedicam exclusivamente a debates teórico-metodológicos sobre usos, possibilidades e pesquisa sobre o Visual.

⁴ Aproprio-me do conceito de gênero descrito por Nune César Abreu (2002), no qual sugere que no interior das pornochanchadas existiu um abrigo de estilos diversos, ainda que seguisse um “padrão” característico comum.

metodológicas, precisando recorrer a várias outras áreas do saber. Compartilhando as informações que obtive no processo, o trabalho de outros historiadores e colegas de pesquisa será facilitado e inovador.

A construção do cinema enquanto possibilidade de pesquisa para os historiadores, segundo Barros e Nóvoa (2012), surgiu quando os longas-metragens passaram a representar e/ou a remeter períodos históricos, apesar de os esforços para sua legitimação ocorrerem após a década de 1970. Os conceitos de “representação” e de “construção imagética” passaram, assim, a acompanhar nosso ofício se entendermos esse objeto como uma expressão cultural interligada a um circuito comunicacional de determinados contextos, garantindo, dessa maneira, que o espectador consiga estabelecer relações entre as narrativas presentes em cena e a temática e o conteúdo do filme. Esse processo não acontece de maneira individual, mas se constrói e é difundido no coletivo, projetando e criando diferentes práticas sociais (VALIM, 2012). Isso porque

O cinema além de testemunho de formas de agir, pensar e sentir de uma sociedade, é também um agente que suscita certas transformações, veicula representações e propõe modelos. Sendo assim, investigar os meios pelos quais os filmes buscam induzir e identificar as ideologias, as posições e as representações sociais e políticas dominantes e quais as rejeições a essas tentativas de dominação propicia uma visão mais crítica da sociedade. A resistência aos significados e mensagens dominantes pode favorecer novas leituras e novos modos de apropriação do cinema, usando a cultura como recurso para o fortalecimento e a invenção de significados (VALIM, 2012, p. 185).

O autor José Mario Ortiz Ramos, em seu livro *Cinema, estado e lutas culturais: anos 50, 60, 70* (RAMOS, 1983), sugere dois possíveis usos do cinema: o primeiro, fundamentado na tradição semiótica, como ponto de partida para uma análise estrutural da obra; e o segundo – que fundamentará nosso estudo de caso –, referente a perceber a produção, a circulação e o consumo de longas-metragens e de todo material que possa o envolver (cartazes de divulgação, bibliografias de atrizes, atores, diretores etc) como um bem simbólico, a partir do qual poderemos traçar condições políticas e sociais envolvidas. Dito isso, os filmes e o entorno no qual eles se inserem já se configuram, sozinhos, por sua riqueza documental, mas deixam o convite aberto para novas potencialidades sempre que o historiador se sentir à vontade para se apropriar deles em suas pesquisas de novas fontes com o objetivo de estabelecer na prática uma leitura ampla e pluralista de seu objeto.

Incluiriam, neste sentido, produções cujos enredos abordassem exposições do corpo feminino, situações repetitivamente eróticas e títulos apelativos.

Embora essas questões teóricas se configurem repetitivas àqueles que já trabalham com cinema, é válido trazer algumas considerações gerais sobre o uso dessa possibilidade para nosso ofício. Para isso, elaborei uma pequena “*checklist*” a ser realizada antes e durante o processo de escrita:

- Perceber presença ou não de agências financiadoras no período pesquisado e se elas contemplam nosso objeto;
- Estudar visibilidade dada ou não aos filmes analisados nos jornais e revistas, não esquecendo que, assim como o diretor seleciona o que irá aparecer em cena, a imprensa também se utiliza de valores notícias⁵ específicos;
- Criar uma ficha técnica, a fim de sintetizarmos informações durante e após a análise fílmica;
- Estabelecer as mesmas diretrizes de observação para diferentes análises fílmicas e, caso utilizarmos outra fonte, fazer o mesmo procedimento;
- Trabalhar com mais de um filme para enxergar tendências e/ou diálogos com outros gêneros já produzidos.

Após esses cuidados iniciais, o objetivo deste estudo é trazer um exemplo prático do uso do cinema enquanto possibilidade de pesquisa e, para isso, foram necessárias algumas escolhas metodológicas. Conforme ressaltado anteriormente, esse recorte é originário da minha dissertação de mestrado e, portanto, me proponho compreender os principais debates no interior das críticas cinematográficas, dispostos em três jornais cariocas referentes ao longa-metragem *A dama do Lotação*, lançado em 1978. Isso significa reconhecer que as potencialidades cinematográficas ultrapassam o campo da análise fílmica. Embora esta seja fundamental para o estudo minucioso da construção estética de uma ou mais obras, ela deixa às margens importantes informações sobre o sistema e sobre o contexto de produção no qual as obras se inserem.

Nesse sentido, no corpus documental dessa pesquisa, lanço mão da análise de três jornais cariocas, sendo eles o *Jornal do Brasil*, o *Diário de Notícias* e o *Jornal Movimento*, não como forma a completar o longa-metragem *A dama do Lotação* (1978), mas ser um veículo de comunicação que contextualiza e forja uma leitura própria do período analisado, a partir de critérios de noticiabilidade previamente definidos pelo corpo editorial. Portanto, os

⁵ O ofício dos jornalistas é sempre orientado por uma série de pressupostos para a construção de seus textos, geralmente fornecidos pelo próprio espaço que trabalham. São a partir dos *valores notícias* e dos *critérios de noticiabilidade* que estes profissionais compartilham empiricamente o que irá virar notícia ou não. Esse mecanismo de seleção não é engessado e tende a se alterar conforme o contexto histórico-político, compromisso ideológico do jornal/revista e ao público que se pretende direcionar seu conteúdo (TRAQUINA, 2008, p. 31).

estudos das críticas cinematográficas informam sobre as práticas discursivas da geração intelectual que a produz e dão subsídios para algumas hipóteses sobre como essa se relacionou e se inseriu nos debates do período. Para isso, busquei na linguística elementos da Análise do Discurso e Conteúdo para compreender as falas desses críticos, e na comunicação a representatividade que cada um dos jornais possuía na imprensa do período.

Contexto sócio-político, erotismo e críticas cinematográficas

Conforme Ridenti (2014), as décadas de 1960 e 1970 significaram, no Brasil, o período de maior convergência cultural e política. Gerações intelectuais se muniram de uma “autocrítica da modernidade” e buscaram construir um projeto de brasilidade, capaz de responder ao resto do mundo *quem éramos nós* e *o que queríamos* com isso⁶. Os debates giraram em torno da necessidade de conscientizar a nação, recusando a ordem social latifundiária e a nostalgia sobre comunidades “pré-capitalistas”. O cenário se altera quando, por questões de sobrevivência após o Golpe Civil-Militar, esse setor engajado precisou procurar novos segmentos de atuação e espaços para seu ativismo, se deslocando, assim, para universidades e para a imprensa, por exemplo.

Os diferentes projetos de brasilidade que compõem os anos de exceção, entre resistências e investidas de artistas e intelectuais, garantiram um mecanismo propício para o desenvolvimento cultural, a partir de uma série de políticas públicas implementadas, por exemplo, pelo Instituto Nacional de Cinema (INC), pelo Conselho Nacional de Cinema (Concine) e, mais tarde, pela Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme), que visavam promover, regularizar e criar reservas de mercado aos filmes brasileiros. Esses investimentos no cinema nacional viabilizaram aos pequenos e grandes produtores o escoamento de produção, o que significou, para o período, o aumento de longas-metragens que explorassem a questão da sexualidade – fosse por pretensões estéticas, fosse por lucro.

O uso do elemento erótico-pornográfico pelo cinema surge a partir da apropriação sobre a fantasia e sobre o imaginário para suprir as *ausências* físicas e materiais do ato sexual em si no espectador. Ao assistir uma comédia erótica, por exemplo, o espectador não está consumindo o sexo, mas uma representação simbólica dele articulada e nutrida por fetiches e desejos. Segundo Sontag (1987), a obscenidade presente nestes gêneros cinematográficos dialoga com fatores psicológicos e sociais coletivos:

⁶ Ver mais em: NAPOLITANO, Marcos. **Cultura Brasileira: Utopia e massificação (1950-1980)**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

O erotismo vive sua plenitude no domínio da fantasia e se realiza plenamente no terreno da ficção. O exagero pornográfico, por vezes, prenuncia o erótico, e talvez seja melhor compreendido se referido ao universo da imaginação, onde o excesso pode se constituir na essência de sua mensagem (SONTAG, 1987, p. 62).

O erótico-pornográfico opera, por conseguinte, no “psicológico” humano uma vez que incita e abastece – mesmo que secretamente – o convite ao prazer suprimido pelos mais diferentes valores morais. Diante disso, observei que, durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), houve uma severa tentativa de administrar a produção referente ao sexo, gerando assim, uma publicidade orgânica e estimulando ainda mais a criação de códigos ligados à perversão. Os gêneros cinematográficos que se apropriaram de elementos eróticos e/ ou pornográficos como um mecanismo de representar a sociedade nesse período foram acusados de ruir a moral e a família brasileira, de gerar sentimentos de ódios generalizados e de incentivar o aumento da criminalidade (SIMÕES, 1999). O debate cômico, melancólico e sensual proposto no longa-metragem que em breve será analisado compõe, nesse viés, um dos vários problemas vistos pelos censores ao tratar o dispositivo sexual e o imaginário social.

Os críticos de cinema, enquanto mediadores da relação filme e espectador, compartilhando esses mesmos sistemas de valores, passaram a construir leituras sobre cinema erótico. Essa geração, educada a partir das sensibilidades das ondas cinematográficas vindas principalmente da Europa, por exemplo, com a Nouvelle Vague e Nuevo Cine Español, se identificou com a *estética da fome* e com representações engajadas sobre corpo e sexo. Conforme destaque em breve, isso se tornou um problema para filmes que não faziam discursos abertamente políticos, devido ao fato de não corresponderem ao ideal “legítimo” que esses intelectuais almejavam vincular na imagem de produto nacional.

Conforme Pires (2015), no filme *A dama do Lotação* existe uma montagem que claramente privilegia a exposição do corpo da personagem Solange, que se constrói na trama como objeto de desejo masculino a partir de um apelo voyeur típico dos anos 1980. O “típico”, nesse caso, refere-se às pornochanchadas, gênero cinematográfico que se tornou sucesso de bilheteria entre os anos de 1969 e 1982, que foi produzido principalmente em São Paulo e estava dedicado a representar as conquistas amorosas, as virgens colegiais, o adultério e as viúvas fogosas sempre por meio do dispositivo erótico (ABREU, 1996). O longa-metragem foi acusado de exageradas cenas de sexo e, por isso, foi veemente tratado com repúdio - tanto pela censura quanto pelos críticos cinematográficos.

Nesse período, o Brasil, submetido a um Governo assegurado por uma série de repressões e de controles sociais, vendia, com um cuidado propagandístico, a noção de uma democracia militar. Isso garantiu para os gêneros que vincularam representações simbólicas do sexo um paradoxo entre proibi-las e fomentá-las. Ou seja, mesmo que sofressem uma série de cortes, os longas-metragens eram liberados para o público e para exportação, criando assim um *espaço de negociação* entre diretores, produtores e censores. Cabe destacar, nesse sentido, que esses filmes com tematização de um sexo “ingênuo” se constituem como produtos próprios, datados dessas conturbadas relações entre moral, bons costumes e subversão. Com o final da Ditadura Civil-Militar, o deslocamento e a alteração nos propósitos das gerações críticas e a penetração da pornografia explícita estadunidense, exemplos como *A dama do Lotação* tornaram-se anacrônicos.

Estudo de Caso: “A dama do Lotação”, 1978

Produzido com o capital investidor da Embrafilme, o diretor Neville D’Almeida lançou o longa-metragem *A dama do Lotação* em 1978, a partir de uma adaptação do conto, de mesmo nome, de Nelson Rodrigues, disposto na coluna diária *A vida como ela é*, do *Jornal Última Hora*, publicada entre os anos de 1951 a 1961. Conforme consta na “Listagem de Filmes Brasileiros com mais de 500.000 Espectadores 1970 a 2016”, disponível no site da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), o filme é o quarto filme brasileiro com maior bilheteria até 2016. Como já citado anteriormente, o objetivo desse estudo de caso é compreender como as críticas cinematográficas perceberam *A dama do Lotação*. Observei, neste sentido, dois tratamentos distintos: a expectativa pelo seu lançamento e a frustração ao compará-lo com o gênero pornochanchada.

A narrativa é construída a partir do casamento entre Solange (Sônia Braga) e Carlinhos (Nuno Leal Maia), o qual serve não só para apresentar o espaço físico, Rio de Janeiro capital, mas também para, através do diálogo entre os personagens, anunciar ao espectador que se tratava de um matrimônio entre membros de tradicionais famílias cristãs burguesas, na qual o casamento era o único espaço legítimo para o sexo (HUSZAR, 2015, p. 82). A virada no longa-metragem ocorrerá na noite de núpcias, na qual Carlinhos, impaciente com a “consumação” de seu casamento estupra sua noiva:



Figura 1: Cena de estupro Solange, A dama do lotação (1978). Início/fim: cerca de 12min36s/14min52s decorridos do longa-metragem.

A primeira representação simbólica de sexo é composta pela violação do corpo da personagem, com duração de quase três minutos, filmada em *plongée* destacando a nudez de Carlinhos e Solange; seguidos de um *travelling*, em primeiro plano, que acompanha, dos pés a cabeça, a resistência, o choro e os gritos dela ao tentar se soltar de seu parceiro. Para a trama, essa cena se torna singular, pois é nela que o espectador compreende que as relações sexuais para Solange ficam no limite do pecado, do sujo e do imoral, principalmente após sua fala: “[...] eu não quero sujar meu amor com sexo!”.

Os minutos seguintes mostram a personagem buscando respostas a sua aversão ao sexo, primeiro em uma consulta com seu analista e, depois, em uma visita à Matilde (Yara Amaral), amiga da família, a qual a sugere que “[...] às vezes, quem não se dá bem com um homem, se dá bem com outro ou outros”. No decorrer dessa fala, se observa a *virada* de Solange, partindo para a experimentação de sua sexualidade ao assumir seus atributos de *femme fatale* e ir, diariamente, até um ponto de micro-ônibus, subir na condução e procurar um novo parceiro para transar. Segundo Pires (2015), o longa-metragem, a partir desse momento, começa a explorar uma sexualidade desenfreada em um ambiente urbano, dividido entre o gozo sexual fora do casamento e o amor casto com o marido, uma mistura de prazer e culpa. Em relação a isso, é importante salientar que poucas serão as cenas em que Carlinhos irá aparecer novamente: desse recorte em diante, as figuras masculinas com maior atenção se reduziram aos amantes da personagem.



Figura 2: Propaganda do filme na sessão “Estréias da semana”, no Jornal do Brasil, Ed. 00021, Caderno B, 29 de abril de 1978, p. 8.

Nesse cartaz publicitário, faz-se menção à terceira semana seguida de “sucesso” de bilheteria, notificando o possível espectador de que se refere a um filme colorido e reforçando a questão do longa-metragem se tratar de uma adaptação de Nelson Rodrigues com canção-tema de Caetano Veloso, a qual ganha diferentes tempos a cada nova cena de traição (acelerada ou desacelerada) estabelecendo um código com o público que assiste:

Todo homem, todo lobisomem sabe a imensidão da fome que tem de viver
 Todo homem sabe que essa fome é mesmo grande
 Até maior que o medo de morrer
 Mas a gente nunca sabe mesmo
 O que quer uma mulher
 (Caetano Veloso, Pecado Original, 1978).

Foi perceptível para mim que a canção-tema questionou os desejos das mulheres, provavelmente pelo período em que foi gravada, acompanhando, assim, a ascensão de movimentos feministas, que, pela postura recorrente da personagem Solange, acompanharam simbolicamente os limites do puro/impuro e sua relação conturbada com sexo. Ela mesma, Solange, recebeu dois tratamentos diferentes pelos três jornais analisados:

anterior à estreia, foi aguardada com expectativa e, após isso, foi tida como ponto alto da trama, acompanhada de uma cobrança pela resposta da pergunta “o que queria uma mulher?”, visto que o longa-metragem em muito se preocupou em exibir o corpo feminino. Nas páginas do Jornal do Brasil, o crítico de cinema Flávio Marinho afirma que a narrativa tratou do corpo de Sônia Braga como um objeto da “alegria do público latino-americano”:

Até o belo tema musical composto por Caetano Veloso é tão repetidamente usado quanto o corpo de Sônia Braga. E ambos acabam desperdiçados. Porque é justamente no uso e abuso do talento físico da atriz que o filme se trai: na busca do erotismo, consegue, depois de algum tempo, ser apenas uma ducha fria. A proposta aparentemente *poderia* ter uma função revolucionária – enquanto transgressora de uma interdição- mas no caso, A Dama limita-se a utilizar a mulher, enquanto objeto – posição francamente reacionária (MARINHO, 1978, p. 8, grifo meu).

A trilha acompanhou o uso constante de uma decupagem clássica, com cenas filmadas em sequência, com plano conjunto e câmera fixa. O que fugiu dessa “regra” estética foi percebido pelos críticos como breves enxertos de “originalidade”, que flertaram intimamente com o neorealismo italiano e com o cinema novo. Isso ficou evidente em dois diferentes momentos: no primeiro, Solange encontra um desconhecido no transporte público e o leva para um cemitério próximo, no qual, seguidos da canção-tema em tom melancólico, fazem sexo à luz do dia simultâneo a um cortejo fúnebre; no segundo, há a construção alternada entre sonho e realidade da personagem Solange, que, ao lado do marido (espaço real), sonha estar correndo entre os ônibus estacionados em uma garagem (espaço fantasia).



Figura 3: Ouvimos o grito da personagem e, no próximo segundo, o campo é direcionado à imagem da cruz, representando a transgressão da moral cristã e a relação entre prazer e culpa vivida por Solange. Início/fim: 108min55s 111min05s decorridos do filme.

O longa-metragem serviu também para pensar a representação da personagem como detentora dos “[...] atributos de *femme fatale* – segura de seu corpo, sedutora e dividida entre o sexo fora do casamento e o amor casto e cristão com o marido.” (PIRES, 2015, p. 101). Nessa sequência da figura 3, é explicitada a tensão prazer-culpa que acompanha a narrativa

desde seu início através da imagem da cruz, filmada em primeiro plano e seguida de um grito de prazer de Solange. Existia, portanto, uma luta moral entre fazer o “errado” e querer purgar, como forma de castração dos seus desejos “vulgares” – e isso extrapola os limites do filme. O período que se insere o gênero pornochanchada e outros que abordam a temática da sexualidade são contemporâneos aos debates de distintos grupos sociais lutando pelo espaço simbólico na construção de diferentes projetos para a nação; o falar publicamente sobre sexo e diferentes liberdades sexuais.

Desse modo, observei, durante a construção da dissertação, que parte significativa das pornochanchadas trouxe elementos da psicanálise para pensar a questão da sexualidade, já que, inclusive em *A dama do Lotação*, existe a presença de um analista para tentar interpretar o “recalque” de Solange. Nos créditos finais do longa-metragem, o espectador assiste à personagem atravessando as ruas movimentadas do Rio de Janeiro após novamente ter deixado o marido em casa, enquanto, em *voz over*, o último diálogo entre profissional e paciente aparece:

Solange: Todos os dias, quase com hora marcada, eu saio de casa. Pego o ônibus e deço com qualquer um. Eu não sou como as outras, não sou qualquer uma.

Analista: É como as outras, é como qualquer um.

Solange: O senhor não entendeu. Eu amo meu marido e me entrego todos os dias a qualquer um! Entendeu agora? Que língua eu falo? Que língua o senhor fala? Não nos entendemos. Eu faço o que eu faço e não soffro. Eu quero ter horror de mim mesma e não tenho.

Cabe destacar, nesse sentido, que sexo e corpo são pautas dos mais distintos discursos nas áreas do saber, assim como a forma que são representados pelo cinema ou demais práticas culturais são vinculadas ao tratamento histórico em que são submetidos. A lógica psicanalítica, presente no longa-metragem, se sustenta a partir de alguns pressupostos trazidos por Freud (1981), o qual afirma que a condição necessária para o convívio em sociedade significa a castração dos impulsos sexuais, conferindo legitimidade às violações dessa “ordem moral”. A análise seriada desse ou demais gêneros filmicos nos permite constatar que essas premissas regularizadoras criam e compartilham regras claras passíveis de identificação de um grande grupo social entre as décadas de 1960 e 1970, sustentados por um Estado autoritário, com um segmento religioso e uma elite detentora de capital cultural e simbólico elevado.

Nesse cenário, a geração crítica, desde a década de 1950, buscava construir um movimento que elevasse o cinema à categoria arte, incentivando cineastas a manterem uma

unidade, desconsiderando as pressões de uma indústria cultural. Como dito anteriormente, o longa-metragem analisado foi taxado pelos três jornais como uma comédia erótica e recebeu severas críticas pela semelhança com as pornochanchadas sempre que tratou da sexualidade da personagem. Uma das formas recorrentes para diferenciar narrativas “ideais” versus “inadequadas” era o uso de adjetivos “mau” e outros tratamentos pejorativos. Segundo Jean Claude - Bernardet, no *Jornal Movimento*, em consequência dessa busca por uma unidade, formas de hierarquização foram construídas:

A luta atualmente travada contra as pornochanchadas não é contra sua moral tradicional e reacionária, mas justamente contra estes elementos de identificação e seu *gosto “mau”*. Luta que mobiliza espectadores, críticos, cineastas e áreas do governo, dando a oportunidade a setores da intelectualidade estarem unidos ao governo. Suponho que para as pessoas bem pensantes a pornochanchada deve ser hedionda (BERNARDET, 1975, p. 18, grifos meus).

Além do uso de adjetivos, os críticos se apropriaram de noções de “cineminha” versus “cinemão” e de “filmes legítimos” e “filmes ilegítimos” como formas de distinção. Compõem um cenário de lutas simbólicas pelo direito de representar o sexo no cinema. Conforme Bourdieu (1979), o “gosto” faz parte de um conjunto de experiências no interior de cada classe social, um condicionamento social capaz de classificar, distinguir, aproximar ou afastar pessoas estabelecendo diferentes relações de classe e preferências sócio-culturais. Isso acontece quando determinado estamento assume uma identidade e formas de apreciação passam a excluir os demais que não compartilham do mesmo *capital*.

As críticas, nesse sentido, viabilizaram a investigação de como estes indivíduos, pertencentes a uma elite, quando apropriados desses gostos de classes interiorizadas, se utilizam de uma “credencial legítima” sobre as cobranças estéticas, ideológicas e morais. Embora involuntariamente, essa geração, desconfortável com as visualidades criadas sobre sexo, ao exigirem uma representação “melhor acabada e engajada”, estabeleceram distâncias (físicas e espaciais) entre quem as produzia, quem as consumia e quem escrevia sobre elas, reiterando seu lugar privilegiado.

As demais críticas que acompanham o longa-metragem *A dama do Lotação* se organizam nas seções *Cinema e Estréia* do *Jornal Movimento e Diário de Notícias* e nas seções *Cartas*, “*Zózimo*”, *Cinema Novo* e *Roda Viva* do *Jornal do Brasil*. Conforme dito anteriormente, existe uma expectativa delas previamente depositada no filme, ainda que não fique claro nas fontes, que se assemelha muito aquelas travadas sobre pornochanchada, principalmente pela constante comparação com as demais produções estrangeiras. Há, assim,

a expectativa de que o cinema sirva como forma de conscientizar a nação e de distinção somente formal entre um cinema erótico (aceitável) e aquele produzido pelas pornochanchadas (hediondo).

No Caderno B do *Jornal do Brasil*, na secção Estréias, foi criado um mecanismo de avaliação dos filmes que estavam em cartaz e daqueles que tinham data prevista disposto por estrelas: 5 (excelente), 4 (muito bom), 3 (bom), 2 (regular) e 1 (ruim). Na ocasião, o crítico de cinema José Carlos Avellar deu apenas duas estrelas após estreia de *A dama do Lotação*:

As cenas de sexo se repetem e ficam cada vez menos capazes de mobilizar o interesse do espectador e daí que se poder ter a real dimensão da história, uma alfinetada nas convenções burguesas que baseiam sua eficiência na repetição. (AVELLAR, 1978, p. 8).

Nesse fragmento, analisei que o crítico não buscou explorar a questão da “frigidez” da personagem, mas se deteve principalmente nas cenas “repetitivas” de voyeurismo, sexo simbólico e fetichismo do corpo feminino. O objeto de desejo apresentado, segundo o crítico, preenche e sacia apenas ao olhar do público masculino, abrindo mão de discutir a liberação sexual em si. Embora sejam contribuições bem fundamentadas, Avellar desconsidera a dimensão emocional presente nos diálogos entre paciente e analista, a melancolia e o entrave moral em relação às traições cometidas por Solange, bem como o uso de elementos para estabelecer uma tensão-culpa, que fogem daquilo produzido na Boca do Lixo⁷. Portanto, apenas o excesso de corpo e sua objetificação não é “suficiente” para classificar o longa-metragem analisado como uma pornochanchada, mas sim uma narrativa que se constrói em uma linha tênue entre o erótico, cinema novo e marginal.

Outras questões que estiveram ligadas a *A dama do Lotação* referem-se ao capital investido pela Embrafilme e a degradação do feminino na trama. No texto *O cinema brasileiro vai bem, mas podia ir melhor* (FARIA, 1978, p. 4), no *Jornal do Brasil*, a crítica Heloísa Castello Branco, em entrevista ao crítico de arte Roberto Faria, reitera que um dos problemas enfrentados pela estatal era a liberdade que havia para os distribuidores estrangeiros, e que, caso quisesse combater esta “concorrência”, o cinema brasileiro deveria investir em filmes de boa qualidade e alcance considerável. Na ocasião são listados *Lúcio*

⁷ O cinema produzido pela Boca do Lixo, principalmente as pornochanchadas, cresceu de forma autônoma e se desenvolveu entre os cruzamentos das ruas Triunfo com Vitória, em São Paulo, onde se instalou pequenas empresas de comercialização cinematográfica (SIMÕES, 2007, p. 188). Caracterizada por “lixo” devido ao fato de ser uma região depreciada pelo público que lá circulava: prostitutas, malandros, bêbados e um diverso aglomerado de pessoas em situação de rua. Os longas- metragens rodados neste reduto cinematográfico, em sua maioria, não seguiu o “modelo de cinema claramente engajado” cobrado pelos críticos responsáveis pelos editais da Embrafilme.

Flávio, o passageiro da agonia e *A dama do Lotação*, ambos de 1978. Por outro lado, o professor aposentado de física, Mario Schemberg (1979, p. 11), no *Jornal Movimento*, afirmou que as verbas disponibilizadas viabilizavam as produções, mas abriam espaço a filmes puramente comerciais – sob os quais destaca-se aqui o longa-metragem analisado, embora admitindo as “técnicas requintadas” presentes em cena.

O termo “comercial”, nesse contexto, relaciona-se com a exploração do feminino e do tratamento estético dado à representação do sexo. Na secção *Cartas*, o leitor Jorge A. Silva afirma que seria interessante “esse tipo de gênero” mostrar que para além do instinto, o ser humano possui outras prioridades, sem precisar deflagrar nenhum gênero em cena. Sobre o filme, ele diz:

No dia 30 de abril, sabendo ser sucesso o filme *A dama do Lotação*, resolvi assisti-lo. Que decepção! O que vi não tinha nada de arte e nem tampouco serve como lazer. O tema do filme já foi bastante explorado em sistema degradante da família desajustada brasileira. A mulher, mais degradada do que nunca, coloca-se num lugar de lixo total, enquanto o homem, com seu machismo atua-se mais abaixo do que ela. Se alguém ainda acredita em moral, integridade e honestidade podem desistir. Que me desculpem os produtores do filme, diretores e interpretes, mas o que fizeram foi um atentado à dignidade humana. (SILVA, 1978, p. 2).

Contudo, não podemos esquecer que alguns elementos presentes nessa fala reiteram discursos do “bom brasileiro” e da moral cívica vigente no período. Acerca dessas opiniões, frequentes nos três jornais analisados, a crítica e psicanalista Maria Rita Kehl (1975, p. 4) afirma que a “chanchada nacional”⁸ pertencia a um público masculino, para o qual a liberdade sexual era um “monstro distante” sustentado pela apropriação entre o que era representado nas cenas, as vivências diárias dos personagens – geralmente caipiras ingênuos que se (re)descobrem com mulheres fogosas ou malandros – as situações reais de homens classe média e baixa.

Mediante uma revisão bibliográfica e após as análises das críticas que compõem esta pesquisa, criou-se a hipótese de que surge uma pedagogia visual sustentada tanto pelo Estado, que via em gêneros eróticos um excesso de liberdade e o utilizavam para vincular seus discursos conservadores, quanto pelo espectador cativo, que podia viver através de um imaginário um sexo simbólico, a partir do corpo feminino. Conforme Kehl (1975), o resultado desse mecanismo é representar constantemente o feminino em desigualdade e vincular

⁸ A crítica Maria Rita Kehl refere-se à pornochanchada como “chanchadas nacionais”. Ver mais em: KEHL, Maria Rita. *Sauna, Angústia e Lanchonete*. In: MANTEGA, Guido. **Sexo e Poder**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

algumas características recorrentes, tais como: moças fúteis, que são especialistas em cosméticos; e aquelas que haviam tido experiências sexuais, as quais eram consideradas devassas e que, mesmo que não se aplique para a personagem Solange, recebiam falas curtas e fora do contexto da cena.

Conforme comentado anteriormente, a “função social” dessa geração crítica era entendida como a de um agente responsável pelo fortalecimento da democracia, pela transformação da sociedade e por enxergar no próprio texto um espaço de articulação de ideias combativas ao regime militar. Essas questões ficam claras a partir dos três jornais analisados e suas diferentes falas, criando elementos de distinção e, simultaneamente, formas orgânicas de fomento. Sobre este último, o crítico Paulo Emílio Salles Gomes, em entrevista ao *Jornal Movimento*, afirmou que, embora não concordasse com os financiamentos da Embrafilme para comédias eróticas, reconhecia a necessidade de se criar condições para que o cinema nacional ultrapassasse o produto estrangeiro:

Existe uma certa vantagem também para os técnicos que trabalham nesse tipo de filme. Aí eles podem ter – o que é mais raro no cinema nacional – um trabalho mais constante, uma certa experiência. Eles não têm liberdade nenhuma, nem tempo, porque a maioria desses filmes são feitos às pressas. Mas pelo menos têm onde trabalhar e praticar com a continuidade. (KEHL, 1979, p. 19).

De modo geral, todos os críticos que compõem essa análise se mostraram defensores da valorização do produto nacional, por mais que, quando analisados de forma seriada, ficasse evidente o desenvolvimento de uma espécie de “crítica engajada” e sua preferência pelo cinema novo, por exemplo. Dessa maneira, mesmo que não explicitamente, utilizaram os mesmos adjetivos para comparar o filme apresentado com os demais pertencentes às pornochanchadas.

Considerações Finais

O cinema enquanto objeto viabiliza ao historiador uma ampla possibilidade de pesquisa, partindo do pressuposto que se constrói como uma forma de representar e produzir práticas culturais partilhadas por diferentes grupos sociais. No caso específico de *A dama do Lotação*, compõe uma leva de filmes que se apropriaram da representação simbólica do sexo para pensar diferentes formas de sociabilidades presentes em um contexto histórico marcado por discursos do “bom brasileiro” respeitador da ordem e dos bons costumes, sustentado por uma série de discursos produzidos durante a Ditadura Civil-Militar.

Os críticos cinematográficos, nesse contexto, se inserem como mediadores entre a produção e o público. A partir da análise dos três jornais cariocas – *Jornal do Brasil*, *Diário de Notícias* e *Jornal Movimento* – identifiquei que essa geração intelectual compartilhou da expectativa por um cinema engajado e, em função disso, suas falas produziram um distanciamento e uma distinção entre gostos “legítimos” versus “ilegítimos”. Isso ocorreu diretamente pela distribuição e pelos desequilíbrios nos acessos aos bens culturais, gerando mecanismos de exclusão. Os fragmentos descritos anteriormente, dessa forma, correspondem a uma geração intelectual que via no cinema uma das formas de conscientizar e alertar a sociedade civil das discrepâncias cometidas pelo Estado.

No caso específico de *A dama do Lotação*, embora os críticos não tenham utilizado o termo “pornochachanda”, apropriaram-se de uma série de comparações com ela, observáveis principalmente através dos comentários referentes aos usos excessivos de cenas alongadas de sexo e da objetificação da personagem Solange. Nesse sentido, acredito que o longa-metragem flerte com fortes elementos destas ditas comédias eróticas, assim como, uma estética muito semelhante àquela utilizada anteriormente pelo cinema novo. Embora não fique claro os motivos desse tratamento dado por esses intelectuais no corpus documental, a hipótese que nutre essa pesquisa relaciona-se ao fato de que, antes mesmo de sua estreia, o filme produziu uma série de propagandas - seja pela canção-tema de Caetano Veloso, seja por uma adaptação de Nelson Rodrigues. Porém, após sua estreia, ainda que ele tivesse uma densa carga emocional e melancólica e que, em apenas três semanas, tenha se tornado sucesso de bilheteria, ele não garantiu a adesão positiva nos jornais analisados.

Como dito anteriormente, essa proposta de pesquisa e sua metodologia são apenas uma das mais variadas formas de se pensar o cinema enquanto fonte e objeto. Em relação a esse ponto, espero ter estimulado os leitores a se lançarem em um universo de possibilidades, cientes das diversas alternativas e meios de unir um ou mais documentos para compor suas análises, como foi o caso desta pesquisa.

Fontes utilizadas

Jornal do Brasil, Ed. 00013, abr de 1978.

Jornal do Brasil, Ed. 00013, abr de 1978.

Jornal do Brasil, Ed. 00021, abr de 1978.

Jornal do Brasil, E. 00018, mai de 1978.

Jornal do Brasil, Ed.0003917, mai de 1978.

Jornal Movimento, Ed.00029, mai de 1975.

Jornal Movimento, Ed.00029, jan de 1979.

Longa-metragem **A dama do Lotação**, 1978, direção Neville D'Almeida.

Referências Bibliográficas

ABREU, Nuno Cesar Pereira de. **O olhar pornô: a representação do obsceno no cinema e no vídeo**. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

ADAMATTI, Maria Margarida. **A crítica cinematográfica e o star system nas revistas de fãs: a cena muda e Cinelândia (1952-1955)**. Dissertação, Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação: São Paulo, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 1979.

KEHL, Maria Rita. Sauna, Angústia e Lanchonete. In: MANTEGA, Guido. **Sexo e Poder**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

LAMAS, Caio Túlio Padula. **Boca do lixo: erotismo, pornografia e poder no cinema paulista durante a ditadura militar (1964-1987)**. Dissertação, USP, 2013.

LUNARDELLI, Fatimarlei. **A crítica de cinema em Porto Alegre na década de 1960**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, Editora UFRGS, 2008.

MIRZOEFF, Nicholas. **Una introducción a la cultura visual**. Tradução de Paula García Segura. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, S.A., 2003

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura Brasileira: Utopia e massificação (1950-1980)**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

NÓVOA, Jorge & BARROS, José D'Assunção. **Cinema-história: teoria e representações sociais no cinema**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PIRES, Carolina Soares. **Nelson Rodrigues no cinema e na TV: mediações entre texto e imagem**. Dissertação de Mestrado - USP, São Paulo, 2015.

PROENÇA, Caio de Carvalho. **Pesquisando em fontes visuais. Oficina do Historiador**. Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 5, n.1, jan./jun, p. 22-34, 2012.

RAMOS, José Mario Ortiz. **Cinema, estado e lutas culturais: anos 50, 60, 70**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

REIS, Gabbiana Clamer Fonseca Falavigna dos. **“A pornochanchada deve ser hedionda”: o estudo desse gênero cinematográfico por meio das críticas especializadas**. Dissertação de Mestrado - PUCRS, Porto Alegre, 2018.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV**. São Paulo: UNESP, 2014.

SIMÕES, Inimá. **Roteiro da intolerância: a censura cinematográfica no Brasil**. São Paulo: Senac, 1999.

SONTAG, Susan. **Um século de cinema**. Questão de Ênfase: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Uma análise sobre os discos promocionais como elementos estimuladores para a projeção de Raimundo Fagner no ambiente profissional da MPB (1973 – 1982)

Stênio Ronald Mattos Rodrigues, UFSC¹

Resumo

Este artigo objetiva realizar uma análise acerca dos produtos fonográficos promocionais enquanto elementos potencializadores da popularidade do artista envolvido profissionalmente no ambiente musical. Para tanto, busco delimitar essa reflexão a partir do percurso profissional do artista Raimundo Fagner em dois momentos de sua carreira – 1973 e 1982 –, observando a importância desses produtos promocionais para a divulgação de seus trabalhos e as distinções evidenciadas nesses dois momentos, especificamente no que diz respeito ao conteúdo vinculado aos mesmos. Tendo em vista a reflexão que o presente texto busca levar a efeito, opto pela utilização dos aparatos teóricos-metodológicos da História Cultural, principalmente no que se refere ao uso plural de fontes históricas como recursos para a reconstrução do passado.

Palavras-Chave: Fontes Históricas; Indústria Fonográfica; Discos Promocionais; Raimundo Fagner.

Abstract

This article aims to do an analysis about promotional phonographic products as elements that enhance the popularity of the artist professionally involved in the musical environment. Therefore, I seek to delimit this reflection from the professional life of the artist Raimundo Fagner in two moments of his career - 1973 and 1982 -, noting the role of these promotional products for the dissemination of his works and the distinctions evidenced in these two moments, specifically concerning the content linked to them. Considering the reflection that this text seeks to carry out, I decide to use the theoretical / methodological apparatus of Cultural History, namely in what refers to the plural uses of historical sources as resources for reconstructing past.

Keywords: Historical Sources; Phonographic Industry; Promotional Disks; Raimundo Fagner.

Um caminho teórico para explorar a temática

Durante as décadas de 1970 e 1980 a indústria fonográfica nacional desempenhou importante papel enquanto setor produtivo e difusor das artes musicais que marcaram os anos em questão. Sua mentalidade empresarial² delineou em grande medida as principais características da Música Popular Brasileira enquanto linguagem artística e dado cultural

¹ Doutorando do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH UFSC). E-mail: stenioronald@hotmail.com.

² Sobre a mentalidade empresarial das gravadoras e suas intencionalidades, Dias (2000, p. 56, grifo meu) aponta que: “À consolidação do mercado correspondem transformações no conjunto do processo. Por exemplo, a mentalidade empresarial é desenvolvida e aprimorada, tanto no mundo do disco como no dos grandes espetáculos”, sugerindo que os processos inovadores aplicados na indústria fonográfica durante a década de 1970 concorreram para a apropriação sistemática da música enquanto linguagem artística pela indústria, característica essa que fundamenta os princípios basilares da indústria cultural.

evidenciado nas produções musicais promovidas por aqueles que se profissionalizaram no campo musical, especialmente na área circunscrita da MPB. Tal relação entre arte – especificamente a musical – e a indústria – esta quando compreendida a partir de sua natureza fundamentada na lógica de produção, circulação e consumo – foi o grande motor da popularização em diversos níveis daqueles artistas/profissionais que adentraram no universo da música popular, tornando-os em graus diversos expoentes de vendas no mercado nacional de discos e astros no mundo dos espetáculos.

A fama alcançada no decorrer dos anos por alguns desses sujeitos – e aqui recorremos ao caso particular do artista cearense Raimundo Fagner – e amplamente atestada pelas paradas de sucessos e índices de vendas divulgadas no período³, assim como pela constante exposição de suas realizações nos periódicos são, pois, rastros que servem no presente para o trabalho investigativo do historiador. Nesse aspecto, as fontes históricas desempenham aqui papel importante por permitir redimensionar determinados acontecimentos impossíveis de serem recuperados na sua totalidade e precisão, dado o tempo transcorrido e as diversas formas de interpretação que podem surgir sobre os mesmos.

Sobre isso, é certo que, em se falando de História, as mudanças correntes no avançar dos anos e as interpretações dadas a determinados episódios sejam levadas em consideração, e é por isso que as fontes são elementos imprescindíveis nesse processo para a identificação dessas ocorrências, pois que se “Não fosse a segurança das fontes, a evidência da pesquisa, o reforço da autoridade com as citações e as notas, a busca insistente de provas, e *o historiador não conseguiria impor sua visão ou versão.*” (PESAVENTO, 2004, p. 116, grifo meu). Por isso, captar a ação humana localizada em certo contexto através dos recursos das fontes torna-se valioso para a produção historiográfica, tendo em vista o necessário entendimento acerca

³ Pelo menos durante a década de 1970 os números referentes às vendas de produtos fonográficos eram mantidos em absoluto sigilo tanto pelas gravadoras concorrentes no país como pela própria ABPD (Associação Brasileira de Produtores de Discos). Sobre essa afirmação, a revista *Veja* informou acerca do seguinte procedimento comumente adotado no período: “Todo mês, cada uma das dezoito fábricas de discos do Brasil manda um envelope lacrado para a sede da Associação Brasileira de Produtores de Discos (ABPD), no Rio de Janeiro, com o resultado de suas vendas nos últimos trinta dias. Um auditor independente abre os envelopes, soma os números, obtém o faturamento global e inutiliza as papeletas. Só o total é divulgado – assim, cada gravadora fica sabendo qual sua participação no mercado mas não revela esta informação. Não deixa de ser estranho que um setor, habituado a trabalhar com as mais modernas técnicas de *marketing* e *merchandising*, procure gerir seu desempenho dentro da mais antiga mentalidade de que ‘o segredo é a alma do negócio’” (A VEZ da cigarra, 1979, p. 142). Essa prática era amplamente criticada pelos artistas do período, que se sentiam enganados e desconfiavam do procedimento. Sobre isso: “Chico Buarque desabafou certa vez: ‘Devem me roubar. Talvez me roubem, talvez não me roubem. Isto eu não sei. Como vou saber, se não existe controle?’” (YES, nós temos cultura, 1977, p. 56). Apesar desse segredo, existem fontes que apontam para índices de venda e audiência em colocações, mas que não informam números exatos. Daí a limitação que fontes documentais como as do NOPEM (Nelson Oliveira Pesquisas de Mercado) impõem aos investigadores sobre a temática.

dos conjuntos de acontecimentos simultâneos ou sucessivos decorrentes dos processos históricos, cabendo ao pesquisador selecionar aqueles recortes temporais que ele se ocupará em observar, assim como as realizações circunscritas no seu interior para então construir sua narrativa firmada na sua *versão*.

Desta feita, levando em consideração as atividades artísticas e profissionais empreendidas por aqueles sujeitos em evidência no ambiente da MPB, a sucessão dos acontecimentos, especificamente referentes às fases de seus percursos profissionais e do vivido, juntamente com suas relações com o ambiente no qual elas se dão, só podem ser localizadas historicamente através do tempo enquanto recurso para apreender tais realizações, uma vez que “Fabricante e fabricado, o acontecimento é inicialmente um pedaço no tempo e de ação posto em pedaços, em partilha como em discussão: é através dos farrapos de sua existência que o historiador trabalha se quiser dar conta dele.” (FARGE, 2011, p. 71).

Isto posto, e tendo em vista a nova realidade proporcionada pelas abordagens inovadoras da História Cultural (BURKE, 2005; PESAVENTO, 2004), especialmente nas formas plurais de uso de fontes históricas, o trabalho do historiador tem passado cada vez mais a adotar métodos de análises que se voltam para uma maior preocupação no que diz respeito não ao “resgate” do passado, mas sim a reconstrução do mesmo a partir de reflexões críticas sobre os vestígios⁴ que de lá chegam, num acesso entre passado e presente a partir da noção sobre os seus limites. Nesse sentido, é preciso levar em consideração que “A consciência histórica já não escuta beatificamente a voz que lhe chega do passado, mas, ao refletir sobre a mesma, recoloca-a no contexto em que ela se originou, a fim de ver o significado e o valor relativo que lhe são próprios.” (GADAMER, 1998, p. 18).

Compreender essas singularidades próprias dos processos de investigação e reflexão históricas é o primeiro passo para a deflagração de estudos voltados para a análise sobre ocorrências do passado. Mas é da maior importância encarar as contribuições dos recursos que as *fontes históricas* oferecem à atividade do historiador, de maneira que estas devem ser aproveitadas em favor de uma reflexão crítica sobre o passado, evitando assim uma leitura superficial e que induza a compreender as informações obtidas como verdades incontestáveis. Por isso, cabe sempre ao historiador empreender exame sobre aquilo que lhe é apresentado, evitando posicionar as fontes numa condição de incontestáveis pelo fato simplista de

⁴ Sobre o entendimento dos vestígios do passado enquanto elementos indispensáveis para o fazer historiográfico, Bloch (2001, p. 73) aponta que “[...] o conhecimento de todos os fatos humanos no passado, da maior parte deles no presente, deve ser [...] um conhecimento através de vestígios”. Firmado nessa consideração, é ainda o autor que expõe a seguinte conclusão: “[...] o que entendemos por documento senão um “vestígio”, quer dizer, a marca, perceptível aos sentidos, deixada por um fenômeno em si mesmo impossível de captar?” (Ibidem).

registrarem dados do passado. O uso das fontes de maneira geral deve estar acompanhado da ação reflexiva do historiador, que tem por missão apreender das mesmas não somente o seu conteúdo, mas também seus significados, suas intenções e os seus silêncios. Através desse processo escalonado de procedimentos é que o mesmo pode construir sua narrativa histórica baseada nos fatos e nas leituras realizadas sobre os mesmos.

Assim, busco a partir daqui empreender uma reflexão sobre os discos promocionais lançados entre as décadas de 1970 e 1980 e suas relevâncias para a projeção das obras musicais vinculadas ao artista Fagner. Para tanto, é necessário compreender inicialmente que a arte musical passou por significativas transformações desde o advento do som gravado, adequando-se a modelos que passaram a ser sistematicamente aperfeiçoados pela indústria fonográfica⁵. De igual maneira, as formas empregadas para a popularização dos fonogramas⁶ tiveram como base os veículos midiáticos – em especial as emissoras de rádio e televisão. Assim, as execuções de fonogramas nesses canais justificaram no período a popularização dos seus artistas intérpretes e a atração do público consumidor em potencial sobre os lançamentos dessa indústria no mercado de discos.

No interior dessa realidade e considerando a função utilitarista desses veículos populares, a indústria nacional de discos desenvolveu gradualmente mecanismos que visavam potencializar o acesso cada vez maior do público sobre seus lançamentos, fazendo assim um convite ao consumo especialmente àqueles ouvintes que acompanhavam as programações das emissoras de rádio. Para tanto, as gravadoras lançavam periodicamente aquilo que ficou conhecido como *discos promocionais* que tinham como conteúdo aquelas músicas que tais empresas desejavam publicizar – e que são popularmente conhecidas como “música de trabalho” ou “carro chefe” de determinado *Long Play* (LP).

Por ser uma prática popularizada nas ocasiões de lançamentos de novos produtos no mercado, é preciso que se diga que tal prática não se generalizava em todos os casos de lançamentos. No entanto, é sabido que nas situações em que ocorriam, tal medida promocional surtia significativo efeito, especialmente nas carreiras daqueles que estavam se inserindo no universo profissional da música.

⁵ A exemplo disso, destaco a necessidade da indústria fonográfica de padronizar a música gravada dentro de um modelo que possua início, meio e fim muito bem delimitado, que apresenta uma duração por vezes convencionalizada – cerca de dois a cinco minutos de gravação por faixa –, e que contenha versos e refrões de fácil assimilação pelo público ouvinte.

⁶ Como aponta Napolitano (2008, p. 271), deve-se compreender “fonograma” como uma forma de “veículo técnico” pelo qual a música é registrada e executada. Assim, discos, fitas, videoclipes são englobados nessa categoria.

Isto posto, dedico-me a partir daqui a compreender essa forma de promoção empregada pelas gravadoras sobre seus artistas, e para tanto, seleciono o caso particular de Fagner para fins de delimitar a reflexão que busco levar a efeito.

Os discos promocionais como ferramenta potencializadora da projeção de artistas: o caso de Raimundo Fagner

Surgido no cenário da MPB nos primeiros anos da década de 1970, Fagner lançou em 1973 *Manera Fru Fru Manera* (FAGNER, 1973), seu primeiro LP de carreira na ocasião em que adquiriu contrato com a gravadora Phonogram. Encarado como alguém dotado de potencial para proporcionar bons retornos financeiros para a sua gravadora contratante, ele surgiu publicamente cercado de boa promoção fornecida pela mesma, de maneira que “Havia se tornado do dia para a noite a menina dos olhos da gravadora.” (CABRAL, 1973, p. 3).

Por assim ser visto, Fagner alcançou de imediato o prestígio tanto da Phonogram como de alguns de seus principais contratados no período e que lhe serviram de “padrinhos”⁷, o que concorreu para a valorização de sua obra entre os críticos musicais e demais profissionais aplicados nas atividades musicais de natureza profissional. Disso resultou o seu lançamento como artista em 1973 através de *Manera Fru Fru Manera* e que contou para isso com o recurso do disco profissional para favorecer sua projeção entre os consumidores em potencial. Assim, a gravadora distribuiu entre várias emissoras de rádio o disco promocional *Essas Pessoas Têm Um Recado Muito Importante Para Você* (VÁRIOS, 1973) a fim de ser divulgado por esse canal o seu lançamento como artista estreante.

O jovem cearense acaba de lançar seu 1º Lp, “Manera, Fru Fru, Manera”, e, como todo lançamento, vem acompanhado ou precedido de um esquema promocional: a gravadora optou pelos depoimentos de seis pessoas ligadas particularmente ou profissionalmente ao artista, que endossaram seu trabalho. Esse apanhado de opiniões faz parte de um disco distribuído

⁷ Quanto à noção de “apadrinhamento”, deve-se entender por prática bastante comum no meio artístico do período e que consiste no apoio a artistas iniciantes através do prestígio daqueles já consolidados na mídia e no ambiente artístico. Tal prática teve uma dimensão profunda no percurso profissional de Fagner, uma vez que se pode falar de um apadrinhamento coletivo, no qual diversos artistas avalizaram o seu primeiro trabalho fonográfico. No entanto, a força valorativa do apadrinhamento empregada sobre sua carreira emergente gerou certos transtornos para o mesmo, que passou a ser visto mais como alguém favorecido pela opinião de seus pares do que um criador de arte de valor, e um dos motivos para esse tipo de compreensão foi justamente a divulgação do disco promocional que objetivava informar os ouvintes das rádios sobre o lançamento de seu primeiro LP. Sobre essa afirmação: “Preparando o lançamento do LP, Fagner fez um compacto em que apareciam depoimentos de várias pessoas amigas sobre o compositor, dando a impressão de que contava com muitos e fortes padrinhos. Criou-se um mal entendido que ele gostaria de esclarecer: - É que estão começando a relacionar tudo o que eu fiz e consegui em função das pessoas” (O REPERTÓRIO vivido do cearense Fagner, 1973, p. 14).

simultaneamente com o Lp, às rádios e disc-jóqueis de todo o Brasil. (FAGNER lança primeiro Lp com depoimentos de Chico, 1973, p. 5).

Está sendo lançado com uma grande cobertura da gravadora. Num compacto promocional, a “Phonogram” distribuiu depoimentos de Chico Buarque, Nara Leão, Marília Pêra, Bôscoli e outros, falando de Fagner. Realmente o artista merece. (Um cearense chamado Fagner, 1973, p. 1).

Divulgado na ocasião de seu ingresso enquanto profissional atuante no ambiente da MPB, o referido disco, simples no acabamento gráfico de sua capa – um fundo branco com os nomes das pessoas que registraram os elogios ao artista estreante em letras datilografadas, seguido do convite *Têm um recado importante para você...* - trouxe trechos de seis das doze faixas do seu primeiro LP, precedidas de um conjunto de seis depoimentos de caráter valorativo tanto sobre o artista como sua obra em divulgação. Assim, o lado A trouxe os depoimentos de 1) Ronaldo Bôscoli; 2) Afonsinho; 3) Marília Pêra; e no lado B: 1) Chico Buarque; 2) Erasmo Carlos; 3) Nara Leão⁸.

Nesse sentido, ao objetivar o uso do rádio para a difusão desse produto, o que a Phonogram almejou foi o estabelecimento de uma comunicação direta com o público ouvinte de rádio, visando assim despertar nos mesmos o interesse sobre as músicas desse novo artista cearense, justificando para tanto a produção desse disco promocional que continha os “[...] depoimentos gravados de alguns dos já então grandes nomes da MPB, que apresentavam o novo artista para o público específico ao qual se destinava o seu trabalho.” (MORELLI, 2009, p. 77). Como exemplo, destaco a seguir o depoimento valorativo de Erasmo Carlos sobre a obra de Fagner:

Alô pessoal, aqui fala o Erasmo Carlos. Eu queria falar um pouquinho do Fagner, dizer que eu acho ele um cara super da pesada, acho ele gente muito boa. Gravou uma musica, é... Uma versão de minha autoria que eu fiquei muito satisfeito com o colorido todo novo, a roupagem aí que ele deu, não é? E eu queria avalizar, assim, embaixo de onde vir uma assinatura do Fagner eu quero que venha a minha logo embaixo. Eu acho que vocês vão gostar porque ele tá sabendo de tudo. (CARLOS, 1973, lado B, faixa 2).

A partir da fala de Erasmo Carlos, tido na época como um dos principais expoentes da música brasileira em razão de suas contribuições para o grande sucesso da Jovem Guarda na década anterior, é possível dimensionar as intencionalidades da empresa Phonogram em

⁸ As canções que acompanham cada depoimento gravado são, respectivamente aos sujeitos anteriormente citados: lado A, faixa 1 - *O Último Pau de Arara* (Venâncio / Corumbá / J. Guimarães); faixa 2 - *Manera Fru Fru Manera* (Raimundo Fagner / Ricardo Bezerra); faixa 3 - *Moto 1* (Raimundo Fagner / Belchior). Lado B, faixa 1 - *Mucuripe* (Raimundo Fagner / Belchior); faixa 2 - *Nasci Para Chorar* (Dion / Dimucci - versão Erasmo Carlos); faixa 3 - *Pé de Sonhos* (Petrúcio Maia / Brandão).

produzir e distribuir tal conteúdo entre as rádios, de maneira que a fala de alguém dotado de fama sobre a carreira de um artista então desconhecido dos ouvintes certamente serviu enquanto estratégia de impulsionar a popularidade do mesmo, gerando como consequência a venda de seu primeiro disco e a arrecadação de lucros advindos dos investimentos realizados pela gravadora sobre aquele artista novato que se aventurava nos primeiros passos de sua profissionalização na área musical. Por outro lado, é importante destacar que o caso particular do depoimento elogioso de Erasmo para Fagner também aponta para uma vantagem de outra ordem e que consiste no benefício do retorno financeiro que a regravação de sua canção lhe proporcionaria.

Outra figura de destaque no mundo dos espetáculos musicais do período – Ronaldo Bôscoli, famoso produtor musical e fortemente vinculado àquela geração de artistas que promoveram a Bossa Nova no país – também contribuiu para a promoção do novo disco de Fagner nas rádios através do disco promocional em questão. Na gravação registrada, ele fala mais diretamente sobre o artista e o talento em potencial que ele enxerga em seu “afilhado”.

Dizer o quê de Fagner? Que eu sou padrinho de Fagner? Sim, eu realmente sou. Conheci Fagner nos bastidores do teatro, Elis estava ensaiando o espetáculo dela, ouvi as músicas de Fagner, fiquei fascinado por Fagner, mais talvez por ele mesmo do que pelas próprias músicas. Depois é que acabei descobrindo o enorme talento que ele tem e só os de má fé, os míopes não percebem que o talento do Fagner transborda, poreja. Ele tem uma vantagem terrível que é deslocar a geografia do Brasil musical. Ele provou que o Brasil não acaba na Bahia como muita gente pretende, muitos deslumbrados pretendem. O Brasil começa no sul e acaba no norte. Agora ele tem uma coisa perigosa que é muito, muita confiança em si próprio, que pode ser uma arma de dois gumes: a confiança em si próprio é própria dos futuros ídolos, mas é própria dos futuros crucificados. Eu espero que o Fagner seja um ídolo antes de ser crucificado e tenho confiança no meu afilhado, que afinal de contas o bicho tem um metro e noventa de corpo fechado e alma muito aberta. (BÔSCOLI, 1973, lado A, faixa 1).

No caso do depoimento de Ronaldo Bôscoli, o elogio alcança outro nível quando aponta para o que ele entende como surgimento de um novo ídolo na MPB capaz de trazer renovações positivas – principalmente considerando que no período isso era uma das principais preocupações no mundo dos espetáculos, fosse entre os dirigentes de gravadoras ou entre os críticos musicais, em especial por conta do encerramento do que se entende por “fim do ciclo dos festivais” (MELLO, 2003). Nesse sentido, Bôscoli já introduz sua fala colocando-se como padrinho daquele artista que, pela potencialidade de seu talento, possibilitou dar a conhecer um lado musical desconhecido no Brasil, uma música resultante de tradições culturais tão diferentes daqueles gêneros musicais já afamados no eixo Rio-São

Paulo ou que se desdobraram da atuação dos tropicalistas, os quais são preponderantemente originários da Bahia.

Assim, a estratégia comercial adotada pela gravadora Phonogram através do Compacto promocional *Essas Pessoas Têm Um Recado Muito Importante Para Você* revela em grande medida a mentalidade empresarial empregada por esta transnacional do setor fonográfico e que visava fortalecer seu elenco de artistas estreantes no Brasil, em pleno crescimento durante o que se conhece por ciclos dos festivais – entre a segunda metade da década de 1960 e primeira de 1970 – e que posteriormente enfrentou a recessão nesse setor produtivo causada pela crise do petróleo entre os anos de 1973 e 1974. Nesse processo, a divulgação de um trabalho fonográfico, seja através do trabalho de críticos musicais na imprensa ou de execuções radiofônicas de lançamentos, era de fundamental importância para as empresas que investiam na inserção de novos sujeitos no mercado musical nacional. E foi estes caminhos que a gravadora Phonogram escolheu para lançar o disco de Fagner comercialmente e inseri-lo no ambiente profissional da MPB, com o diferencial da potencialidade que os elogios de pessoas públicas sobre sua personalidade e obra artística poderiam trazer de positivo para este e, principalmente, para a empresa, em termos comerciais.

Portanto, no caso particular de Fagner, que contou com a produção pela sua primeira gravadora contratante de um Compacto com depoimentos em favor de seu trabalho, isto certamente é potencializado, principalmente quando se leva em consideração o status do artista de “desconhecido” entre o público consumidor de músicas. Sobre isso, “Maggy Tocantins, divulgadora da Phonogram, diz que, depois de uma reunião na companhia, ficou decidido que *esta seria a melhor maneira de se conhecer o artista e, ao mesmo tempo, homenagear seu talento indiscutível*” (FAGNER lança primeiro Lp com depoimentos de Chico, 1973, p. 5, grifo meu).

Tendo em vista a somatória desses meios de divulgação – imprensa, músicas e depoimentos elogiosos veiculados nas rádios – compreende-se que Fagner foi bem recebido no ambiente musical do Brasil de então. Sem adentrar nas especificidades posteriores de sua carreira em contexto com a desaceleração do crescimento do mercado musical no Brasil, principalmente em decorrência dos temores gerados pelo impacto econômico vivenciado durante a crise do petróleo, o que pode ser observado é que o crescimento paulatino de Fagner enquanto artista no interior da MPB chegou a determinado ponto em que não se fazia mais necessário a intervenção de sujeitos de prestígio para validarem sua arte musical, tornando-se

o próprio Fagner, através dos sucessos que passou a emplacar no mercado de discos, figura capaz de se autopromover entre os seus ouvintes e consumidores em potencial.

Assim, se no presente caso o disco promocional tratou-se de uma ferramenta de popularização de um artista estreante, exponho a seguir a natureza do disco promocional lançado nove anos depois pela gravadora CBS intitulado *Um Papo Com Fagner* (CBS, 1982) que, como sugere a denominação, possui como conteúdo central uma entrevista com o artista na qual ele fala de sua carreira e de suas principais realizações no período.

Antes de adentrar na análise dessa ferramenta promocional, importa contextualizar que nessa altura da carreira de Fagner, o mesmo já havia se projetado nacionalmente como artista de sucesso, em especial após o grande êxito radiofônico da canção *Revelação*, lançada em 1978 no seu LP *Quem Viver Chorará* (CLODO; CLÉSIO, 1978, lado A, faixa 1), experimentando assim crescentes níveis de popularização⁹ até o momento da distribuição do disco promocional *Um Papo com Fagner* entre as emissoras de rádio. Portanto, trata-se de uma fase profissional totalmente distinta daquela vivenciada em 1973 e marcada pela insegurança e incertezas que uma carreira inicial possui.

Em 1982, o nome de Fagner já era aclamado entre o grande público, sendo conhecido tanto em seu país como no plano internacional. Daí, a divulgação do disco *Um Papo Com Fagner* está atrelado a essa realidade profissional e à lógica de mercado da indústria fonográfica, de maneira que já não são mais os seus “padrinhos” que falam por ele, endossando sua carreira, mas sim o próprio que, já famoso, dá a conhecer aos ouvintes sobre suas principais realizações, seus projetos profissionais e artísticos, além de promover o lançamento de seu LP programado para o período, intitulado *Sorriso Novo* (FAGNER, 1982)¹⁰.

Com essa distinção em relação ao disco *Essas Pessoas Têm Um Recado Muito Importante Para Você* – que por sua vez sugere que há um grupo de pessoas dispostas a transmitir mensagens pessoais sobre a carreira de Fagner – o disco *Um Papo Com Fagner*

⁹ Após a exitosa popularização da canção *Revelação*, Fagner ainda experimentou outros grandes sucessos de sua carreira, como a música *Noturno* – incluída na trilha sonora de abertura da telenovela *Coração Alado*, exibida pela TV Globo entre 1980 e 1981 (GRACO; SILVIO, 1980, lado B, faixa 7) –, e *Fanatismo* (FAGNER; ESPANCA, 1981, lado A, faixa 1), faixa musical que abre o seu LP *Traduzir-se*, lançado em 1981 e que foi um estrondoso sucesso no período segundo o NOPEM – empresa especializada em pesquisas de mercado – ficando este LP em 2º lugar entre os produtos fonográficos mais vendidos de 1982 (NOPEM Pesquisas de Mercado, 1982) – não superando apenas o disco de Roberto Carlos que, como se sabe, foi durante muitos anos o artista que teve seus discos entre os mais adquiridos pelo público consumidor do país.

¹⁰ Gravado em Nova Iorque (EUA), o LP *Sorriso Novo* foi sucesso de vendas, alcançando, segundo o jornal *O Fluminense*, o número de 400 mil cópias vendidas antes do lançamento oficial, de maneira que “Poucos são os artistas que conseguem ganhar um Disco de Platina no dia do lançamento de um novo álbum” (RABELLO, 1982, p. 2).

configura-se enquanto instrumento promocional atrelado à lógica comercial da indústria fonográfica – em especial da gravadora CBS – e que usa para esse fim o próprio artista, já dotado de prestígio e que pode, portanto, falar sobre sua própria carreira sem a necessidade do crédito de terceiros.

Um aspecto curioso desse produto é o seu formato e sua maneira particular de operação: trata-se de um conjunto de respostas gravadas fornecidas pelo artista sobre perguntas não registradas em áudio, mas que se encontram transcritas na contracapa do LP. Assim, o objetivo do produto era simular uma entrevista com o artista, de maneira que muito provavelmente vários radialistas dos mais diversos recantos do país devem ter lido essas perguntas em seus programas e executado em seguida as respostas gravadas por Fagner, transmitindo para seus ouvintes a sensação de que o artista estava sendo entrevistado presencialmente no estúdio. Sobre essa forma de operação do LP *Um Papo Com Fagner*, a gravadora CBS publicou na contracapa do mesmo um texto explicativo acerca da funcionalidade do LP e o emprego que o mesmo podia ter pelos *disc-jóqueis*¹¹.

Caro amigo disc-jóquei: Em virtude dos inúmeros compromissos profissionais e das constantes viagens, que lhe deixam pouco tempo livre, nosso artista Fagner não tem podido atender a todas as solicitações para visitas às emissoras de rádio, para entrevistas, enfim, para um contato mais direto com os comunicadores. *Com a intenção de preencher essa lacuna e dar a você mais condições para a realização de um trabalho dinâmico em seu programa, a CBS está lhe enviando esta entrevista gravada com Fagner no início de outubro.* Num papo gostoso, Fagner fala de seu trabalho como artista, comenta as músicas de seu último disco, fala de seus planos para o futuro e, ainda, dá suas opiniões sobre política e futebol. *Na fita, encontram-se gravadas apenas as respostas. As perguntas seguem abaixo, para que você mesmo possa formulá-las. Esperamos que esta colaboração da CBS lhe seja útil e oportuna.* (CBS, 1982, grifos meus).

Ainda na contracapa se encontram dezenove perguntas transcritas e em seguida a indicação do tempo de duração das respostas gravadas – que variam entre dez segundos e dois minutos e vinte e quatro segundos. Outro dado relevante dessa ferramenta promocional é as sugestões que a CBS faz para a execução do mesmo, a saber: “1 – a entrevista foi feita sem fundo musical, que fica a critério do Disc-Jóquei. 2 – as perguntas 14, 15, 16 e 17 foram formuladas especialmente para abertura de execução completa das respectivas músicas” (*Ibidem*).

¹¹ Ao falar de *disc-jóqueis* (DJs), a CBS se refere aos radialistas que apresentavam programas musicais naqueles formatos até hoje comuns, no qual os ouvintes ligam para a emissora e fazem pedidos de execuções musicais.

Com essas recomendações, se observa em primeiro lugar a sugestão de possibilidades de incrementar a execução radiofônica das respostas, de maneira que o “entrevistador” poderia optar por incluir um fundo musical – e que poderia ser, de preferência, músicas do recém-lançado LP do artista –, e isso se relaciona diretamente com a segunda recomendação: No que diz respeito às perguntas 14 à 17, há uma orientação mais incisiva que sugere ao *disc-jôquei* que as mesmas devem ser formuladas antes da execução das músicas que são assunto das referidas perguntas, a saber: *Qualquer Música; Tudo é Verdade; Fumo; Tortura e Sambalatina*, todas elas contidas no lado A do LP *Sorriso Novo*. Trata-se, pois, de um recurso empregado pelas gravadoras – tanto a CBS como a Phonogram, esta última ao vincular a aqueles elogios gravados no Compacto trechos do primeiro disco de Fagner – para promover não só o LP em geral, mas também músicas específicas.

É perceptível nesses dois discos promocionais aspectos que se assemelham e se distinguem um do outro, de maneira que ao mesmo tempo que se conclui que ambos tem uma finalidade em comum, justificada na promoção do lançamento de produtos fonográficos recém-lançados no mercado – *Manera Fru Fru Manera*, em 1973 e *Sorriso Novo*, em 1982 – há também aspectos que os distinguem, pois que se aquele lançado em 1973 objetivava dar a conhecer sobre o trabalho de um artista em processo de inserção no ramo profissional da música e que para tanto precisava de opiniões emitidas por sujeitos atuantes em vários campos da arte que avalizassem seu trabalho, o segundo intenciona promover determinado produto usando para tanto o próprio artista já revestido de fama, e que o fato de ele mesmo falar de si e de seu trabalho acaba por ser mais interessante para o projeto comercial da gravadora, dada a satisfação da curiosidade que os fãs alcançam sobre esses aspectos particulares de sua vida e que são narrados pelo próprio.

Conclusão

Por isso, estabelecer uma leitura analítica sobre esses discos enquanto fontes históricas é muito útil para refletir criticamente acerca não só dos métodos empresariais empregados pela indústria fonográfica a respeito dos modos adotados para a promoção de novos produtos no mercado de discos, mas também para refletir criticamente sobre a relação de imbricamento entre este setor produtivo e os processos de criação e produção de arte, especificamente a arte musical. A reflexão sobre esses discos na qualidade de fontes históricas em muito contribui para a atividade do historiador e sua produção historiográfica, principalmente quando se considera essas fontes enquanto manancial para a construção das versões que o historiador dá para determinados fatos baseados em suas apreciações críticas,

como aponta Carr (2006, p. 52): “Os fatos, mesmo se encontrados em documentos, ou não, ainda tem de ser processados pelo historiador, antes que se possa fazer qualquer uso deles.”

Tendo em vista o que foi exposto pelo autor, é preciso que se diga que a metodologia da História Cultural passou a contribuir significativamente no que diz respeito à leitura crítica sobre aquilo que é acessado diretamente do passado, pois que, embora tais vestígios se manifestem no presente, o historiador não está em posição de constatar plenamente acerca dos fatos por ele estudado, ocupando nesse panorama a condição de investigador que visa a reconstrução sobre dado acontecimento (BLOCH, 2001). E é justamente por essa impossibilidade de acessar o passado senão através dos vestígios originários do mesmo que as fontes históricas em suas pluralidades tem assumido papel indispensável no fazer historiográfico.

Firmado nesse entendimento, é preciso ter em vista que o acúmulo de informações originárias dos tempos decorridos por si só nada tem a dizer a menos que o historiador se debruce sobre o mesmo e os questione, indague sobre as informações acessadas nos documentos e estabeleça uma leitura crítica sobre o que é informado por esses vestígios em combinação com o que é conhecido sobre o seu tempo de produção, uma vez que em se tratando da análise sobre documentos “[...] é o historiador que indaga e que, a partir disso, fará o texto ‘falar’” (PESAVENTO, 1999, p. 11-12), visto que “[...] os textos e os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los.” (BLOCH, 2001, p. 79). Este certamente é um passo fundamental para a leitura crítica sobre os vestígios do passado e para escapar, por conseguinte, da “tentação a que o historiador cultural não deve sucumbir”, que “[...] é a de tratar os textos e as imagens de um certo período como espelhos, reflexos não problemáticos de seu tempo.” (BURKE, 2005, p. 32-33).

Por tudo isso, a análise reflexiva sobre os discos promocionais fornecem subsídios para alcançar maior compreensão não somente sobre a carreira de determinado artista em suas mais variadas especificidades, mas também da própria indústria fonográfica e sua mentalidade empresarial, em virtude de suas intencionalidades firmadas nos objetivos de popularizar determinado artista e obra vinculados à sua cadeia de produção fonográfica, de modo que tais ferramentas de caráter promocional e seus usos justificam sua própria idealização nos métodos comerciais empregados por este setor produtivo.

Fontes utilizadas

A VEZ da cigarra. **Veja**. São Paulo: 19 set. 1979.

CABRAL, Luís Carlos. Fagner de olhos espantados. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro: 22 maio 1973. Caderno 2.

CARLOS, Erasmo. Depoimento. In.: VÁRIOS. **Essas pessoas têm um recado importante para vocês**. Rio de Janeiro: Philips/Phonogram, p1973. 1 disco sonoro (Compacto Duplo).

CBS. **Um Papo com Fagner**. Rio de Janeiro: CBS, p1982. 1 disco sonoro (Long Play).

CLODO; CLÉSIO. Revelação. Intérprete: Fagner. In.: FAGNER, Raimundo. **Quem Viver Chorará**. São Paulo: CBS, p1978. 1 disco sonoro (Long Play). Lado A, faixa 1.

FAGNER lança primeiro Lp com depoimentos de Chico. **O Globo**. Rio de Janeiro, 19 maio 1973. Geral.

FAGNER, Raimundo. **O Último Pau de Arara - Manera Fru Fru Manera**. Rio de Janeiro: Philips/Phonogram, p1973. 1 disco sonoro (Long Play).

FAGNER, Raimundo. **Sorriso Novo**. Rio de Janeiro: CBS, 1982. 1 disco sonoro (Long Play).

FAGNER; ESPANCA, Florbela. Fanatismo. Intérprete: Fagner. In.: FAGNER, Raimundo. **Traduzir-se**. Rio de Janeiro: CBS, p1981b. 1 disco sonoro (Long Play). Lado A, faixa 1.

GRACO; SILVIO, Caio. Noturno. Intérprete: Fagner. In.: VÁRIOS, **Trilha Sonora Original da Novela Coração Alado** – Nacional. Rio de Janeiro: Som Livre, 1980. Lado B, faixa 7.

NOPEM Pesquisas de Mercado. **Os 50 mais vendidos (L.P, C.S e C.D) do ano de 1982**. Rio de Janeiro: Nopem, 1982.

O REPERTÓRIO vivido do cearense Fagner. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro: 3 jun. 1973, p. 14. Caderno B.

RABELLO, Victor. Fagner: imprevisível e inovador. **O Fluminense**. Rio de Janeiro: 24-25 out. 1982, p. 2. Encontro.

UM CEARENSE chamado Fagner. **Diário de Pernambuco**. Recife: 21 maio 1973, p. 1. Terceiro Caderno.

VÁRIOS. **Essas pessoas têm um recado importante para vocês**. Rio de Janeiro: Philips/Phonogram, p1973. 1 disco sonoro (Compacto Duplo).

YES, nós temos cultura. **Veja**. São Paulo: 20 jul. 1977.

Referências Bibliográficas

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?**. Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CARR, Edward Hallet. **Que é História?** 9ª ed. Trad. Lúcia Maurício de Alvarenga. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

DIAS, Márcia Tosta. **Os donos da voz: indústria fonográfica e mundialização da cultura**. São Paulo: Boitempo, 2000.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2011.

GADAMER, Hans-Georg. Problemas Epistemológicos das Ciências Humanas. In: FRUCHON, Pierre. (org.) **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MELLO, Zuza Homem de. **A Era dos Festivais**: Uma parábola. São Paulo: Ed. 34, 2003.

MORELLI, Rita de Cássia Lahoz. **Indústria Fonográfica**: Um estudo antropológico. 2ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

NAPOLITANO, Marcos. A História depois do papel. In.: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Um estudo sobre a violência contra a mulher a partir de narrativas de réus julgados no Juizado da Violência Doméstica da comarca de Pelotas-RS (2011-2018)

Elisiane Medeiros Chaves, Universidade Federal de Pelotas¹

Resumo

Este artigo diz respeito a uma pesquisa que foi realizada junto ao Mestrado em História da Universidade Federal de Pelotas, entre os anos de 2016 e 2018, cujo tema é a violência contra a mulher nos dias atuais, a qual ainda é bastante frequente mesmo diante do fato de que a sociedade não a tolera mais e que existem leis que a proíbem e que punem os agressores. A metodologia utilizada foi a História oral temática e foram entrevistados 18 réus que estavam sendo julgados pelo Juizado da Violência Doméstica da Comarca de Pelotas, a fim de buscar conhecer suas versões sobre as situações de violência que os envolviam. O artigo é sobre a parte da dissertação referente à análise realizada a partir das entrevistas que foram produzidas com os réus, nas quais eles falaram sobre diferentes assuntos, tais como violência, machismo, culpa da mulher, álcool, depressão, a não aceitação da separação, entre outros.

Palavras-chave: Violência contra mulher, gênero, masculinidades.

Abstract

This article is about a research that was carried out between 2016 and 2018, as a result of the Masters in History of the Federal University of Pelotas., It goes on the violence against women nowadays, which is still quite frequent even if society does not tolerate it anymore, and there are laws prohibiting it and punishing aggressors. The methodology used was thematic Oral History, interviewing 18 defendants who were being tried by the Domestic Violence Court of the county of Pelotas, in order to know their versions about the situations of violence that involved them. The article consists of part of the dissertation on the analysis made about the interviews done with the defendants, in which they spoke about different subjects, such as violence, machismo, woman's guilt, alcohol, depression, not acceptance of separation, among others.

Keywords: Violence against women, genre, masculinities.

Introdução

O presente artigo é um recorte da minha dissertação de mestrado em História, a qual foi realizada junto à Universidade Federal de Pelotas e defendida em abril de 2018. O tema do estudo versa sobre a violência contra a mulher e tem por título “[...] eu quebrei a pau, chutei, arroxeei os dois olhos, eu gostava tanto dela, não era pra ter feito aquilo comigo”: narrativas de réus julgados por violência doméstica na comarca de Pelotas-RS (2011-2018). A partir da metodologia da História oral, entrevistei 18 réus de ações penais que tramitavam no Juizado da Violência Doméstica (com a autorização prévia do juiz responsável), na comarca de

¹ Possui graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas (2015). Mestrado pela Universidade Federal de Pelotas (2018). A dissertação foi orientada pela professora Dra. Lorena Almeida Gill, associada da Universidade Federal de Pelotas.

Pelotas, com a finalidade de conhecer e analisar suas visões em relação a gênero e sobre as situações de violência que aconteceram entre eles e as suas companheiras. As análises realizadas dizem respeito unicamente a relacionamentos conjugais oficiais e de união estável.

Todos os réus eram atendidos pela Defensoria Pública do Estado, tendo sido uma escolha minha fazer o trabalho apenas com esses indivíduos, entretanto, é necessário deixar bem claro que a violência contra a mulher ocorre de forma difusa na sociedade, ou seja, ela ocorre em todas as classes sociais. Os crimes sob os quais foram denunciados eram lesões corporais, cárcere privado e ameaças. Coletei informações nos processos judiciais de cada indivíduo que entrevistei e como as ações penais tramitavam sob sigilo processual (segredo de justiça), utilizei o anonimato e identifiquei os réus com nomes fictícios, não sendo possível, portanto, especificar dados referentes aos réus e nem aos seus respectivos processos.

Em relação ao recorte temporal, o estudo é relacionado à História do Tempo Presente, já que foram analisados processos contemporâneos à realização da pesquisa e também porque convivi, no mesmo período histórico, com os autores das falas que foram produzidas nas entrevistas. O período trabalhado é compreendido entre 2011, em vista de que havia nos processos judiciais, inquéritos policiais que datavam desse ano, e 2018 porque na data da defesa da dissertação, ainda havia uma ação penal em andamento. Delgado e Ferreira (2013) entendem que o tempo presente se refere a um passado atual ou em permanente processo de atualização.

Para realizar o trabalho de interpretação das narrativas, estabeleci alguns elementos significativos que nelas observei (nessa tarefa também utilizei dados dos processos judiciais). Informo que o capítulo da dissertação é mais amplo e que as análises que seguem no presente artigo são um recorte do mesmo.

Eu não fiz nada – a culpa foi dela

Observei que, com certa frequência nas narrativas, a maioria dos réus negou as acusações e ainda demonstravam indignação por serem considerados criminosos e estarem sendo processados. Também houve aqueles que até admitiram que foram violentos, mas alegaram que agiram em resposta a atitudes ou a agressões anteriores feitas pelas companheiras. Ou seja, segundo eles, a culpa pela existência de atos de violência e posteriormente de ações penais, prisões e separações, era das vítimas.

Ademir negou veementemente ser uma pessoa violenta, disse que apenas se defendeu no dia do episódio que o fez ser preso, no qual o cunhado da vítima (marido da irmã dela)

interferiu na briga e depois os dois foram para a delegacia inventar mentiras sobre o réu.

Ademir culpabilizou a esposa e ainda se vitimou, dizendo apenas que:

[...] nós se demos bem, não brigamos nem nada [...] a briga foi com ele, ela foi apartar, mas aí ele agarrou e pegou e levou ela na delegacia e inventaram um monte de coisa. Eu não briguei com ninguém [...] não sou violento com ninguém, só me defendi.

Iago era muito ciumento e chegava ao ponto de ofender moralmente a companheira. Ela optou pela separação, mas ele passou a persegui-la continuando com as ofensas. Para **Iago**, foram as atitudes dela que motivaram o comportamento dele, afinal ela tinha que se dar ao respeito:

[...] realmente eu fui nela, fui conversar com ela, só que até então eu não sabia que tinha protetiva [...] eu fui atrás dela tenta conversar [...] ela ficou com medo de mim [...] foi por problema só de ciúme um do outro, não havia confiança por parte dela e não havia confiança por parte de mim. Deu problema de eu ver coisas dela, de falar com outro homem, mas não falou comigo, eu acho que foi traição nesse caso.

Renato até admitiu que era violento, mas justificou que só agia assim para se defender, porque segundo ele, as brigas partiam sempre da ex companheira, a qual inclusive já tinha lhe causado graves lesões:

[...] no início, foi uma companheira muito boa no primeiro ano, antes de eu pegar caminhão, depois que eu comecei a viajar ela começou a se sentir liberta, sozinha, e eu chegava de viagem e ela só queria brigar, queria discutir e sempre me agrediu, me deu uma facada aqui na testa, tentou furar meu olho, me deu uma na barriga.

Ele também disse que: “[...] sempre quem saiu lesado fui eu, nunca encostei um dedo nela, se tu puxa o processo, puxa nossos nomes ali, vai vê varias passagens de ameaça, tudo ameaça minha, tudo verbal, nunca encostei um dedo nela, só ameaça verbal”.

Para **Renato**, as ameaças de morte que ele fazia não eram para serem levadas a sério, afinal não passavam de palavras que ele verbalizava. Para ele, a violência real era cometida pela ex-companheira que era quem de fato agredia e causava lesões ao corpo dele, sem que ele merecesse, afinal trabalhava e sustentava a casa e devia ser digno do respeito que ela não demonstrava ter por ele.

Jorge alegou que a ex-companheira sempre brigava com ele porque queria se impor dentro da casa que era dela e que ele somente se defendia. Considera que xingar não é uma forma de violência:

[...] nunca, nunca, nunca, posso até falar, xingar ela em palavras, ficar brabo em palavras [...] mas de pega e agredir ela nunca, só se ela viesse me agredir, me dá um soco, aí vô eu pega e empurra ela, mas pega e eu agredir ela, nunca na minha vida.

Artur narrou que perseguiu e ameaçou matar a ex-namorada porque ela o traiu, ou seja, para ele, também foi ela a causadora do que ele fez:

[...] ela era minha bonequinha, bonita, nova, bem mais nova do que eu [...] moro um ano comigo, já tinha envolvido sentimento, eu era ciumento [...] tava tudo normal até a mãe dela aparece e ela começa a sair [...] ela dava banda com as amiguinhas, aí eu fiquei sabendo duma traição, [...] fiquei louco, não agredi ela por pouco, porque realmente eu tava gostando tanto dela, tinha vontade até de mata, sinceramente. [...] Qual é a pessoa traída que não tem vontade de agredir na hora? Ainda mais se tiver envolvido sentimento.

Artur também relatou sobre um relacionamento que teve quando era menor de idade, no qual agrediu a ex namorada por suspeitar que ela o tivesse traído, sendo que nesse caso, ele não ameaçou, mas efetivamente agrediu fisicamente a vítima e também justificou que bateu porque ela fez algo errado, segundo o julgamento dele:

[...] quando eu era menor eu tinha uma namorada, ela me traiu eu quebrei ela a pau, tive dois processos em cima de mim [...] ah, tá louco, eu era doente por aquela guria [...] ela foi pra um baile pra fora, ela e uma amiga dela, aí eu me chapei, fiquei louco [...] fui pra lancheria comecei a tomar. [...] No momento que ela chegou, deu, quebrei a pau, ali eu quebrei a pau, chutei, arroxeei os dois olhos, eu gostava tanto dela, não era pra ter feito aquilo comigo, ali eu perdi a razão [...] não sei se ela ficou com alguém ou não [...] bati até na amiga dela, bati nas duas. [...] Bati duas vezes nela, uma vez por ciúmes, outra por traição. Uma traição acho que é a pior coisa que tem no mundo.

A parte sublinhada na narrativa de **Artur** é a que compõe o título da dissertação e foi escolhida, por conter tanto uma agressão brutal à vítima, quanto por conter uma declaração de que o réu gostava dela e mesmo assim a agrediu porque ela lhe “deu motivo”, o que observei que, de uma maneira geral, faz parte das narrativas da maioria dos réus que bateram nas vítimas porque, segundo eles próprios, elas fizeram algo que eles não gostaram.

Com base nas narrativas apresentadas foi possível observar que há autores de violência que pensam que perseguir, xingar e ameaçar não são atos violentos, ou que ao menos não são formas graves. Talvez essa possa ser uma maneira de relativizarem seus atos, minimizando-os, seja porque nisso realmente acreditam ou porque têm vergonha de admitir que são abusadores.

A negativa em reconhecer seus crimes também pode ser atribuída ao desconhecimento, ao descaso ou a uma interpretação errônea da Lei Maria da Penha, uma vez que a legislação é bem clara ao definir que esses atos também são uma forma de violência, qual seja, a psicológica, e que a mesma é passível de condenação.

Muito embora a lei sirva como instrumento para puni-los, muitos homens podem ter dificuldades para responsabilizarem a si próprios e por isso negam que agiram violentamente contra uma mulher, especialmente porque apesar da violência masculina já ter sido aceita socialmente, atualmente, ela não é mais. Socialmente fica difícil para um homem expressar que ainda comete esses atos, embora intimamente ou até mesmo em determinados grupos de convívio, possa se vangloriar disso.

Os réus, além de não considerarem seus atos abusivos, ainda enxergavam como mais grave, em comparação com suas atitudes, a agressividade das companheiras, as quais, nas suas versões, eram as que realmente cometiam violência por baterem neles. Penso que nesses casos, o importante é que as denúncias foram feitas pelas mulheres, pois mesmo nos casos em que eles alegaram ter apenas se defendido, não levaram em consideração que a força física masculina nos seus momentos de defesa era capaz de causar lesões, pois geralmente é superior a feminina. E se levaram em consideração, ainda assim abusaram da força.

Segundo Lagarde (2005), o abuso acontece porque as mulheres são mais vulneráveis frente aos homens, existindo uma desigualdade entre os atos violentos que envolvem ambos, porque elas não estão preparadas nem física nem emocionalmente para embates, estando eles em vantagem, pois até culturalmente são mais preparados.

Rifiotis (2014) aborda sobre uma configuração de sujeitos que tentam se dignificar perante a Justiça para sair da categoria de acusados, aspirando a inocência e assim evitar serem responsabilizados por seus atos culpando outros, exceto a si mesmos, através de um discurso vitimatório. Nas narrativas dos réus foi constante esse tipo de argumentação no sentido de culpabilizar as mulheres e tirar deles próprios, ao menos a responsabilidade do primeiro ato violento, ou seja, só agiram depois que elas fizeram algo a eles, tanto no sentido de não querer atendê-los em suas vontades ou em defesa de uma agressão física.

O contexto de violência que fazia parte da relação

Constantes brigas no dia-a-dia entre os casais também fizeram parte das narrativas dos réus. Percebi que foram construídas relações marcadas por discussões e agressões, muitas vezes mútuas, nas quais a tolerância não predominava. Em razão, provavelmente dessa

convivência rotineira difícil, alguns se separaram, pois uma das partes ou até mesmo ambas, não viam mais como continuar juntas.

Pedro admitiu que era violento mas justificou que agia assim porque tinha depressão. Ele não culpou a esposa, a não ser no sentido de que às vezes ela tinha atitudes que o desagradavam:

[...] tô fazendo tratamento, eu fiquei internado numa clínica, eu tava com depressão e mais motivo de nervosismo [...] às vezes a esposa falava uma coisa que não me agradava, aí parece que eu me perdia né? Eu não sei, sistema nervoso, ficava agitado e aí me perdia e aí discutia e discutia e eu dava um empurrão nela [...] cheguei a machucar, não foi grave, mas não precisava ter feito [...] ela deixou até aquele ponto que depois ela viu que a coisa ia se agrava e podia leva à morte.

Wilson relatou que aconteciam brigas, admitiu que não tinha um bom comportamento nem em casa e nem na rua e que costumava beber:

[...] andava perturbado, nós nos separamos e ela andava assim bem livre e eu queria tá perto das crianças e não podia. [...] Eu sei que eu andava errado e acho que por isso que acontecia essas coisa sabe [...] eu bebia, eu fumava, ela não gostava. [...] Eu tentei mudar eu acho e acabei ficando meio louco. [...] Chegou um dia não deu mais, ficava perturbado, na rua também arrumava confusão, duas vezes mesmo quase fui preso, outras duas vezes levei dois tiros.

No dia da entrevista de **Fábio**, ele estava sendo processado por ter ameaçado sua ex-enteadada, mas ele contou que tinha tido experiências anteriores de violência doméstica com a falecida esposa, que são os fatos analisados neste trabalho. **Fábio** se tornou cadeirante por ter levado um tiro pelas costas de um cunhado e a esposa ficou cuidando dele até ela falecer (por causas naturais), embora mantivessem uma convivência conflituosa:

A minha falecida mulher brigava muito comigo, muito ciúme ela tinha de mim [...] ela brigava de soco, eu ensinei ela, foi a pior coisa que eu fiz foi ensinar, depois ela brigava de soco comigo e ela era grande, era forte [...] ela me denunciava porque a força do homem é bem superior do que a mulher, então quando eu agarrava ela ficava braba, o único jeito dela me prejudicar era ir na delegacia dá parte, aí a polícia vinha me levava.

Jorge narrou que a ex-mulher era quem mais brigava, pois a casa era dela e ela queria mandar em tudo:

[...] ela sempre se botou em mim, ela sempre, sempre se botou em mim, aquilo ali que ela falou era verdade, ao menos uma coisa ela falou de verdade (se referindo ao depoimento da vítima na audiência). Ela achava que só porque a casa era dela ela tinha que mandar [...] só porque a casa é dela

vai pisar em cima de mim? Por isso que a gente sempre bateu de frente, a gente nunca deu certo por causa disso, mais por isso.

Marco também tinha problemas com álcool e o ambiente familiar seguidamente se tornava espaço para discussões:

Discussão tinha, têm palavras que doem mais que um tapa no rosto. [...] Vai acumulando né? Tudo que é demais enjoa [...] a gente discutia, eu retrucava, ainda mais bêbado, em palavras a gente ofende, eu dizia muita bobagem [...] ameaçar jamais, nem jamais vou fazer, mãe da minha filha [...] machuca não, mas arreda pro lado. [...] Discussão tinha, atirava os troços pra rua, quebrava as coisas e ia pra rua, o troço foi esfriando.

Para **Jairo**, o casal costumava se tratar com muita violência, tendo ambos, sofrido com esses comportamentos durante o tempo que mantiveram o casamento de doze anos:

[...] essas brigas tinham arranhão, eu agarrava ela, ela me unhava, uma vez até fui pra delegacia todo unhado, era bem cruel [...] eu me arrependo mil vezes da gente ter brigado, de eu ter batido nela [...] ela batia, uma vez ela se botou de relho em mim, ela era muito louca e eu também era muito revoltado e sou ainda. [...] Realmente ela sofreu muito na minha mão, eu também sofri muito com ela.

Afonso falou abertamente sobre o relacionamento extremamente tenso que manteve com a ex companheira, marcado por vários episódios agressivos entre os dois:

[...] às vezes eram só quatro brigas na semana, eu tenho problema nesse ouvido, ela me cravo uma faca aqui. [...] Umass quantas vezes me deu vontade de bater nela, ela me falava muitas coisas que me irritavam, ou fazia. Um dia eu me irritei, ela veio babando com uma faca, aí eu dei um tapão, virei ela do avesso. Com a M... não precisa pegar faca, só um tapa que a gente dá nela, ela já respeita já.

Para **Afonso**, as brigas aconteciam porque ele considerava que a mulher era bipolar, tinha um comportamento inconstante e provocador em relação a ele:

[...] a mulher é bipolar, uma mulher que se omite pra dormir com o pai dos filhos dela numa cama, dorme do lado, às vezes fica uma semana, duas semanas sem toma banho pra não ficar com o cara, ela faz isso aí só pra não ficar comigo, pra não ter relação comigo e não vou andar com (pausa), já comeste bacalhau cru? O peixe bacalhau é nojento né? Fazer sexo com uma mulher que ficava uma semana sem tomar banho, Deus me livre [...] ela fazia de propósito, ah eu não tomo banho mesmo pra não ficar contigo mesmo [...] eu brigava [...] é isso aí, a mulher diz pra mim que vai me chifrar, não toma banho uma semana pra não ficar comigo, pô isso aí vai minando a mente da gente sabia... vai minando. Eu ruim pra ela não sou.

A partir das narrativas que apresentei, num primeiro momento abordo o fato de que muito embora os tipos de violência cometidos contra as mulheres nos dias atuais possam até ser os mesmos de tempos atrás, as causas certamente não devem ser as mesmas, levando em conta as diversas transformações sociais que aconteceram com o passar dos anos. A história dá conta de que sempre existiram mulheres contestadoras da sua posição dentro da sociedade, vale lembrar Olympe de Gouges, ativista que escreveu a Declaração dos direitos da mulher e da cidadã, durante a Revolução Francesa, bem como as sufragistas que lutaram pelo direito ao voto feminino no final do século XIX, entre outros exemplos. Entretanto, é possível afirmar que boa parte das mulheres não costumava lutar para sair de casa e trabalhar, não acabavam relações ao serem traídas, dificilmente levantavam a voz para seus companheiros e a maioria aceitava agressões mais passivamente, pois esses eram os comportamentos sociais que aprenderam que cabia a elas. Além disso, dificilmente faziam denúncias, pois não tinham para si uma proteção legal. Hoje várias questões mudaram e elas, muitas vezes, já não são mais tolerantes como um dia foram com a violência.

Penso que essas alterações sociais e econômicas atingiram profundamente a vida das mulheres, principalmente a partir dos movimentos feministas que reivindicavam direitos para a sua categoria social. E, paralelamente, mudaram a vida dos homens, mas sem a participação e menos ainda sem a vontade de muitos deles. Acredito que aqueles que não aceitam essas mudanças, assim o fazem porque antes eram privilegiados com o silêncio e a passividade feminina.

A partir disso, é possível pensar que os novos comportamentos das mulheres se refletem diretamente dentro dos relacionamentos e das famílias, afetando os laços de afeto e de convivência entre seus entes, já que hoje elas podem discutir na mesma altura que os homens e se impor como antes não podiam. Por ser assim, não seria errado afirmar que os conflitos que ocorrem entre diversos casais resultam dessas mudanças, afinal muitos homens não as aceitam e não admitem que as mulheres se imponham e que façam as mesmas coisas que antes só a eles cabiam, tais como sustentar uma família, ter um salário maior, sair na hora que quer sem dar satisfação, entre outras.

Para Schraiber, et al. (2005, p. 75) a violência que atinge o sexo feminino tem um nexos causal direto com as transformações dos padrões femininos:

Partimos da hipótese de que a violência entre homens e mulheres reflete rupturas ou fissuras nos tradicionais padrões culturais de base patriarcal presentes na maioria das sociedades. Esses padrões culturais patriarcais correspondem, grosso modo, ao controle e domínio da mulher pelo homem,

a partir do maior poder que as sociedades conferem aos homens. O exercício cotidiano desse poder é fortemente exercido no interior da casa e da família. A violência seria, assim, um dos possíveis resultados das profundas mudanças que se processaram nas últimas décadas nos atributos da mulher na sociedade e na família.

Foi possível observar nas narrativas a existência de dinâmicas construídas com base em conflitos gerados por ciúme, busca por respeito, brigas que começavam por razões banais e que se agravavam resultando em lesões, algumas vezes em ambos. O que ficou acentuado é que nem todas as vítimas ficavam passivas, pois tanto batiam quanto xingavam, demonstrando que viviam relações pautadas por agressividades, e nos moldes atuais, no qual mulheres reagem, ainda que continuem sendo elas as que sofrem as consequências mais graves em seus corpos, como geralmente acontece.

A dificuldade em estabelecer harmonia dentro de casa é uma realidade de muitas famílias, mesmo quando não há violência. E esta geralmente acontece quando as pessoas não conseguem gerenciar as contrariedades que surgem. Utilizando os estudos de Gregori (1993), é possível considerar que nos relacionamentos dos réus a comunicação entre os indivíduos se dava, muitas vezes, através da violência, ou seja, ainda que de maneira perversa e fazendo mal um ao outro, essa foi a forma de convívio que conseguiram estabelecer entre si para tentar resolver seus problemas. Evidente é, porém, que as mulheres foram as que mais sofreram abusos, chegando no limite da violência suportada ao denunciarem os réus.

Pedro e Renato contaram que sofriam de depressão e faziam tratamento médico. Consta nos processos de ambos, informações dando conta de que já estiveram internados em razão da doença, sendo que **Pedro** atribuiu à enfermidade seu descontrole em relação à esposa. A depressão é um problema de saúde mental que pode incapacitar a pessoa a viver a vida normalmente e segundo a Organização Pan Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde, o novo relatório global lançado pela OMS, em fevereiro de 2017, aponta que há 332 milhões de pessoas no mundo vivendo com o transtorno, sendo a maioria, mulheres.

Quanto ao fato da depressão de alguma forma influenciar atos violentos, para Tavares e Almeida (2010, p. 549):

A impulsividade e os transtornos emocionais, muitas vezes, acompanham atos violentos, sendo que indivíduos com diagnóstico progressivo de transtorno de ansiedade e depressão são considerados de três a quatro vezes mais propensos a apresentar comportamento violento, do que aqueles sem distúrbios.

Evidentemente, o fato dos réus (e outros tantos indivíduos) apresentarem a doença e possivelmente estarem descontrolados emocionalmente quando agiram violentamente, não os isenta da responsabilidade penal, ainda que não tenham culpa de serem doentes. Além de terem que arcar com as consequências legais de seus atos, o indicado seria que eles se submetessem ao tratamento médico devido, a fim de evitar reincidências, melhorar e salvar as próprias vidas.

Já **Wilson, Marco** e **Afonso** relataram serem usuários de bebidas alcoólicas e que em certas ocasiões em que brigaram com as companheiras, tinham bebido, conforme eles mesmos reconheceram. A esposa de **Ademir** contou na delegacia que ele bebia.

O álcool no organismo é capaz de gerar mudanças de comportamento facilitando a prática da violência caso o indivíduo se envolva em uma situação em que ele não consegue se controlar adequadamente, o que normalmente não aconteceria se ele não estivesse sob o uso da substância.

No sentido referido, conforme o estudo empreendido por Madureira et al. (2014, p. 605): “O álcool é um fator que tende a antecipar e agravar a violência, porém, não pode ser considerado como sua causa primária. Assim, homens que violentam mulheres não podem justificar seus atos unicamente pelo uso do álcool e/ou drogas”.

Na pesquisa realizada pelo DataSenado, de junho de 2017, consta que 24% das mulheres entrevistadas mencionaram o uso de álcool como fator que induziu a agressão, 19% mencionaram as brigas ou discussões e 16% apontaram o ciúme.

Reflico ainda no sentido de que não se pode simplesmente aceitar a desculpa de que o problema foi causado pela bebida e de que se estivesse sóbrio o homem não teria batido, porque isso significa tolerar a violência cometida ao se colocar a culpa na bebida e não no indivíduo que bebe e agride. Tal fato se torna mais perigoso ainda para a mulher e os familiares ao se considerar o alcoólatra crônico, pois ele pode significar várias reincidências de agressões, o que geralmente acontece. Se o homem não tem comportamento violento quando não bebe e só agride quando alcoolizado, é preciso procurar ajuda para tratar a doença a fim de evitar o contexto de confrontos dentro de casa. Claro que é preciso considerar que a solução não é assim tão simples, ao contrário, mas ela é possível.

Eu não aceitava a separação - eu gostava dela

Alguns réus disseram que bateram ou que costumavam brigar com suas companheiras, mesmo gostando delas. Também foi relatado que apesar dos desentendimentos que

aconteciam entre os casais, eles não queriam ter se separado e alguns demonstraram a intenção de que queriam recomeçar os relacionamentos. Também houve relatos sobre brigas ocorridas justamente após a separação, já que eles não aceitavam essa situação.

A título de colaboração na análise dessas narrativas, utilizo o artigo de Saffioti (1997), “Violência, a lógica do galinheiro”, no qual a autora faz uma interessante comparação entre os galos e os homens. Hierarquicamente apenas um galo domina um galinheiro com dez galinhas e se entrar outro galo no terreno, ambos vão brigar até um morrer. Se os dois sobreviverem, cada um fica com um espaço do terreno e dividem as galinhas. Se uma galinha fugir, o galo não irá atrás dela, ela deixará de fazer parte daquele espaço e ele perde o domínio sobre ela. A autora compara o galinheiro com um harém para um homem com várias mulheres, no qual ele também não admite um invasor masculino, porém, se uma mulher se separar dele, ele não se conforma com a perda do seu objeto de domínio e a persegue, ameaça e até a mata. Saffioti explica que a diferença é que a sociedade construiu essa cultura simbólica de dominação masculina, o que não ocorre nas sociedades animais que não têm essa capacidade.

Os comportamentos dos réus podem, em alguma medida, ser comparados com a associação feita por Saffioti.

Iago admitiu que procurava a companheira após a separação, segundo ele, para conversar, mas ela no seu depoimento na delegacia disse que era perseguida e ameaçada, tendo que sair de casa com os pais dela para poder ir trabalhar. Ainda assim ele invadiu seu local de trabalho pulando um muro, desrespeitando uma medida protetiva e foi preso. **Iago** foi extremamente insistente na sua tentativa de continuar a relação, não lhe importava o fato de que a vítima não queria mais se vincular a ele: “[...] realmente eu fui nela, fui conversar com ela, só que até então eu não sabia que tinha protetiva [...] eu fui atrás dela tenta conversar”.

Até mesmo preso **Iago** continuava importunando-a, pois lhe mandava mensagens de um celular de dentro do presídio, tendo ela que fazer uma ocorrência na delegacia a esse respeito.

Artur reconheceu as ameaças que fez na tentativa de que a ex-namorada voltasse para ele, afinal gostava tanto dela: “[...] Eu fui atrás dela na mãe dela dizendo que ia mata todo mundo [...] ah eu gostava tanto dela, eu chorava depois, bah chorava de noite, chorava que nem uma criança tinha vontade de ir lá pegar ela a força, trazer pra casa”.

E em relação à ex-namorada na qual bateu enquanto ele era menor de idade, é possível perceber a situação de sentir como se ela lhe pertencesse, quando disse que ela saiu sozinha, o que ele não aceitou já que poderia ter sido traído, conforme já expus anteriormente.

Artur disse que gostava das duas ex-namoradas, ainda assim bateu e ameaçou. Parecia pensar que podia fazer o que quisesse, afinal, para ele, elas lhe pertenciam, agia como se fosse dono delas. O fim do último relacionamento o fez chorar e queria forçar a volta da ex-companheira para a casa dele, simplesmente não admitindo ser deixado por uma mulher. Pelos seus relatos, provavelmente, na sua ótica, estava perdendo o controle da relação que tinha com cada uma, o que o tornava inseguro e impotente diante delas, de si próprio e da sociedade, já que o seu papel de comandante e o poder que tinha sobre elas estavam em risco e ele não conseguia exercê-los como aprendeu que deveria. **Artur** lançava mão de violências para tentar se manter no domínio. Não podia aceitar que uma mulher, e não ele, terminasse tudo entre os dois.

Jorge brigava constantemente com a ex-companheira porque, segundo ele, ela não o respeitava já que o imóvel onde moravam era dela. Ele não aceitava não ser o dono do território e não poder dar as ordens e brigava por isso, afinal esse é o papel do homem numa relação, e ele era a figura masculina da casa. Na entrevista ele admitiu que não queria ter se separado e a procurava para tentar reatar, até que em mais uma briga que aconteceu na casa da mãe dela, ele se descontrolou, pois ela não lhe dava ouvidos e acabou esfaqueando-a: “[...] Me separar eu nunca quis, não vou mentir”.

Jairo ficou um ano tentando reatar a relação, mesmo a ex-companheira já tendo outra pessoa na vida dela. Disse que sofreu muito com a separação e que “desabou” quando ela o deixou, afinal gostava dela, muito embora reconhecesse que desde o início do casamento, de doze anos, eles brigassem muito e que um fazia mal para o outro. Ela cansou de viver assim e seguiu em frente, porém, ele não aceitou ter sido deixado de lado e tentou reaver seu objeto de domínio, até encarar a realidade de que ela não o queria mais em sua vida.

Alberto foi o único que não relatou ter cometido atos físicos violentos contra a ex-esposa. Ele foi processado por persegui-la e ameaçar matá-la, pois estava transtornado com a separação, após quinze anos de casamento. Para ele, não havia razões para ela querer se separar, afinal estava tudo bem dentro de casa, não passavam necessidades, ele era um bom marido, bom pai, honesto e trabalhador, o que mais ela poderia querer? Ele não aceitava ou não percebia que o fato dela simplesmente não gostar mais dele e não se sentir feliz na relação bastava para ela se separar. Ela não precisava da autorização dele. A rejeição lhe fez tanto mal que ele tentou se matar com o uso de remédios. Alberto se sentia ferido em seu orgulho masculino, ainda com o agravante de pensar em como um homem tão bom podia ter sido

abandonado? E ele se viu, como tantos outros homens, tentando reaver a “sua mulher”, o seu objeto, à força.

[...] ela passou 15 dias na casa da mãe dela e disse que terminou, tá tudo terminado [...] fugiu o chão, comecei a chorar, fui embora pra casa, me desesperei né? Aí o que que eu fiz? Tomei remédio pra tentar me matar, ainda bem que Deus disse não é a tua hora, não faz essa bobagem, passei quase um mês no hospital. Sai de lá meio atordoado. [...] Eu fiquei um ano tentando voltar [...] ela fez 19 ocorrências contra mim.

A manifestação do desejo de dar fim a uma vida repleta de dias conflituosos, ou da decisão de terminar uma relação que já não satisfaz ou ainda um término em consequência de uma agressão, são muitas vezes razões que ensejam separações por parte de muitas mulheres e que podem ser verificados nos casos analisados neste trabalho. Entretanto, nem sempre essa vontade delas é levada em conta e o inconformismo masculino pode levar a novas violências, mesmo sob a alegação de que agiram motivados por sentimentos afetivos.

Quando um homem decide se separar dificilmente a mulher consegue fazê-lo voltar atrás e não costuma agir forçando-o a ficar. É muito raro se ouvir notícias a respeito de um homem ser espancado, perseguido, ameaçado ou assassinado porque a parceira não aceitou o fim da relação. Embora existam mulheres que sofrem e lamentam, às vezes por anos uma separação, elas geralmente não agem como se fossem donas dos homens e aceitam mais pacificamente. Entretanto, muito se ouve falar em homens que perseguem e ou matam por se sentirem rejeitados pelas mulheres que não querem mais manter relações com eles, movidos pela lógica masculina, que faz parte de uma construção cultural, de que elas não têm esse direito. Para Saffioti (1992, p. 193): “[...] não basta que um dos gêneros conheça e pratique as atribuições que lhe são conferidas pela sociedade; é imprescindível que cada gênero conheça as responsabilidades-direitos do outro gênero.”

No caso dos réus (e de outros homens também) é evidente que apesar dos sentimentos que alegaram ter, não respeitaram as vontades das companheiras quando elas quiseram terminar as relações e iam atrás delas tentando coagi-las a continuar com eles, perpetrando violências tanto físicas quanto verbais para conseguir seu intento. Passaram do amor para o abuso por não conseguirem administrar seus sentimentos e controlar seus impulsos agressivos, violando o espaço das mulheres.

Machismo e sua reprodução na educação das filhas e dos filhos

Absolutamente todos os réus entrevistados expuseram ideias machistas a respeito das mulheres e a maioria deles considerava as mesmas adequadas para a forma como pensavam educar suas filhas e filhos.

Iago disse em relação à criação da filha que: “[...] eu já penso que ela tem que agir como menina, como mulher [...] ela tem que ser aquela menina meiga, carinhosa, comportada, saber se comportar, saber falar, não falar palavrão”.

E sobre o comportamento de uma mulher ele pensava assim: “Ela tem que saber respeitar a si própria porque hoje em dia a gente não vê mais as mulheres nem se respeitar, depois querem respeito. [...] A mulher se expõe demais”.

Renato pensava sobre uma menina que namora mais de um menino que: “[...] A menina é uma desleixada”. Já em relação ao menino ele disse que: “[...] não tem problema, faz parte da cultura, tenho um monte de amigo que tem um monte de mulher, que é solteiro, não tem compromisso com mulher, mas tem 10”.

Jarbas em relação à criação de filhos disse que:

Se eu tivesse uma filha eu ia ser muito ciumento, porque eu nunca fui santo no caso, ia ser muito ciumento, ia cobrar muita coisa dela, principalmente no caso de namorado, o cara ia sofrer comigo [...] eu já fui muito sem vergonha na minha vida, não sou santo até hoje [...] eu ia tentar segurar, eu não vou te mentir, eu sempre quis ter primeiro um guri, e depois uma guria, mas o guri pra me ajudar a cuidar da guria (risos) [...] pra ele ir em cima dela e não deixar ela namorar [...] e ele, aí vem um pouco de machismo, ele ia ser mais liberado.

Fábio, que é cadeirante, mandou embora de sua casa a vassouradas um menino que foi lhe pedir para namorar sua filha, a qual, com a autorização dele só iria namorar aos 21 anos, diferentemente dos seus filhos:

[...] ela tem 16, namora só com 21 [...] eu vou no colégio, eu cuido. [...] Se ela pedir pra namorar: briga, foi um lá pedir pra namorar e eu dei uma paulada, peguei o cabo de vassoura e dei uma paulada, acertei, te arranca daqui. [...] Minha filha só com 21, é pro bem dela.

Jorge falou a respeito do comportamento feminino que:

[...] antes tinha mais respeito, eu acho que a mulher se dava mais respeito em tudo. Tu ia numa festa antes tu via as mulher botavam vestido, sapato, elegante, hoje botam umas bermudinha nada a vê, eu sou homem, já começa por aí, na vestimenta, nem vô me aprofunda.

[...] Tinha as gurias mais atiradinhas e tinha as que não eram, tinha as mais de respeito e hoje em dia tu não pode dizer isso aí, hoje em dia tu não sabe. [...] Atiradinha é que fica com todo mundo. [...] homem é homem, olha o

preconceito [...] tu prefere ter um filho homem atiradinho ou uma filha atiradinha? Com certeza que um homem né?

Afonso expressou que seria ideal para ele que sua mulher ficasse em casa, lavando, cozinhando e limpando enquanto ele trabalhasse fora, mas como percebia que atualmente muitas mulheres não têm mais interesse em viverem dessa maneira, ele demonstrou sua inconformidade dizendo que: “[...] Não é, infelizmente não é bom pra mim, infelizmente não é, porque a mulher hoje ficou muito autoritária. Essa minha faz tudo o que o ela quer, a hora que ela bem quiser. Não é assim”.

Artur comentou que:

Eu era namorador bah, pra mim era número, quanto mais mulher pegasse pra mim melhor. [...] A primeira namorada tinha uns 14 anos [...] o homem se pegar duas, três mulher é bonito, a guria é diferente, acho que todo mundo pensa um pouco assim. Acho que isso vai continuar por vários e vários anos, a gente tá no ano 2016 e quase nada mudou perto de antigamente.

João falou sobre as mulheres o que segue:

Conheço um monte de mulher que não vale o prato que come porque tipo assim, conheço bastante mulheres que usam maconha e tu olha um dia tá com um, outro dia tá com outro, tá namorando o cara mas tá traindo. [...] Ela é mulher tinha que se dá valor [...] pode ser um pensamento antigo, mas fica mais feio pra mulher sai com um sai com outro. Pra mim é errado, mulher tem que se comportar melhor que o homem. [...] pra mulher fica feio não adianta, isso não vai mudar.

Observei que a maior parte dos réus foi criada em círculos familiares nos quais predominava a desigualdade entre os gêneros, se destacando o comando da casa pela figura paterna e a subserviência pelo lado materno. Embora independesse da vontade deles, os vínculos sociais nos quais estavam envolvidos formaram suas consciências voltadas para esse sistema representativo de dominação, hierarquizado e com relações de poder nas quais eles não tinham capacidade para intervir, mas apenas para introjetá-lo e compreendê-lo como válido para suas relações afora. Esse cenário demonstra claramente como costuma ocorrer a construção diferenciada das relações de gênero na vida de uma criança.

Os réus disseram que aprenderam os comportamentos atinentes às mulheres e aos homens na família e na vida em sociedade, que eles são difundidos por todas as pessoas e que sempre foi assim. Como se sentiam de certa forma, privilegiados, não consideravam essas ideias erradas. Demonstraram ter bastante preconceito em relação às mulheres, principalmente com aquelas, que nos seus pontos de vista, tinham atitudes que eles consideravam inadequadas para o próprio gênero.

Utilizando o conceito de Couto e Schraiber (2013, p. 54), os quais entendem machismo como: “[...] um sistema de ideias e valores que institui, reforça e legitima a dominação do homem sobre a mulher”, quando o confronto com as narrativas citadas, fica bem evidente o quanto a forma de pensar dos réus se enquadra nele ao terem emitido opiniões discriminando os comportamentos femininos, especialmente quando atribuíram à própria categoria masculina os mesmos atos e não os consideraram inadequados. **Fábio**, por exemplo, saiu de casa aos 15 anos e foi morar com uma menina mais velha de 18 anos, mas a filha dele só pode namorar aos 21 anos. Já os filhos dele namoraram com 16 e 17 anos, não recaindo sobre eles a mesma norma. O réu, para assegurar que a filha não vai transgredir as regras, mesmo sendo cadeirante, vai à escola cuidá-la e já correu a vassouradas um pretendente dela.

Para **Renato**, a menina namorada é “desleixada”, mas para o menino é normal porque faz parte da cultura.

Jorge disse que prefere ter um filho “atiradinho” do que uma filha que fica com todo mundo, afinal homem é homem, então pode se comportar assim.

Artur disse que é bonito para os homens ficarem com várias mulheres, usando a palavra “galinha” se referindo a eles como um adjetivo positivo. Já para a mulher que faz isso ele usou o mesmo termo, mas de forma ofensiva. Ele contou que era namorado, que mulher para ele era número no sentido de que quantas mais “pegasse” melhor era para ele. Acredita que todo mundo pensa assim. Quando **Artur** foi traído, espancou uma ex namorada e ameaçou matar outra, ou seja, esse comportamento, para ele, não compete às mulheres.

João considera errado uma mulher sair um dia com um homem e outro dia com outro, pois ela tem que se comportar melhor que homem. Conhece várias mulheres que, para ele, não valem o prato que comem por fazerem isso.

Essas formas de determinar o que é certo e errado para as categorias sociais, têm fundamentalmente um caráter sócio normativo, já que visam regular a vida das pessoas e podem ser pensadas a partir de Bourdieu quando ele escreve que (2005, p. 18): “O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes.”

Para Bourdieu (1989), o poder simbólico está incorporado nas instituições e nas relações sociais e por ser invisível, opera sutilmente no mundo social gerando representações e práticas que são amplamente difundidas e que acabam sendo aceitas e naturalizadas pelas próprias pessoas as quais elas pretendem sujeitar, o que o autor caracteriza como uma violência simbólica. Ao machismo e a sua permanência no campo social, pode ser atribuída

essa maneira de estruturação das normas dominantes, de tal forma que configuraram os gêneros ao longo do tempo, estipulando a cada um deles os seus devidos papéis.

Essa intolerância ao comportamento feminino, tido por inapropriado, é fruto de paradigmas conservadores e patriarcais que sempre cercaram o corpo feminino e que não passam de invenções sociais que foram constantemente repetidas através de um discurso masculino, visando a organização social que melhor lhe conviesse.

Historicamente o corpo feminino sempre foi controlado pelos próprios homens, desde a antiguidade, através de filósofos, médicos, juristas e da Igreja Católica, pois suas ideias influenciavam as sociedades. Para Foucault (1988, p. 67) a história da sexualidade, entre os séculos XVIII e XIX, ocorreu através de discursos produtores de verdades, porém sem neutralidade, eis que foram conduzidos por uma sociedade disciplinadora:

A "sexualidade" é o correlato dessa prática discursiva desenvolvida lentamente, que é a *scientia sexualis*. As características fundamentais dessa sexualidade não traduzem uma representação mais ou menos confundida pela ideologia, ou um desconhecimento induzido pelas interdições; correspondem às exigências funcionais do discurso que deve produzir sua verdade (grifos do autor).

Ainda para Foucault (1988), especialmente para o feminino, houve uma intervenção reguladora em nome da responsabilidade que as mulheres tinham no que diz respeito à saúde dos seus filhos, à solidez da instituição familiar e à salvação da sociedade.

Os réus em suas falas demonstraram que reproduziam o machismo aprendido desde a infância e não se furtaram de dizer que essas regras eram válidas para a maneira como criavam ou pretendiam criar os próprios filhos.

É ainda possível perceber através das falas dos réus que discursos bem semelhantes aos de sociedades passadas continuam presentes na atual, e perpassam a forma como nela são construídas as relações de gênero, tendo ainda capacidade para reforçarem o machismo e a sua reprodução na formação de muitos sujeitos, femininos e masculinos, desde pequenos. Na mesma medida também contribuem para a manutenção da dominação, da ideia de poder sobre o outro, do uso arbitrário da força física e conseqüentemente da violência sobre a mulher.

Conclusão

De geração em geração passou a ser ensinado às meninas e aos meninos que haviam comportamentos adequados para cada um deles. E assim foram sendo naturalizadas as relações de gênero. Neste sentido, procurei demonstrar que nascer com um corpo feminino é

um desafio em um mundo ainda dominado pelas mentes e corpos masculinos, mesmo que as mulheres já possuam uma forte atuação nas esferas sociais, políticas e econômicas, exercendo as mais variadas funções, como nunca antes puderam fazer.

No Brasil, a questão da violência doméstica levou o Estado a intervir nas práticas criminosas, a fim de punir os agressores, ainda que lentamente, haja vista que somente em agosto de 2006 foi criada a Lei Maria da Penha, uma legislação voltada especialmente para coibir a violência masculina.

A promulgação da referida lei, porém, não significou o fim de atos agressivos cometidos contra as mulheres. Justamente por observar que ainda acontecem muitos crimes voltados ao feminino, decidi realizar minha pesquisa com o objetivo de buscar conhecer o que alguns homens acusados de violência doméstica pensavam sobre esses atos e como os explicavam. Observei que a maior parte dos entrevistados era ciente de que não tinha mais essa permissão social e que podia ser responsabilizada penalmente. Penso que embora essa consciência se estenda a maioria dos homens, ainda assim, muitos agredem, perseguem, ameaçam e até matam.

Todos os réus que entrevistei, e assim deve ter acontecido com muitos outros homens, aprenderam desde pequenos, inclusive através do próprio contexto familiar, que mulheres e homens devem se comportar de maneiras diferentes, e que a sujeição feminina é uma regra difundida pela própria sociedade, de tal forma que para eles isso é algo natural por sempre ter sido assim. A violência poderia então ser atribuída como uma resposta à transgressão dessa norma, cabendo aos homens, como dominadores que sempre foram, ou que devem ser, puni-las a fim de restabelecer o *status quo*.

É preciso ainda deixar bem claro que este trabalho foi realizado com base em pontos de vista de 18 indivíduos imersos em fatos e circunstâncias diversas e que eles, sem dúvida, representam apenas uma parcela mínima de homens dentro de uma sociedade composta por milhares de tantos outros homens. Entretanto, ficou bem nítido através das narrativas, que as visões de vida dos réus foram construídas a partir de sua convivência em um universo social bem mais amplo, por ser assim, mesmo que o número de pessoas entrevistadas seja reduzido, a pesquisa pode mesmo assim conduzir a reflexões, claro que não definitivas, mas em certa medida importantes, já que diz muito a respeito da nossa atual sociedade, ainda machista, patriarcal e violenta em relação às mulheres.

Por fim, penso que além de punir agressores, é imprescindível e urgente uma mudança nos valores ainda vigentes a respeito das questões de gênero que prejudicam as mulheres.

Neste sentido, se faz necessária uma aplicação contundente de medidas educativas dentro das escolas, bem como a devida orientação por parte das mães e pais em relação aos seus filhos, a fim de contribuírem para o fim da cultura da dominação masculina e para a efetiva equidade entre os gêneros.

Fontes utilizadas

Fontes orais: 18 entrevistas com réus julgados em ações penais, os quais não podem ser identificados com seus nomes reais por uma questão ética, uma vez que as ações tramitam em segredo de justiça.

Fontes documentais: 18 processos referentes às ações penais dos réus entrevistados, os quais também não podem ser identificados em razão do segredo de justiça.

Todas as informações relativas aos dados referentes aos réus e aos seus processos estão sob a guarda da pesquisadora, conforme é explicado no texto da dissertação.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COUTO, Márcia Thereza; SCHRAIBER, Lilia Blima. Machismo hoje no Brasil: uma análise de gênero das percepções dos homens e das mulheres. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs.). **Mulheres brasileiras e gênero no espaço público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de História. **Revista História Hoje**. V. 2, n. 4, p. 19-34, 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13 ed. edição. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. São Paulo: Paz e terra. 1993.

LAGARDE, Marcela. **Cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. 4. ed. Ciudad del México: UNAM, 2005.

MADUREIRA, Alexandra Bittencourt.; RAIMONDO, Maria Lúcia; FERRAZ, Maria Isabel Raimondo; MARCOVICZ, Gabriele de Vargas Marcovicz; LABRONICI, Liliana Maria; MANTOVANI, Maria de Fátima Mantovani. Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: contribuições para o enfrentamento. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, V. 18, N. 4, 2014, p. 600-606.

RIFIOTIS, Theophilos. Violência, Justiça e Direitos Humanos: reflexões sobre a judicialização das relações sociais no campo da “violência de gênero”. **Cadernos Pagu**, v. 45, 2015, p. 261-295.

SAFFIOTI, Heleith. I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: OLIVEIRA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p. 183-215.

SAFFIOTI, Heleith, Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. In: KUPSTAS, M. (Org.). **Violência em debate**. São Paulo: Moderna, 1997, p. 39-57.

SCHRAIBER, Lilia Blima; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Lucas; FALCÃO, Marcia Thereza Couto; FIGUEIREDO, Wagner dos Santos. **Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos**. São Paulo: Unesp, 2005.

TAVARES, Gislaine Pereira; ALMEIDA, Rosa Maria Martins. Violência, dependência química e transtornos mentais em presidiários. **Estudos de Psicologia**, v. 27, n. 4, 2010, p. 545-552.

O Bhagavad Gita como fonte de estudo da filosofia guerreira indiana

João Gomes Braatz, UFPel¹

Resumo

Nesta pesquisa, procura-se analisar as características e significado da guerra evidenciados no texto indiano *Bhagavad Gita*, pertencente à obra *Mahabharata*. Sua produção é posterior à dos grandes Vedas, os primeiros textos sagrados do que viria a tornar-se o Hinduísmo. Tendo seus versos inteiramente compilados durante o século IV AEC, a obra adquiriu o formato atual aproximadamente pelo século V, já que se acredita que o processo de produção tenha durado em torno de um milênio, por meio da tradição oral. É no *Bhagavad Gita* que ocorre o diálogo entre o deus Krishna e Arjuna, o herói da história. Neste capítulo, consta o ensinamento divino passado para o guerreiro, que trata do sentido da vida e do papel do guerreiro na sociedade védica, tornando a obra referência para a *varna* dos *Kshatriyas* (xátrias, a *varna* guerreira).

Palavras-chave: Filosofia guerreira, Bhagavad Gita, Índia.

Abstract

In this research, seeks to analyze the characteristics and meaning of war evidenced in the Indian text “Bhagavad Gita” that belongs to the book “Mahabharata”. Its production is later than the Vedas, the first sacred texts of what was to become Hinduism. Having its verses fully compiled during the century IV BCE, the book has acquired the current format approximately in the V century, since it is believed that the production process lasted around a millennium, through oral tradition. It’s in the Bhagavad Gita that occurs the dialogue between the god Krishna and Arjuna, the hero of the story. In that chapter, there is the divine teaching passed to the warrior, which deals with the meaning of life and the role of the warrior in Vedic society, making this text a reference for the *varna* of *Kshatriyas* (xátrias, the warrior *varna*).

Keywords: Warrior philosophy. Bhagavad Gita. India.

Introdução

É imprescindível considerar para essa pesquisa a escassez de produções acadêmicas no Brasil a respeito da antiguidade da Índia. Muitas são as dificuldades para um pesquisador desta área no país, seja em função do idioma escrito nas fontes antigas no subcontinente indiano, o sânscrito, seja pela visão viciada de desinteresse pelo “Oriente”, pois, segundo Bueno (2017, p. 8), “[...] precisamos acreditar que estudar o outro é desimportante, porque isso reforça quem somos nós. Isso nos coloca no topo de uma hierarquia imaginária de culturas”. A herança da visão criada pela Europa ainda no século XIX a respeito do que seria o “Oriente” como “o outro, o diferente” ainda é presente em nosso imaginário, carregando um peso de preconceitos e indiferença em relação a estudos a respeito deste conjunto de

¹ Graduando em História/Licenciatura na Universidade Federal de Pelotas. Dedicar-se a pesquisar assuntos relacionados principalmente ao “Oriente” antigo, com ênfase na guerra e na história da Índia. E-mail: joao.braatz@hotmail.com

civilizações amplamente distintas entre si. Nossa concepção de “Oriente” abrange basicamente qualquer sociedade que esteja localizada entre Israel e Japão, e uma simples observação a respeito das diferenças culturais entre este grande número de civilizações é suficiente para perceber o quanto o termo é oriundo de uma formação cultural ainda influenciada por esta construção limitada do século XIX, o orientalismo. Segundo Said (1998, p. 209), em sua tese ainda não superada, o orientalismo pode ser definido como “[...] um modo de escrita, visão e estudo regularizado (ou orientalizado), dominado por imperativos, perspectivas e preconceitos ideológicos, ostensivamente adequados ao Oriente”.

Reforça-se, com esta pesquisa, a importância de se estudar uma cultura baseando-se em fontes produzidas por ela própria, indo muito além de simplificações e pré-conceitos estabelecidos por uma visão ocidental do que seria o “ideal” para uma cultura, mas sim estimular uma maior compreensão de uma Índia que vá além de telenovelas e de manchetes em portais de notícia tratando sobre a pobreza no país. Assim, com as considerações realizadas a partir deste estudo, apresentando e discutindo possibilidades de análise de uma fonte antiga produzida ao longo de séculos na região do subcontinente indiano, têm-se como objetivo desta pesquisa gerar uma maior compreensão a respeito da história desta sociedade, considerando um importante aspecto que documenta sua crença: os textos sagrados.

Dentre os diversos textos sagrados de que se tem conhecimento da produção neste contexto de florescimento da religião védica, foram selecionadas para esta pesquisa traduções² para o português de parte do conto épico *Mahabharata*, que apesar de tratar-se de uma obra cuja produção e compilação datam de um período posterior ao dos primeiros Vedas, trata-se de uma produção de grande importância para a filosofia hindu. Em resumo, a obra conta a história da guerra de Kurukshetra, disputada entre duas linhas de descendentes dos Bharata: os cem Kauravas de um lado, e os cinco Pandavas de outro. Os cinco Pandavas (Yudhishtira, Arjuna, Bhima, Nakula e Sahadeva), foram adotados pelo rei Dhritarashtra e criados juntos com os Kauravas, os cem filhos do rei. Além da relação familiar entre os oponentes da batalha, mestres em comum como Drona, que ensinou a ciência das armas para ambos os clãs, tomam lado na batalha.

Porém, a intenção da obra propõe-se em ir além de uma narrativa a respeito de uma batalha de proporções monumentais. Sua abrangência fica explícita logo em sua primeira

² Tradução para o português do *Mahabharata* de Eleonora Meier (2011) diretamente do inglês de Kisari Ganguli (1883-1896) e tradução comentada diretamente do sânscrito do *Bhagavad Gita* de Carlos Alberto Fonseca (2009).

*parva*³, conforme tradução de Meier (2011, p. 40⁴): “[...] não há uma história no mundo que não dependa desta história, assim como o corpo do alimento que recebe.” Dessa forma, seu objetivo é de, além de servir como um guia completo para o conhecimento do próprio “eu” e do sentido da vida, contendo o que são considerados como todos os aspectos da sabedoria divina, também se propõe a realizar o papel de um marco na história desta sociedade, como uma base para a sabedoria do sagrado. Estes aspectos estão em boa parte contidos no *Bhagavad Gita* por meio dos ensinamentos da própria divindade: Krishna, oitavo avatar⁵ do deus Vishnu.

Estima-se que o *Bhagavad Gita* tenha sido inserido na obra após a finalização do *Mahabharata*, e ainda há discussão atualmente a respeito de sua datação. A linguística sugere que o sânscrito utilizado no *Bhagavad Gita* é de cerca do final do primeiro milênio AEC⁶, pela tradição oral, enquanto a escrita data aproximadamente do século III. Logo, os escritos analisados nesta pesquisa, apesar de serem cultuados até hoje na civilização hindu, dizem respeito à uma construção advinda da tradição Védica⁷, seguida de uma reflexão do indivíduo a respeito de sua relação com o plano filosófico-religioso (TOMIMATSU, 2016. p. 22). Ao final do *Mahabharata*, os Pandavas vencem a guerra, com as condições de sua vitória ficando claras ao longo texto, principalmente por meio dos ensinamentos a respeito do significado da guerra, da morte e do dever do guerreiro de Krishna ao herói da história, Arjuna. Estes ensinamentos estão presentes ao longo de grande parte da obra, mas é principalmente no *Bhagavad Gita* que ocorre a revelação de Krishna a Arjuna no campo de batalha. Esta passagem é, assim, o diálogo entre a divindade e um herói confuso em cumprir o seu papel como guerreiro, principalmente porque na batalha que estava por vir seus parentes e mestres estavam entre os adversários.

Portanto, analisando criticamente a obra do *Bhagavad Gita*, pretende-se compreender o significado da guerra e da morte para esta sociedade que a produziu. Considerando que ocorre, nesta passagem, uma metáfora da vida como uma guerra, é necessário observar elementos que por vezes vão além do objetivo do texto, levando em consideração as

³ Palavra que em português significa “seção” ou “capítulo”.

⁴ Devido ao grande volume da obra, a tradutora separou-a em suas 18 *parvas*. Portanto, a numeração da página da citação em questão se encontra na página 40 da primeira *parva*, intitulada “*Adi Parva*”.

⁵ O conceito de “Avatar” é presente em diversos textos sagrados hindus, trata-se da encarnação da divindade. Na obra, Vishnu/Krishna desce à Terra em forma humana a fim de restaurar a justiça.

⁶ Antes da Era Comum. Termo com significado semelhante a “Antes de Cristo”, porém aqui utilizado para se referir a uma sociedade que não utiliza Cristo como principal referência

⁷ Considerada o “estágio embrionário” do hinduísmo. “Será razoável afirmar ser ele (hinduísmo) uma continuação dos Vedas, pois só estes ofereceram em estágio embrionário a maioria das características desenvolvidas com o tempo, como também a mitologia indiana clássica.” (RENOU, 1964. p. 15).

características ritualísticas da guerra e da função de um guerreiro (*kshatriya*) nesta sociedade, baseado nos escritos brâmanes (*varna*⁸ sacerdotal) da obra.

Dentre as *varnas* do período, esta pesquisa foca-se, como já citado, nos aspectos que dizem respeito aos *kshatriyas*, a *varna* guerreira da sociedade. Para compreensão a respeito das divisões do sistema de *varnas* no período, a contribuição de Cardoso (1998, p. 163) é de suma importância, apresentando as três divisões abaixo:

- 1) *dwidjas* (teoricamente arianos) / *shudras* (teoricamente não-arianos);
- 2) entre os *dwidjas*: brâmanes e *shátrias*, os grupos superiores / *váishias* o grupo inferior;
- 3) no interior dos grupos superiores, os brâmanes primam sobre os *shátrias*.

Observa-se a superioridade do grupo *brâmane* sobre os *kshatriyas*, mesmo com os governantes geralmente sendo advindos desta classe guerreira. Ainda assim, os *brâmanes* são considerados os primeiros na ordem da sociedade, justamente pelo seu papel sacerdotal e de relação com os Vedas⁹, demonstrando a importância do sagrado para essa sociedade. Com esta crença em comum formando a base da sociedade, é interessante perceber o quanto esta influencia e molda os valores guerreiros indianos, justificando e dando sentido ao ato de guerrear.

Significado da guerra

O significado da guerra está estreitamente relacionado com o da morte, e nesse sentido o *Bhagavad Gita* trata de perspectivas importantes para a compreensão deste aspecto tão diferenciado da visão a respeito da morte que há presente em outras culturas, com influência de outras religiões. Considerando a concepção católica, apenas para exercer uma comparação com uma religião de forte influência no Brasil, interpreta-se a morte como o fim da passagem desta alma na terra, passando para um plano pós-morte em um lugar que irá depender dos seus atos enquanto em vida.

No hinduísmo também é presente a concepção de que a vida não limita-se ao corpo, mas compreende também a alma. Porém, a morte de uma pessoa não significa o fim de sua passagem pela Terra, mas que a alma reencarnará, podendo retornar como uma pessoa ou até

⁸ Termo mais apropriado para referir-se à divisão da sociedade indiana no período, o termo “casta” torna-se anacrônico por não estar totalmente constituído.

⁹ Os textos sagrados do Vedismo.

mesmo um animal, dependendo de suas atitudes em vida, baseado no *karma*¹⁰. O *karma* é um dos aspectos mais lembrados por Krishna em seu diálogo com o herói da história, pois a quebra de seu dever com a divindade lhe atrairia graves energias negativas como consequência.

Como meio de convencer o herói da história a cumprir sua atribuição como guerreiro, a divindade afirma a Arjuna que as mortes causadas em combate não significavam uma eterna punição para os guerreiros que o herói iria enfrentar, mas sim uma chance para que estes tenham um “recomeço” em uma nova vida. Desta forma, a morte deve ser vista como algo inevitável e natural. Exemplos desse pensamento podem ser encontrados por diversas vezes no *Bhagavad Gita* em forma de argumentos de Krishna para Arjuna guerrear, como nos trechos abaixo retirados da tradução de Fonseca (2009, p. 52-53):

A morte é certa para quem nasce, o nascimento para quem morre.
 Por isso, quanto ao inevitável não te deves lamentar.
 [...]

 Esse homem no corpo de todos, Bharata¹¹, nunca será morto.
 Por isso, quanto a todos os seres, não te deves lamentar.

O discurso da divindade em revelar ao herói os seus ensinamentos constitui um importante papel da sagrado em justificar o ato da guerra, levado ao extremo na história justamente por esta função se sobressair até mesmo quando parentes e mestres estão do outro lado do campo de batalha. Ao hesitar em guerrear, o herói da história estaria indo contra o seu *dharma*¹², pois, segundo tradução de Renou (1964, p. 98), “[...] a vida e a morte são de pouco valor quando comparadas aos valores eternos.”

Portanto, o objetivo do ensinamento da divindade retratado no épico é de, dentre outros aspectos, lembrar o guerreiro de sua função e convencê-lo do que é o correto a se fazer até mesmo na mais extrema das circunstâncias. Sendo assim, a guerra é vista como uma maneira de equilíbrio da sociedade, necessária quando há risco para o bem-estar de todos. Porém, isto não quer dizer que a guerra seja vista como algo almejado e adorado, mas sim por vezes necessária. Segundo a interpretação da obra de Paramadvaiti e Acharya (2003, p. 16):

A guerra simboliza o mais indesejável que podemos encontrar neste mundo. Mas os devotos do Senhor Krishna não estão desamparados em nenhum momento, e por isso, as imortais instruções de Sri Krishna ao devoto

¹⁰ O conceito presente na filosofia hindu de que cada ação feita volta em forma de energia positiva ou negativa para quem a praticou.

¹¹ “Bharata”, no trecho, refere-se a Arjuna.

¹² Sua função na sociedade como um *xátria*.

guerreiro Arjuna também representam as dificuldades que cada um deve enfrentar na luta da vida neste mundo.

A definição da vida como uma guerra contida no fragmento reforça a interpretação da obra como uma metáfora de que a guerra que serve de plano de fundo para a história é a que ocorre internamente em quem está realizando a leitura da obra, adquirindo a sabedoria da divindade para buscar alcançar a sua iluminação. A guerra, dessa maneira, adquire um sentido ritualístico para essa sociedade. Nota-se que, ao longo da narrativa, em um cenário de pleno campo de batalha, o mestre (Krishna) ensina ao seu discípulo (Arjuna) o significado e as consequências que a sua decisão em protelar trariam para si mesmo e para a organização da sociedade. Consequências essas que incluíam para Arjuna a quebra de seu eterno dever com o divino, o *sanatama-dharma*, o que provocaria sua punição em descumprir a Eterna Ordem. Além disso, o seu ato significaria a perda de sua reputação como guerreiro, como presente no trecho a seguir do *Bhagavad Gita* traduzido por Fonseca (2009, p. 54):

Ademais, considerando teu próprio *dharma*, não deves vacilar.
 Não se conhece nada mais dhármico para um xátria do que a luta.
 Inesperadamente, numa guerra como esta, ó Partha¹³, os xátrias
 Conseguem alegrias, é possível uma porta aberta para o Svarga¹⁴.
 Mas se tu não fizeres esta guerra conforme o *dharma*,
 Então com teu *svadharma*¹⁵ e tua honra tu te tornarás um erro.

Pode-se observar na passagem o significado dado à guerra aos guerreiros da *varna* dos *kshatriyas*: a oportunidade de cumprir o seu papel e, com isso, atingir as recompensas e realizações em planos que extrapolam o sentido do meio físico. Assim sendo, o guerreiro nesta sociedade tem como funções principais proteger a sociedade e cumprir seu compromisso com as divindades.

Apesar de em determinados períodos a denominação de *kshatriya* não delimitar-se somente a quem desempenhava a função de guerreiro, com estes podendo exercer ocupações como as de comerciantes ou agricultores, por exemplo, sua educação persistia como a de um guerreiro. Segundo Auboyer (2002, p. 18), “[...] este carácter essencialmente militar persiste na educação que lhes é dada, porque, além da ciência védica, lhes ensinam o manejo das armas, e desenvolvem neles as aptidões hereditárias para o comando.” Considerando a educação que os pertencentes a este segmento da sociedade recebem, pode-se considerar,

¹³ Referindo-se à Arjuna.

¹⁴ Um dos mais altos estágios do esoterismo hindu. Libertação.

¹⁵ Obediência à ordem.

então, o *Bhagavad Gita* como uma obra que contribui nesse processo de aprendizagem e compromisso com os preceitos do sagrado.

O ritual da guerra

Podemos acompanhar em verso que antecede o *Bhagavad Gita* uma descrição a respeito do cenário da batalha, com detalhes a respeito do ritual da guerra para esta sociedade. O texto a seguir é proferido por Sanjaya, o condutor do carro de Dhritarashtra (rei cego dos Bharatas), que descreve o cenário para seu rei devido ao seu impedimento de enxergar:

Com o clangor¹⁶ de conchas e o som de baterias que pareciam rugidos leoninos, ó Bharata, com o relincho de corcéis, e o estrépido de rodas de carro, com o barulho de elefantes turbulentos e os gritos, batidas no peito, e gritos de combatentes que rugiam, o tumulto causado em todos os lugares era muito grande. Os grandes exércitos dos Kurus e dos Pandavas, ó rei, se levantando ao nascer do sol, terminaram todos os seus arranjos. (MEIER, 2011, p. 35)¹⁷

Nota-se no trecho o ato dos guerreiros assoprarem suas conchas no cenário de batalha, esse ato tem grande significado para a guerra como um ritual, e também para o hinduísmo atualmente. Isso se deve pois o som emitido pela concha, segundo a tradição, era o produzido pela divindade criadora antes de realizar a criação do mundo. Além disso, em um sentido com maior significação para a guerra e para a história do *Bhagavad Gita*, o alto som conjunto emitido pelas conchas assopradas pelos guerreiros ao mesmo tempo demonstra a força e a dimensão deste exército.

O som emitido pelas conchas também simboliza a vitória do bem sobre o mal, com a raiz desta tradição sendo a crença de que o deus Krishna conquistou a concha de nome Pancajanya após vencer uma semidivindade (considerada “demoníaca”) chamada Pancajana. Já a concha de Arjuna tem o nome de Devadatta, em “[...] referência à sua filiação, como discípulo de Drona (o mestre dos Pandavas)” (FONSECA, 2009. p. 30), nota-se, portanto, o grande valor simbólico do elemento em uma guerra, também pela relação com o divino e com seu mestre.

Outro aspecto presente no fragmento é a descrição do uso de elefantes na guerra, tática dos exércitos indianos, descrita posteriormente pelo grego Pausânias, que descreve o “pioneirismo” de Alexandre, O Grande entre os europeus ao utilizar esta tática após ter enfrentado um exército indiano: “[...] o primeiro dos habitantes da Europa a utilizar elefantes

¹⁶ Som forte, estrondante.

¹⁷ Página correspondente à *parva* 6: *Bhishma Parva*.

em guerra foi Alexandre, o Grande após derrotar justamente o exército indiano de Poro.” (Pausânias, II). Após a morte de Alexandre, outros reis europeus também utilizaram-se do artifício, inspirados pelo exército indiano.

Os elefantes na Índia eram utilizados na guerra tanto para carregar suplementos quanto para o combate em si, exigindo um grande treinamento para executarem suas tarefas conforme fosse de interesse de quem os estava utilizando. A respeito da captura e domesticação destes animais, Auboyer (2002, p. 56) diz:

Quanto aos elefantes selvagens, eram capturados como actualmente, usando elefantes domesticados para os levarem aos lugares fechados onde a domesticação era iniciada. Uma vez apanhados, os domadores ensinavam-lhes todas as manobras que eles deveriam executar, quer na guerra, quer no palácio.

Os elefantes, apesar de estarem também servindo aos *kshatriyas*, já que normalmente o governante era advindo desta *varna*, tinham papel também fora de combate, no palácio. Já a respeito da descrição do uso de elefantes em combate contidos na história, Kistler complementa (2006, p. 9):

O Mahabharata da Índia também conta um dramático confronto em batalha envolvendo elefantes, cavalaria e homens. “Um gigante e pesado elefante caiu sobre o inimigo e matou uma série de cavalos de carruagem. O condutor da carruagem então jogou sua lança de ferro, matando o condutor do elefante e, com um poderoso golpe de espada cortou o tronco da cabeça do animal. A besta gritou e morreu.”¹⁸

A partir desta narrativa épica, pode-se depreender o modo de utilização dos elefantes no combate, utilizando seu tamanho e peso para adquirir vantagem sobre os inimigos.

Cenas como a descrita neste fragmento, que implicam a ação do combate, são recorrentes ao longo da narrativa. O que possibilita perceber a concepção do que seria o método ideal de um guerreiro agir, visto que o vencedor da história tem ao seu lado uma divindade, e, portanto, um ser perfeito. A respeito da atuação do guerreiro indiano em um combate, podemos perceber, ao longo da obra, suas motivações, o que o tornaria um guerreiro de sucesso e a importância de Krishna neste processo, como podemos ver mais profundamente a seguir.

O guerreiro

Os escritos a respeito de características do guerreiro Arjuna e da guerra contidos no conto permitem perceber alguns aspectos importantes a respeito da valorização de algumas

¹⁸ Tradução nossa.

competências nessa sociedade. O herói da história é retratado como um arqueiro, observando que o termo *maharatha* tem duplo significado em relação aos guerreiros “[...] podendo referir-se tanto a um arqueiro dotado de grandes qualidades na condução de carros de guerra quanto ao detentor de um posto de comando de uma ala mecanizada do exército.” (FONSECA, 2009, p. 25).

A habilidade de ser um grande condutor é, por diversas vezes, valorizada ao longo da obra. Exemplo disso é o próprio deus Krishna ter sido condutor no exército dos Pandavas no épico. Como já citado, o momento de revelação do deus Krishna à Arjuna é um dos momentos mais marcantes da história, já que a divindade havia aparecido primeiramente como apenas um homem “comum”, com relações de parentesco em ambos os lados da batalha. O trecho a seguir apresenta particularidades interessantes desta revelação, na tradução dos dizeres de Krishna por Fonseca (2009, p. 169):

Foi minha gentileza, esforço de meu atman,¹⁹
Arjuna, que tenhas visto minha forma suprema,
resplendente, total, infinita, inaugural,
por ninguém vista jamais antes.

Nota-se que há uma grande importância por parte da divindade em deixar claro ao herói o significado de sua aparição a sua frente no campo de batalha, que ao longo deste diálogo que ocorre entre os dois, é possível perceber, como já visto, que esta intervenção foi motivada principalmente pela atitude de Arjuna em hesitar de batalhar. Nem mesmo o estudo dos Vedas, sacrifícios e caridade, atos amplamente incentivados pelos Vedas em função do *karma*, comparou-se com a importância dada pela divindade em intervir para o herói cumprir sua obrigação na sociedade guerreando, como contido no trecho: “[...] não pelos Veda, penitência, esmola nem sacrifício se consegue ver esta minha forma que tu viste.” (FONSECA, 2009, p. 170).

A descrição de um momento do conflito presente na tradução de Meier (2011, p. 97)²⁰ permite compreender o significado para um guerreiro de estar e falecer em um combate das proporções descritas na história:

E havia bravos guerreiros Kshatryias, que tendo ferido uns aos outros, não abandonavam suas armas ou davam quaisquer lamentos, ó senhor. Por outro lado, jazendo naqueles lugares que eles estavam, rugiam com corações alegres, e mordendo de raiva com seus dentes seus próprios lábios, olhavam uns para os outros com rostos tornados ferozes pela contração de suas

¹⁹ A essência divina.

²⁰ Página correspondente à *parva* 6 – *Bhishma Parva*

sobrancelhas. E outros dotados de grande força e tenacidade em grande dor, afligidos por flechas e sofrendo sob seus ferimentos, permaneciam totalmente silenciosos.

Esta passagem do texto demonstra a bravura que é exigida de um guerreiro, não abdicando de seu dever mesmo quando isto custa sua própria vida. Este momento de falecimento do guerreiro em combate é visto como uma grande honra: “[...] morrer de doença em casa é pecado para um *kshatriya*. A morte que ele encontra em batalha é seu dever eterno.” (MEIER, 2001, p. 37).²¹

Por meio desta descrição do conflito também permite-se depreender alguns artefatos e itens utilizados para a guerra. Levando em consideração o trecho que trata a respeito dos ferimentos por flecha, têm-se no arco de Arjuna, de nome “Gandiva”, um dos itens de maior valor simbólico para o contexto da história. Estima-se que o arco tenha sido presenteado para Arjuna após uma sucessão extremamente privilegiada, que incluía os deuses Shiva e Brahma. Não é por acaso que o grande herói da história é representado como um arqueiro: a prática do arco e flecha representa imensa honra e prestígio nesta sociedade. Como exemplo dessa importância da prática do tiro ao arco, pode ser citada a contribuição de Auboyer (2002, p. 18), a respeito de uma das formas de casamento da época: “[...] a união é feita com o vencedor de um concurso, do qual a maior prova é um torneio de tiro ao arco”.

Considerações finais

Neste artigo, buscou-se evidenciar a importância da utilização do *Bhagavad Gita* como fonte documental para observarmos e compreendermos o significado da guerra e da ação do guerreiro para a sociedade indiana. A análise de um texto como este, considerando ainda sua grande função religiosa de fidelidade à divindade e aos valores cultuados no sagrado, mostra-se de grande contribuição para uma análise crítica sobre aspectos da sociedade indiana, como a organização por estratos sociais (*varnas*) e a participação em conflitos, tendo a guerra entre Kauravas e Pandavas como plano de fundo de uma história que procura passar valores fundamentais de moralidade, ação e religiosidade. Os textos do gênero épico, categoria da fonte analisada nesta pesquisa, são definidos por Renou (1964, p. 19) como “[...] compilações enormes lidando com práticas religiosas, mitologia e cosmogonia. Misturando a esses elementos rigorosamente religiosos, há um número de assuntos mais

²¹ Página igualmente correspondente à *parva* 6 - *Bhishma Parva*

seculares”, logo, representam um importantíssimo meio de discussão a respeito da sociedade que os produziu e os consome continuamente.

Por fim, reforça-se o entendimento de obras como o *Bhagavad Gita* como documento para este estudo ainda em desenvolvimento a respeito da organização da sociedade indiana que lida diretamente com os assuntos de guerra – os *kshatriyas*, considerando ainda outras fontes que tratam do tema, como o Ramayana, obra do mesmo gênero que narra a história do príncipe Rama (Ramacandra), outro avatar do deus Vishnu. Assim como o *Bhagavad Gita*, o texto contém, segundo Renou (1964, p. 117): “[...] digressões, algumas das quais formariam um código da conduta e moralidade hindus se reunidas”, e também inclui características do que seria um guerreiro e governante ideal. Espera-se futuramente abranger esta e outras fontes para um maior aprofundamento do tema da guerra neste contexto social específico, refinando ainda mais a compreensão dos textos sagrados como fontes documentais viáveis para o estudo da História.

Fontes utilizadas

FONSECA, Carlos Alberto. **Canção do venerável: Bhagavad Gita**. Rio de Janeiro: Globo, 2009.

PAUSANIAS. **Descripción de Grécia**. Tradução de Maria Cruz Herrero Ingelmo. Madrid: Editorial Gredos, 1994.

GANGULI, Kisari Mohan. **THE MAHABHARATA of Krishna-Dwipayana Vyasa**. Traduzido para o português por Eleonora Meier. Disponível em: <<http://www.shri-yoga-devi.org/textos/Mahabharata-Portugues.zip>>. Acessado em 07/08/2018.

Referências Bibliográficas

AUBOYER, Jeaninne. **A vida quotidiana na Índia antiga**. 2.ed. Rio de Janeiro: Shu, 2002.

BUENO, André. A dificuldade em falar sobre “Oriente” no Brasil. In: BUENO, André; ESTACHESKI, Dulceli; CREMA, Everton; NETO, José Maria (ed) **Mais Orientes**. Rio de Janeiro/União da Vitória: Edições Sobre Ontens/LAPHIS, 2017. p. 5-16.

CARDOSO, Ciro. Varnas e Classes sociais na Índia Antiga. In: CARDOSO, Ciro. **Sete Olhares sobre a Antiguidade**. Brasília: UNB, 1998. p. 161-171.

KISTLER, John. **War elephants**. Westport: Greenwood Publishing Group, 2006.

PARAMADVAITI, Swami; ACHARYA, Sripad. **O Bhagavad-gita: A Ciência Suprema**. São Paulo: Serviço Editorial dos Vaishnavas Acharyas, 2003.

RENOU, Louis. **O Hinduísmo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

TOMIMATSU, Célia. **A condição humana e as disposições sobre o bem e o mal em Bhagavadgītā**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2013.